

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

ALLAN SOLJENÍTSIN BARRETO RODRIGUES

**JORNALISMO E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA:
A COBERTURA DE EVENTOS AMBIENTAIS EXTREMOS
PELA IMPRENSA ESCRITA DE MANAUS**

Manaus
2013

ALLAN SOLJENÍTSIN BARRETO RODRIGUES

**JORNALISMO E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA:
A COBERTURA DE EVENTOS AMBIENTAIS EXTREMOS
PELA IMPRENSA ESCRITA DE MANAUS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa 3 - Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder.

Orientadora: Prof^a. Dra. Iraildes Caldas Torres

Manaus
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

**Jornalismo e Meio Ambiente na Amazônia: a cobertura de eventos
ambientais extremos pela imprensa escrita de Manaus.**

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Iraildes Caldas Torres – Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Walmir Albuquerque Barbosa – membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. José Marques de Melo – membro
Universidade Metodista de São Paulo

Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira – membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Antônio Heriberto Catalão Júnior – membro
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - Parintins

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Evandro Rodrigues de Moraes e Maria Auxiliadora Barreto Rodrigues, pelas angústias e preocupações que passaram por minha causa, por terem dedicado suas vidas a mim, à Grace e Sofia pelo amor, carinho e estímulo que ofereceram, dedico-lhes esta conquista com gratidão.

AGRADECIMENTOS

À Deus por iluminar meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente.

À minha orientadora, Prof^a. Dra. Iraildes Caldas Torres, por sua dedicação, paciência, sensibilidade e apoio ao longo desta jornada.

Aos jornalistas entrevistados para esta pesquisa que doaram suas experiências de forma tão sincera e altruísta em nome da qualificação da nossa profissão.

Aos jornais Diário do Amazonas e A Crítica por cederem seus arquivos de matérias sobre a cobertura da seca de 2010, sem os quais seria mais difícil realizar esta pesquisa.

À Aine Pacheco pela amizade e ajuda na localização das matérias sobre a seca de 2005 nos labirintos da biblioteca o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam).

A meus grandes amigos Raimundo Corrêa, Charles Falcão, Manuella Dantas, Sirlene Corujão, Jimi Aislan, Gerson Severo, Antônio Genivaldo e Azeniltom Melo, que sempre me incentivaram e me proporcionaram momentos de lazer, imprescindíveis ao bom andamento deste estudo.

À banca do exame de qualificação nas pessoas dos doutores Henrique dos Santos Pereira, Néilton Marques da Silva, Walmir Albuquerque Barbosa e José Marques de Melo pelas valiosas sugestões e contribuições.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para esta tese tornar-se realidade, o meu MUITO OBRIGADO.

A Grande Maloca

*A esperança rege a canção da Amazônia
E os povos da floresta e os passaram entoam
Uma sinfonia de amor
Sublimando a vida e o grande criador*

*Mãe natureza ensina os povos a viver
A conviver em harmonia e sonhar
Mas não todos que almejam aprender
E mesmo contra a correnteza vão remar*

*Se a humanidade não cuida da grande maloca
A natureza dedilha tristes acordes
Clamores a ecoar pro mundo não se acabar*

*Na fúria do mar e dos ventos
No gemido da terra e da selva
**E na seca dos rios da Amazônia, a vida
suplicará***

*Acauã anuncia maus presságios
A pátria das águas será a pátria dos sertões
Inhambu anuncia noite longa*

*É preciso sonhar e pensar nas futuras
gerações
Cujubim canta o novo alvorecer
Paz e solidariedade precisamos semear...
O uirapuru dissemina o amor*

*E a canção do amor vamos entoar
Terra, a grande maloca que devemos cuidar
Enquanto houver amanhã
Terra, a grande maloca nossa mãe, nosso lar.*

(Toada de Demétrios Haidos e Geandro Pantoja)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas na Amazônia nos anos de 2005 e 2010. Nosso objetivo geral foi a análise da qualidade das informações científicas e ambientais passadas pelos jornais Diário do Amazonas e A Crítica durante as coberturas jornalísticas destes dois eventos climáticos extremos. A pergunta que presidiu a investigação concentrou-se na indagação se a imprensa escrita do Amazonas conseguiu ou não informar eficientemente seu público sobre os fenômenos das secas e suas implicações para a vida das populações. Para dar conta da resposta, foi necessário lançar mão de ferramentas metodológicas e arcabouços teóricos de várias áreas das Ciências Sociais, como a Comunicação, o Jornalismo, a Sociologia, a Ciência Política e outras.

A metodologia assumiu a perspectiva das abordagens qualitativas e quantitativas. No aspecto quantitativo, utilizamos a análise de conteúdo pelo fato de ser uma técnica para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Este método compreendeu o recolhimento e análise, com base em categorias estabelecidas levando em conta os princípios do jornalismo e a abordagem da questão ambiental, dos textos jornalísticos que tratam sobre o fenômeno das secas ocorridas no Amazonas. No aspecto qualitativo, fizemos uso de entrevistas com o intuito de ampliar o espectro analítico para além da mensagem (reportagens) focalizando o processo comunicacional de forma mais ampla, incluindo o estudo das fontes, dos emissores (jornalistas) e dos receptores (leitores).

Aliando os resultados da análise de conteúdo com as informações obtidas nas entrevistas conseguimos aferir a falta de qualidade da informação recebida pelos leitores dos dois principais jornais impressos de Manaus tendo como base os princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental. A investigação também apontou a pouca contribuição da cobertura jornalística das secas no Amazonas em 2005 e 2010 para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores da principal capital da Amazônia sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais. Identificamos ainda as fragilidades da cobertura e propomos caminhos para qualificar o conteúdo informativo acerca da questão ambiental e seus desdobramentos na Amazônia.

Palavras-chave: Jornalismo; Amazônia; Seca; Eventos Climáticos Extremos.

ABSTRACT

This multidisciplinary research starts from these premises and has as objective the press coverage of the droughts taken place in Amazonas from 2005 to 2010. The question that guided this investigation was: Was the Amazon written Press able to efficiently inform its public about the drought phenomena and its implications? To answer that question it was necessary to use methodological tools and theoretical structures of various areas of Social Sciences like Communication, Journalism, Sociology, Political Sciences among others. As a general goal, we had the analysis of the scientific and environmental information quality passed through *Diario do Amazonas* and *A Crítica* newspapers during the press coverage of both extreme climatic events.

The methodology used was the quantitative and qualitative. In the quantitative area, it was used the content analysis since it is used to detect tendencies and criteria analysis models of noticing, framing and scheduling. The method consisted of the collecting and analysis, based on the fixed categories taking into account the journalistic principles and environmental issues approach of journalistic texts that deal with the droughts taken place in Amazonas. In the qualitative area, interviews were used with the intent of broaden out the analytical image beyond the message (news) focusing the communication process in a broader way, including source studies, the messengers (journalists) and receptors (readers).

Joining the content analysis results and the information obtained from the interviews, we are able to infer the lack of quality information received by the readers from both main newspapers in Manaus, having as ground the journalistic principles and its scientific and environmental types. The investigation also pointed out the small contribution of the journalistic droughts coverage in Amazonas in 2005 and 2010 to the decision taking cleared up by the citizens of the main Amazon capital over the issues regarding global climatic changes. We identified the fragilities of the coverage and proposed ways to meet the requirements of the informative content regarding the environmental issues and its consequences in the Amazon.

Keywords: Journalism; Amazon; Drought; Extreme Climatic Events.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAM	Associação Amazonense de Municípios
ALEAM	Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
C&T	Ciência e Tecnologia
CECLIMA	Centro Estadual de Mudanças Climáticas
CH4	Metano
CO ²	Gás Carbônico
COP	Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática
CPTEC	Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ECA-USP	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992
ESALQ-USP	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América do Norte
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GEES	Gases de efeito estufa
HFC	Gases flúor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática da ONU
IUCN	União Mundial de Conservação
LBA	Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394
N ₂ O	Óxido nitroso
ONG'S	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PFC	Gases flúor
PIB	Produto Interno Bruto
REDD	Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação de floresta
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SF ₆	Gases flúor
SP	São Paulo
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
TIC'S	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CAPÍTULO I - JORNALISMO DE PRINCÍPIOS.....	19
1.1 Jornalismo e Ciência.....	20
1.2 Princípios do Jornalismo.....	29
1.3 Jornalismo Científico e Ambiental.....	43
2 CAPÍTULO II - A QUESTÃO AMBIENTAL E AS SECAS DE 2005 E 2010....	60
2.1 A Questão Ambiental.....	61
2.2 Emergência Ambiental.....	72
2.3 As secas de 2005 e 2010 no Amazonas.....	81
3 CAPÍTULO III – APRESENTANDO A METODOLOGIA DA PESQUISA.....	88
3.1 Análise de Conteúdo das Matérias.....	89
3.2 Entrevistas em profundidade.....	95
4 CAPÍTULO IV - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS COBERTURAS.....	118
4.1 A precisão da cobertura.....	119
4.2 A independência da cobertura.....	125
4.3 A pluralidade da cobertura.....	133
4.4 A contextualização da cobertura.....	142
4.5 A sensibilização da cobertura.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS.....	167
ANEXOS.....	177

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Daqui pra frente, até onde a vista alcança o horizonte deste século, o jornalismo será ambiental, ou não será jornalismo. Sem considerar o ambiente, não será bom jornalismo, quer na cobertura da economia, da política, da administração pública, dos negócios, da agricultura, da vida urbana, da educação, talvez até mesmo do esporte e do entretenimento. Michael Frome¹

Existem hoje muitas divergências entre governos, sociedade civil organizada e a comunidade científica sobre as mudanças climáticas globais e suas consequências, mas uma constatação lhes é unânime: a necessidade imediata de tomada de decisões esclarecidas sobre a questão ambiental. A humanidade precisa decidir se dá continuidade ao atual modelo de desenvolvimento baseado nos princípios do capitalismo, vigente na maioria dos países, ou o substitui devido a indicações dele estar causando alterações climáticas capazes de extinguir a vida no planeta. Para tomar tal decisão sobre os rumos da raça humana, pessoas e governos necessitam de informação precisa e de qualidade. A Amazônia assume posição central nesta discussão e o jornalismo possui papel fundamental nas sociedades democráticas na medida em que pode contribuir no processo de promoção e ampliação do debate junto à opinião pública sobre um tema crucial para a nossa época.

Esta pesquisa interdisciplinar parte destas premissas e tem como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas no Amazonas nos anos de 2005 e 2010. A pergunta que orientou a investigação constituiu-se em saber se a imprensa escrita do Amazonas conseguiu informar eficientemente seu público sobre os fenômenos das secas e suas implicações. Para dar conta da resposta, lançamos mão de ferramentas metodológicas e arcabouços teóricos de áreas como a Comunicação, o Jornalismo, a Sociologia e a Ciência Política. O nosso propósito é verificar se houve qualidade nas

¹ Foi colunista da Field & Stream, do Los Angeles Times, da American Forests e da Defender of Wildlife. É autor de 20 livros, foi professor das universidades Idaho e Vermont, no Northland College e na Universidade Western Washington onde recebeu o título de doutor em 1993 e dirigiu o programa pioneiro sobre jornalismo e redação ambiental.

informações científicas e ambientais passadas pelos jornais Diário do Amazonas e A Crítica durante as coberturas jornalísticas dos dois eventos climáticos extremos.

Deste objetivo geral, decorreram outros cinco mais específicos que corroboraram com a busca pelas respostas pretendidas. São eles: estabelecer os princípios teóricos norteadores da função social do jornalismo nas democracias e nos seus gêneros científico e ambiental; caracterizar a questão ambiental, seus impactos na Amazônia e o papel do jornalista diante deles; construir um percurso metodológico capaz de permitir a análise da referida cobertura; e realizar a análise das coberturas e interpretar os resultados à luz dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental. Em virtude da necessidade de delimitar a abrangência da pesquisa e estabelecer o seu corpus, optamos por analisar as coberturas das secas de 2005 e 2010, que receberam atenção de veículos de comunicação de vários países.

O interesse pela questão ambiental e seus desdobramentos na Amazônia decorre das atividades jornalísticas e acadêmicas deste pesquisador. Nas redações, nos dez anos de prática jornalística a cobertura dos fatos relacionados ao desenvolvimento da Amazônia e à inclusão social sustentada de suas populações sempre tiveram primazia como tema de minhas reportagens em relação aos demais acontecimentos noticiáveis do cotidiano. Em decorrência disso, busquei a academia para aprofundar o conhecimento sobre a região ao cursar o mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPSCA), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), onde obtive o título de mestre com a dissertação “Comunicação e Meio Ambiente na Amazônia: recepção e mediação do discurso conservacionista na RDS Mamirauá²”. Tanto o trabalho jornalístico quanto as pesquisas sobre as questões ambientais tiveram continuidade, e, em 2009, esta pesquisa foi apresentada e aprovada como projeto de tese a ser desenvolvido no supracitado programa.

No doutorado, a pesquisa voltou-se especificamente para a investigação da qualidade do trabalho jornalístico acerca dos eventos climáticos extremos na Amazônia. Os estados democráticos consagraram os direitos da imprensa de informar e dos

² Mamirauá é a primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável brasileira, criada por decreto do Governo do Amazonas, em 1996.

cidadãos de receber informações, tornando-os elementos vitais da vida democrática (MELO, 2009). Isto deu ao jornalismo a função social de fornecer informações que as pessoas necessitam para se autogovernar (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) e a missão de ser um veículo de informação capaz de equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações. Diante destas premissas, acreditamos que um trabalho jornalístico de qualidade pode contribuir para qualificar e ampliar os debates sobre a questão ambiental e seus reflexos sobre a região amazônica e suas populações.

A investigação da qualidade do jornalismo praticado no Amazonas sobre eventos climáticos extremos deu-se à luz dos princípios norteadores da atividade jornalística. Traquina (2005a), afirma que ao longo do tempo o jornalismo incorporou uma série de princípios ou valores que passaram a guiar o exercício da profissão a fim de garantir a qualidade da informação transmitida à sociedade. Isso fez dos jornalistas, segundo Hymes (1980), um grupo unido pelas suas interpretações partilhadas da realidade, ou seja, uma comunidade interpretativa. Diante da tarefa difícil de elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam, adotamos a proposta de Kovach & Rosenstiel (2003), que após 300 entrevistas com jornalistas organizaram uma lista com nove princípios capazes de permitir ao jornalismo alcançar sua finalidade. Levamos em conta também as funções dos gêneros jornalísticos científico e ambiental definidos por Oliveira (1990) e Bueno (1984), respectivamente.

A pesquisa oferece contribuições para se traçar um retrato da qualidade da informação ambiental veiculada pela mídia impressa sobre a questão das mudanças climáticas na Amazônia. Ao nos debruçarmos sobre a qualidade do jornalismo científico e ambiental nas narrativas jornalísticas sobre a questão ambiental, feitas pela imprensa escrita de Manaus, pretendemos contribuir oferecendo bases teóricas para a qualificação do trabalho jornalístico sobre a questão ambiental. Buscamos, em última análise, contribuir para uma maior democratização do conhecimento científico/ambiental junto à sociedade, fator tão importante para ajudá-la a tomar decisões esclarecidas diante de temas emergentes ligados a questão ambiental e ao desenvolvimento da Amazônia.

O jornalismo praticado na Amazônia precisa estar atento e engajado na promoção do debate esclarecido junto à sociedade. No momento em que o modelo de desenvolvimento econômico está em xeque, a sociedade e os governos precisam estar atentos, pois a formação econômico-social da região pode ser vista como resultado da dinâmica da globalização do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise do capital (SILVA, 1999). Esta autora lembra-nos que, no passado, os impactos da globalização se confundem com os processos de domínio da natureza, ocupação econômica e de fronteiras físicas e políticas. Uma sociedade bem informada na Amazônia tem mais chances de buscar autonomia decisória nas questões alusivas ao desenvolvimento da região.

Além do referencial teórico citado acima, utilizamos uma proposta metodológica que compreendeu métodos quali-quantitativos. A análise de conteúdo nos permitiu investigar os 112 textos jornalísticos publicados pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas sobre as secas ocorridas em 2005 e 2010. Os textos foram selecionados com os critérios de conterem as palavras-chave: seca, estiagem ou vazante; terem sido publicadas no 2º semestre dos anos de 2005 e 2010 (período da vazante dos rios na Amazônia); e pertencerem ao gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por Melo (2010). Foram definidas as categorias de análise da precisão, da independência, da pluralidade, da contextualização e da sensibilização tendo como base os princípios do jornalismo e as premissas da exclusão mútua, da homogeneidade, da pertinência, da objetividade, da fidelidade e da produtividade (BARDIN, 2010). Escolhemos este método por acreditar que a análise de conteúdo é um método eficiente e replicável que serve para avaliar um grande volume de informação.

Com objetivo de ir além de apenas descrever com objetividade e precisão o que foi dito sobre as secas de 2005 e 2010, também lançamos mão de entrevista em profundidade com jornalistas, fontes e leitores. A necessidade de integração dos campos quantitativo e qualitativo decorre do reconhecimento de que as matérias não podem ser compreendidas fora do seu contexto. Com o intuito de ampliar o espectro analítico para além da mensagem (matérias) focalizando o processo comunicacional de forma mais ampla, incluindo o estudo das fontes, dos emissores (jornalistas) e dos receptores

(leitores), aliamos os dados colhidos nas análises de conteúdo aos captados por meio do de entrevistas em profundidade. Desta forma buscamos não limitar os resultados da investigação apenas às inferências possíveis de serem feitas pelo método hipotético dedutivo tendo como base a análise de conteúdo, mas sim confrontá-las com os depoimentos dos atores sociais envolvidos para nos aproximarmos de conclusões mais verossímeis.

Os entrevistados foram divididos em três grupos: jornalistas envolvidos na cobertura das secas de 2005 e 2010 (emissores das mensagens), fontes citadas nas reportagens (cientistas e representantes de entidades ligadas aos municípios afetados pelas secas) e leitores qualificados (cientistas da área de clima e meio ambiente, líderes de organizações não governamentais, ambientalistas, políticos e gestores públicos envolvidos na formulação de políticas públicas para o meio ambiente). Os resultados da pesquisa (obtidos dos resultados da análise de conteúdo das reportagens e das entrevistas) foram analisados tendo como base o grau de esclarecimento das narrativas jornalísticas sobre os problemas ambientais e a observância dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental agrupadas em cada uma das cinco categorias e análise. A partir dos resultados, buscamos fazer inferências sobre a qualidade da informação recebida pelos leitores dos dois principais jornais impressos de Manaus.

A despeito da forma escolhida para apresentar a pesquisa, optamos por inicia-la tratando, no primeiro capítulo, das bases sociológicas da função social do jornalismo e de como ela adquire legitimidade nas sociedades democráticas, para então apresentar os princípios da atividade jornalística que vêm sendo construídos ao longo dos anos pela chamada comunidade interpretativa dos profissionais da imprensa e seus teóricos. Esses elementos fundamentam, por conseguinte, as características específicas dos gêneros jornalísticos dedicados às coberturas sobre ciência e meio ambiente, que também são tratados. Mais do que apenas apresentar o estado da arte sobre as teorias do jornalismo, este capítulo tem papel fundamental no estabelecimento de critérios objetivos para a análise da qualidade da informação científica e ambiental das coberturas das secas, porque nos permitiu definir as categorias de análise das matérias e reportagens que são trabalhadas no terceiro capítulo, ao mesmo tempo em que também permite embasarmos a análise interpretativa dos resultados no quarto capítulo.

Como dissemos no início desta introdução, os debates sobre a questão ambiental e seus desdobramentos nas mais variadas esferas da sociedade, figura como o principal vetor de investigação do papel da imprensa na difusão de informações capazes de contribuir com pessoas e governos a se posicionarem de forma esclarecida. Consideramos o entendimento do surgimento, desenvolvimento e estágio atual das discussões sobre a questão ambiental, bem como seus possíveis desdobramentos na região amazônica indispensáveis no processo de estabelecimento das categorias de análise e na valoração da qualidade da informação científica e ambiental das coberturas realizadas pelos jornais pesquisados. No segundo capítulo, nos ocupamos de uma análise sobre os eventos ocorridos durante as secas de 2005 e 2010 no Amazonas e a relação do jornalismo com a temática ambiental. Escolhemos discorrer sobre estas temáticas porque elas servem de base na construção das categorias de análise e na interpretação dos resultados, objetos dos capítulos seguintes.

Uma vez apresentados os princípios e os conteúdos necessários a uma cobertura jornalística de qualidade sobre os eventos climáticos extremos ocorridos em 2005 e 2010, o terceiro capítulo faz uma descrição detalhada do método escolhido para a análise científica das coberturas, que foi tratada de forma sucinta nesta introdução. Os resultados da análise e suas interpretações compõem o quarto capítulo desta tese. Ao aliar os resultados da análise de conteúdo com as informações obtidas nas entrevistas, buscamos aferir a qualidade da informação recebida pelos leitores dos dois principais jornais impressos de Manaus tendo como base os princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental. O foco da investigação consiste em saber se a cobertura jornalística das secas no Amazonas em 2005 e 2010 contribuiu ou não para a tomada de decisão esclarecida por parte dos moradores da principal capital da Amazônia sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais. Procuramos ainda identificar as fragilidades da cobertura e propor caminhos para qualificar o conteúdo informativo acerca da questão ambiental e seus desdobramentos na Amazônia.

A título de considerações finais, trazemos algumas inferências sobre os resultados obtidos, o processo de realização da pesquisa e a intenção de contribuir com a qualificação das coberturas jornalísticas na Amazônia. O pano de fundo destas considerações são o papel do jornalismo nos regimes democráticos, seu potencial de

difusão de informações e agendamento dos públicos e a importância das notícias na vida das pessoas que vivem no vale amazônico e fora dele. Também sobre como os problemas ambientais da atualidade comprometem a continuidade da vida humana neste planeta e a necessidade de cada cidadão estar bem informado para agir diante deles. E, sobretudo, a crença de que o jornalismo pode e deve desempenhar um papel importante como mediador do conhecimento de que os povos precisam para tomar suas decisões.

1º CAPÍTULO
JORNALISMO DE PRINCÍPIOS

1.1 – Jornalismo e Ciência

O jornalismo é, antes de tudo e sobretudo, a prática diária da inteligência e o exercício cotidiano do caráter. Cláudio Abramo

O jornalismo ainda faz parte do grupo de disciplinas em fase de reconhecimento institucional (MELO, 2009). Em razão disso, em todos os programas de pós-graduação do país, principalmente aqueles cujas áreas de concentração estão fora do campo específico da comunicação, os pesquisadores têm contemplado em suas teses e dissertações algum espaço para destacar a importância do jornalismo enquanto área e objeto de estudos. Isso num esforço natural e legítimo de obter o reconhecimento científico enquanto campo teórico e combater uma visão cada vez menos presente de que o “jornalismo está reduzido ao domínio técnico de uma linguagem e seus formatos, e os jornalistas reduzidos a meros empregados, trabalhadores numa fábrica de notícias” (TRAQUINA, 2005b, p.20). Este tópico abordará sucintamente esta questão com objetivo já manifesto acima e o de estabelecer o conceito de jornalismo com o qual trabalhamos na pesquisa.

Max Weber, em seu pronunciamento em 1910 no Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia, diz que o primeiro tema que a associação considerou adequado para um estudo genuinamente científico é o de uma sociologia da imprensa. Weber é surpreendentemente atual, pela temática que propõe para o estudo do jornalismo. Ele põe questões a serem investigadas no âmbito da imprensa, tais como: os critérios de noticiabilidade e seus efeitos; a concentração do capital e o monopólio da mídia; a dependência das empresas em relação à audiência; as características do grupo profissional dos jornalistas e suas variações em diversas culturas; e as mudanças dos hábitos de leitura provocadas pelo jornal. Para o autor:

Um tema extraordinário, não podemos nos enganar, um tema que irá requerer não apenas meios materiais muito importantes para os trabalhos preliminares, como, de modo algum, caso os círculos dominantes da imprensa não acolham o nosso projeto com grande

confiança e benevolência. Se há 150 anos o Parlamento Inglês obrigava os jornalistas a pedir perdão de joelhos diante dele pelo *breach of privilege*, quando informavam sobre as sessões, e se hoje em dia a imprensa, com mera ameaça de não imprimir os discursos dos deputados põe de joelhos o Parlamento; então, evidentemente algo mudou, tanto na concepção do parlamentarismo como na posição da imprensa (WEBER, 2005, p.14-15).

O autor destaca também a necessidade de investigar, sobretudo, “as relações de poder criadas pelo fato específico de que a imprensa torne públicos determinados temas e questões” (WEBER, 2005, p.15). De acordo com o autor, os contatos dos jornais com os partidos, na Europa e em outros continentes, seus contatos com o mundo dos negócios, com todos os inumeráveis grupos e pessoas que influem na vida pública e são influenciados por ela, constituem-se num “campo impressionante para a investigação sociológica. Conforme Weber (2005, pp.19-21).

Não podemos, portanto, nos contentar com a contemplação do produto como tal, mas sim temos que prestar atenção ao produtor e perguntar pela sorte e pela situação do estamento jornalístico. [...] Devemos orientar a investigação sobre a imprensa no seguinte sentido: perguntando primeiro: o que aporta a imprensa à conformação do homem moderno? Segundo: que influência exerce sobre os elementos culturais objetivos supra-individuais? Que deslocamentos produzem eles? O que se destrói ou é novamente criado no âmbito da fé e das esperanças coletivas, do “sentimento de viver” – como se diz hoje em dia -, que possíveis atitudes são destruídas para sempre, que novas atitudes são criadas? Agora, perguntarão os senhores: onde está esse material para o início de tais trabalhos? Esse material é constituído pelos próprios jornais.

Enquanto objeto de estudo na sociedade brasileira o jornalismo percorreu três fases distintas (MELO, 2009). A primeira ocorre na década de 1930, quando a imprensa se torna fonte para as ciências humanas e a universidade surge como instituição nacional (MELO, 1972). A segunda fase está relacionada com a criação de cursos de graduação destinados a habilitar profissionais para exercer a profissão de jornalista, nos anos 40, o que causou um natural interesse científico pela práxis das atividades jornalísticas. Em 1967, a pesquisa sobre o jornalismo encontrou campo fértil na Escola de Comunicações Culturais (hoje denominada Escola de Comunicação e Artes - ECA) da Universidade de São Paulo (USP). A instituição assumiu a vanguarda ao inaugurar seus programas de jornalismo, tanto na graduação (bacharelado) quanto na pós-

graduação (doutorado). Os primeiros doutores em jornalismo diplomaram-se em 1973 e desde então o jornalismo é tratado cientificamente nas universidades brasileiras (LOPES, 2003).

A experiência da ECA-USP foi a primeira de várias que ocorreram desde então por todas as regiões do país. Como resultado de esforço científico, podemos hoje conceituar o jornalismo como um fenômeno universal com raízes europeias. Segundo ainda Melo (2009, p.17), trata-se do:

Processo social em que se articula essa atividade dá-se a partir da redação (periódica / oportuna) entre organizações formais (editoras / empresas) e coletividades (públicos receptores) por meio de canais de difusão (jornal / revista / televisão / cinema / internet) que cumprem o papel de transmitir as informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos).

Chaparro (2001, p.1) acrescenta:

Trata-se (o jornalismo) de um processo de alta complexidade, carregado de contradições e complicações, numa tal “imbricação de ações, interações, retroações, que nem o espírito humano nem um computador extremamente potente poderiam medir, ou mesmo discernir, os elementos e os processos desta teia emaranhada” – como diria Edgar Morin, mestre universal da complexidade.

O autor também esclarece que o conceito de jornalismo está apartado do conceito de jornal. O segundo configura-se como negócio e, como tal, é pensado e gerido dentro da lógica capitalista que o considera um produto industrial cujos fins são controlados pela lógica dos lucros. O primeiro, pertence ao campo dos valores e integra o universo da cultura como espaço público dos discursos sociais conflitantes (CHAPARRO, 2001). Melo (2009) considera que a qualidade da imprensa e do jornalismo são indicadores do estágio civilizatório de qualquer sociedade e, por sua vez, Veríssimo (1900) afirma que sem instruir a população é inviável democratizar a República. Esta tese foi idealizada e produzida com a convicção de que há muito mais no jornalismo, para além do domínio das técnicas jornalísticas, e que os jornalistas fazem parte de uma profissão, talvez uma das profissões mais difíceis.

No momento em que a sociedade é confrontada pelos desafios decorrentes das mudanças climáticas, cabe ao jornalismo a missão de proporcionar as pessoas informações para que tomem decisões esclarecidas sobre como enfrentar a questão ambiental. Isso porque, dentro dos regimes democráticos a prática jornalística assumiu o conceito de serviço público, cabendo a ela, neste regime político, fornecer aos cidadãos as informações necessárias ao exercício da cidadania (TRAQUINA, 2005a).

A imprensa deve atuar como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governamentais. Logo, o jornalismo adquire legitimidade na Teoria Democrática, cujos teóricos o concebem em uma postura clara de desconfiança em relação ao poder (TRAQUINA, 2005a). As raízes desta concepção do jornalismo, a partir da Teoria Democrática, parece estar no século XVIII, quando a elaboração de uma nova teorização de governo recebe contribuições de escritores como Charles-Louis de Secondet, o Barão de Montesquieu³, em seu livro *The Spirit of Laws*, publicado em 1748. A obra exprime meio século antes das ideias da Revolução Francesa as bases de alguns direitos consagrados apenas no século XX com a Declaração dos Direitos do Homem (1948).

Montesquieu considerava a liberdade de expressão fundamental para a República, a qual lhe parecia a melhor forma de governo. O autor defendia que a criação de boas leis seria uma garantia para o triunfo da justiça e da liberdade. No entanto, a fim de evitar o surgimento de ditaduras ele defendia a importância de dois fatores: a educação e a divisão do poder, ou melhor, o poder controlando o poder. Para entender esse controle proposto por Montesquieu sob o ponto de vista do papel da imprensa, é preciso levar em conta os postulados de Jean-Jacques Rousseau⁴, cujo livro, *O Contrato Social*, publicado em 1762, contribuiu para o avanço do conceito de interesse público.

³ Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu, conhecido como Montesquieu, foi um político, filósofo e escritor francês. Nascido em 18 de janeiro de 1689 e morto em 10 de fevereiro de 1755, entre suas principais obras estão "[O Espírito das Leis](#)" e "[Cartas Persas](#)".

⁴ Jean-Jacques Rousseau foi um importante filósofo, teórico político e escritor suíço. Nasceu em 28 de junho de 1712 na cidade de Genebra (Suíça) e morreu em 2 de julho de 1778 em Ermenoville (França). É considerado um dos principais filósofos do [iluminismo](#), suas ideias influenciaram a [Revolução Francesa](#) (1789). Entre suas principais obras estão "Discurso Sobre as Ciências e as Artes", "Discurso Sobre a Origem da Desigualdade Entre os Homens", "Do Contrato Social", "Emílio, ou da Educação" e "Os Devaneios de um Caminhante Solitário".

Rousseau considera que a vontade geral tem sempre razão, mas o julgamento que a guia nem sempre está informado.

Outro escritor contemporâneo de Rousseau, François-Marie Arouet de Voltaire⁵, contribui com a formulação de três conceitos básicos em sua obra de mais de 50 volumes: o conceito da tolerância; a autoridade da lei; e a importância da liberdade de opinião. Estes conceitos serviram de inspiração para as revoluções americana (1776) e francesa (1789), cenários onde a liberdade torna-se um princípio sagrado. Reza o artigo 11 da Declaração do Homem e do Cidadão, aprovada em agosto de 1789: “A livre circulação do pensamento e opinião é um dos direitos mais preciosos do Homem. Todos os cidadãos podem tanto falar, escrever e publicar livremente, exceto quando foram responsáveis pelo abuso dessa liberdade em casos bem determinados por lei”.

Neste contexto, emerge pela primeira vez a designação de “quarto poder” para a imprensa, no século XIX, cujo autor foi um deputado do Parlamento inglês chamado McCaulay (BOORSTEIN, 1971). O parlamentar certo dia apontou para a galeria onde se assentavam os jornalistas e os apelidou *Four Estate* (quarto poder). A afirmação do deputado tinha como referência os três poderes (*états*) estabelecidos após a Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o *troisième état* (que englobava a burguesia e o povo). Retomando o ideário de Montesquieu, com seu princípio do “poder controlar poder” (*Power checks powers*) e aplicando-o a forma moderna da democracia, a imprensa (os *Media*) seria o “quarto” poder em relação aos outros três: executivo, legislativo e judiciário.

Traquina (2005a) observa que o novo designado “quarto poder”, a imprensa, o jornalismo, necessitava de uma legitimidade para justificar o seu lugar na sociedade, e dar cobertura a um negócio rentável. Essa legitimidade, segundo o autor, se deu por meio de intérpretes convincentes e influentes da teoria da opinião pública, fruto das filosofias liberais dos finais dos séculos XVII e XVIII. Observe-se que:

⁵ Voltaire era o pseudônimo de François-Marie Arouet. Foi um importante ensaísta, escritor e filósofo iluminista francês. Nasceu na cidade de Paris, em 21 de novembro de 1694 e morreu, na mesma cidade, em 30 de novembro de 1778. Durante sua vida escreveu diversos ensaios, romances, poemas e até peças de teatro. Entre suas principais obras estão “Édipo”, “Mariamne” e “Cartas filosóficas”.

Segundo Bentham, a opinião pública era uma parte integrante da teoria democrática do Estado. A opinião pública era importante como instrumento de controle social. Numa opinião pública esclarecida, podíamos encontrar um tribunal que reunia “toda a sabedoria e toda a justiça da nação” (TRAQUINA, 2005a, p.47).

A função social do jornalismo e sua legitimidade nas democracias surgem da resposta aos seguintes questionamentos decorrentes do posicionamento de Bentham⁶: como é que esta opinião pública pode ser alimentada com os ingredientes necessários para que pudesse tomar suas decisões? Como podia esta opinião pública exprimir-se? Para Jeremy Bentham, a resposta era simples: a imprensa. Essa afirmação nos leva a conclusão de que o jornalismo só é possível e, conseqüentemente, capaz de cumprir com sua missão de informar os cidadãos em um ambiente de liberdade. Como demonstrado, historicamente, a prática jornalística e a democracia desenvolveram uma relação simbiótica, a saber:

É difícil, olhando retrospectivamente, separar o conceito de jornalismo do conceito de criação de uma comunidade e mais tarde da democracia. O jornalismo é tão fundamental para essa finalidade que as sociedades que querem suprimir a liberdade devem primeiro suprimir a imprensa (KOVACK; ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

A democracia necessita de pessoas bem informadas assim como um jornal depende de confiança pública. Antes de ser tratado como uma atividade lucrativa, o jornalismo precisa ser visto como um serviço público e como tal deverá orientar suas atividades (NOBLAT, 2002). Entendido desta forma, os noticiários devem transmitir entendimento, pois é do conhecimento que deriva o poder, e na democracia o poder é dos cidadãos. “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

⁶ Jeremy Bentham, filósofo britânico, foi fundador da corrente filosófica, do final do século XVIII, conhecida como utilitarismo. Nascido em 1748 e morto em 1832, em sua obra *“Introduction to the Principles of Morals”* (1780), propôs que o objetivo da atividade política deveria ser a busca de “a maior felicidade para o maior número” de pessoas.

O estado democrático consagra o direito de informar e de receber informações. Na verdade, pode se dizer que esse direito é o elemento primordial da vida democrática (MELO, 2009). Para Traquina (2005a), o jornalismo, inicialmente identificado apenas com a imprensa, deve ser um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações. De acordo com Melo (2009, p.57), “figurando na história da humanidade como inovação que alterou profundamente a marcha civilizatória, a imprensa instaurou a cidadania e criou condições indispensáveis para a emergência das sociedades democráticas”.

A teoria democrática, inspirada pelas idéias de Montesquieu, reserva também ao jornalismo “num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo” (TRAQUINA, 2005a, p.23). Partindo deste princípio, o jornalismo contemporâneo é uma instituição da cidadania e as democracias procuram preservá-lo por se tratar de uma vitória da ética que busca o bem comum, a emancipação capaz de construir cidadania e a crença na verdade e nas leis justas (BUCCI, 2000). A liberdade de imprensa precisa ser um bem inegociável, pois existe para beneficiar a sociedade democrática informando a todos sem privilegiar os poderosos ou mais abastados e dando voz às diversas correntes de opinião. Para Traquina (2005a, p.22) “a democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura”.

Habermas⁷ (1984) identifica a crescente importância dos jornais, a partir do século XVII, na formação de uma nova modalidade de espaço público: a Esfera Pública burguesa. Uma esfera da vida social que não poderia ser considerada nem estatal e nem privada. Espaços de sociabilidade burguesa em que indivíduos reunidos buscavam o esclarecimento sobre questões envolvendo negócios, religião e o Estado por meio do debate público. Espaços em que os interesses, pretensões e visões de mundo deveriam

⁷Sociólogo, filósofo alemão e principal representante da chamada geração de segunda a Escola de Frankfurt, entre 1955 e 1959 trabalhou no Instituto de Pesquisa Social na cidade. Professor de filosofia em Heidelberg e da sociologia em Frankfurt. Habermas propõe uma razão comunicativa, a base será o caráter consensual intersubjetivo e de todo o conhecimento e controle crítico devolve a sociedade e orientação consciente dos objetivos e valores para seus próprios processos.

ser expressos discursivamente, valendo-se do uso público e livre de argumentos na busca do consenso. Logo, Habermas aponta uma redefinição dos espaços públicos e privados na sociedade moderna.

Traquina (1997, p. 123) estabelece a função do jornalismo dentro da Esfera Pública, afirmando que a teoria democrática dá aos meios de comunicação o papel de ‘mercado de ideias: “cabe à imprensa atuar como elo entre a opinião pública e as instituições governantes e a abrir a possibilidade para haver conflitos discursivos no âmbito das matérias jornalísticas”.

O processo de desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC’s) torna ainda mais importante o papel do jornalismo nos regimes democráticos. A possibilidade de obter informações rapidamente e o processo acelerado de globalização, faz com que o homem se informe menos pelos relatos feitos por amigos, vizinhos, colegas de trabalho e outros, e mais “pelo que os mediadores no novo espaço público (jornalistas) trazem até ele. Daí a nossa responsabilidade” (PENA, 2005, p.31). Lippmann (1922), no início do século passado já constatava que os meios de comunicação são a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça acerca desses acontecimentos.

Isso nos remete a Teoria da Agenda Setting. De acordo com Wolf (2001), essa teoria da comunicação parte dos seguintes pressupostos: os meios de comunicação de massa (*Mass Media*), no qual o conteúdo jornalístico é amplamente difundido, não têm o poder de persuadir, mas indica ao público sobre o que é necessário debruçar-se para ter uma opinião. Logo, a influência da mídia não se dá em torno do conteúdo e sim na capacidade de incluir preocupações na agenda dos cidadãos. Portanto, uma vez que se constitui em um instrumento midiático, os *Mass Media* fornecem às pessoas, por meio do jornalismo, a compreensão de grande parte da realidade social.

Essa agenda corresponderia, também, à necessidade dos meios de comunicação de oferecer regularmente ao seu leitor, ouvinte ou telespectador assuntos considerados importantes e interessantes em situação de concorrência. Deste modo:

Na sua sempre anunciada pretensão de transparência do social e de todos os seus campos, emergidos na modernidade clássica ou tardia, os media expõem seu próprio cerne, em seu aspecto mais essencial: o ato de publicizar. Dom de tornar as coisas comuns, compartilhadas, públicas. Publicizar ou não, eis então um dos momentos em que se instaura uma relação de poder: um dos poderes dos media para além das mensagens (RUBIN, 1994, p.68).

O agendamento e a sua duração seguem o ritmo da produção industrial de notícias e, também, o interesse mais ou menos imediato do público-leitor pelos temas selecionados. É muito comum o seu esgotamento, depois de alguns dias ou semanas em evidência, se não for reativado, constantemente, por fatos ou personagens novos. Grande parte da luta política (de poder) se dá, justamente, pelo agendamento de certos temas ou pelo seu deslocamento da agenda (GIRARDI JR, 2007). Essa luta política é uma luta pelo poder de representação, pelo reconhecimento das formas de representação legítima e pelo controle simbólico do agendamento. Ela é, então, a luta pelo poder de nomeação, de classificação e categorização (acusação pública) desses temas. Para Bourdieu (1998, p.11), “as relações de comunicação são, portanto, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulados pelos agentes ou pelas instituições envolvidas nessas relações.

Pode-se dizer, portanto, que o campo da política e o campo dos meios de comunicação de massa estabelecem um complexo jogo pela obtenção de reconhecimento e legitimidade de suas ações por meio de uma espécie de poder mágico que é o poder simbólico: “O poder simbólico é um poder (econômico, político, cultural ou outro) que está em condições de se fazer reconhecer, de obter reconhecimento” (BOURDIEU, 2000, p.61). Neste sentido, a cobertura da questão ambiental é um problema social, na medida em que ela se torna parte desta luta pelo poder, entendida, nos termos de Bourdieu (1998, p.28), “enquanto relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital”.

Esse poder de agendamento cresce na medida em que o público depende da mediação, pois, o material veiculado é previamente selecionado pela função de *Gate Keeper* (filtro) – desempenhada pela imprensa, estabelecendo uma lacuna entre o que ocorre e o que se torna notícia (McCOMBS, 2009). Podemos citar como exemplo, o

fato de entidades ambientalistas que, ao perceberem a influência dos meios de comunicação sobre a opinião dos públicos, buscam o apoio da imprensa. Agindo deste modo, eles almejam que o assunto ecologia que pode estar latente na “agenda do público”, de repente venha à tona através das notícias veiculadas pelos *Mass Media*. Podemos deduzir, conforme demonstra a teoria da Agenda Setting, que a mídia possui o poder de elevar à categoria de agenda dos públicos os diversos fatos latentes em nossa sociedade.

Os postulados de McCombs (2009) e Wolf (2001) fortalecem a perspectiva de Kovach e Rosenstiel (2003) de que, na democracia, a finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia, pelos jornalistas ou pelas técnicas utilizadas no dia-a-dia. Para os autores, ela é definida pela função exercida pelas notícias na vida das pessoas. “As pessoas precisam de informação por causa de um instinto básico do ser humano, que chamamos de Instinto de Percepção. Elas precisam estar a par de fatos que estão além de suas experiências” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p.32). Logo, o conhecimento do desconhecido, como no caso das possíveis consequências das mudanças climáticas, lhes dá segurança, permite-lhes planejar e administrar suas vidas.

1.2 – Princípios do Jornalismo

O estudo quantitativo e qualitativo da cobertura das secas de 2005 e 2010 no Amazonas pelo método da análise de conteúdo requer a construção de categorias de análise com base em critérios objetivos. A proposta desta pesquisa é construí-las tendo como base a função do jornalismo nas democracias, tratada anteriormente, seus princípios gerais, objeto deste tópico, e, mais à frente, enfocaremos os elementos específicos do jornalismo científico e ambiental. Ao longo do tempo o jornalismo incorporou uma série de princípios ou valores que passaram a nortear o exercício da profissão a fim de garantir a qualidade da informação transmitida à sociedade (TRAQUINA, 2005a). Essa aglutinação de princípios e valores tornou o jornalismo o que Hymes (1980) define como comunidade interpretativa. O conceito de comunidade interpretativa é definido como um grupo unido pelas suas interpretações partilhadas da realidade.

Zelizer (1993, p.402), afirma que os jornalistas possuem um “enquadramento de referência compartilhado para trabalhar”. Bourdieu (1998, p.47), defende que a prática jornalística é baseada numa “série de assunções e crenças compartilhadas” e que os jornalistas partilham “estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas” (TRAQUINA, 2005b, p.36). Embora não fossem normas canonizadas, esses princípios e valores são adotados pelos profissionais e pelas escolas de jornalismo em diferentes partes do mundo (inclusive em códigos de ética).

Por mais que em determinados momentos esses valores não tenham sido fortemente observados eles sempre estiveram presentes e continuam a ser aperfeiçoados. Apesar de começarem a existir em fins do século XIX, as preocupações deontológicas no jornalismo são principalmente um fenômeno registrado com mais intensidade no século XX (TRAQUINA, 2005b). Ressalte-se que a adoção de valores e princípios com objetivo de estabelecer uma ética profissional do jornalismo não ocorreu de forma auto-suficiente. As suas origens estão nas correntes filosóficas que trataram da ética para dar conta dos dilemas cotidianos da sociedade (BUCCI, 2000).

Existem duas principais correntes que subsidiam as discussões éticas do jornalismo contemporâneo (BUCCI, 2000). A primeira delas leva em conta as consequências dos atos, ou seja, ao analisar suas possíveis condutas o jornalista deve escolher aquela que trará benefícios para o maior número de pessoas. Essa corrente é classificada como utilitarista, sem, no entanto, confundi-la com a máxima segundo a qual os fins justificam os meios. A segunda corrente é menos flexível e não exige de seus adeptos capacidade de adivinhação. Ela tem como base a ideia de Immanuel Kant (1724-1804) de imperativo categórico, ou seja, uma norma de conduta só poderá ser eticamente aceita se for universal – ter validade tanto para o agente como para todos os outros seres racionais.

Essa corrente, denominada deontológica⁸, considera que a consequência do ato já não importa. O ato se torna relevante desde que revestido das características de um

⁸Deontologia é uma filosofia que faz parte da filosofia moral contemporânea e sua origem significa, em grego, ciência do dever e da obrigação. Deontologia é uma teoria sobre as escolhas dos indivíduos, quais são moralmente necessárias e serve para nortear o que realmente deve ser feito. O termo foi criado no ano de 1834, pelo filósofo

imperativo categórico universal, ou melhor, que o ato esteja amparado em princípios de mesma validade para todos. Como exemplo, podemos citar que dizer a verdade é um imperativo categórico kantiano, pois corresponde a um princípio possível de universalização. “Se ninguém mentir, tanto melhor. Pois bem, para o jornalista, dizer a verdade é um imperativo categórico fundador. Azar das consequências” (BUCCI, 2000, p.22). Para o autor, nas redações atuais não existem adeptos puros de uma ou de outra corrente, mas uma mescla das duas com uma preferência sutil para aquela que estabelece a responsabilidade dos agentes sobre seus atos e consequências deles. Ou seja, ao jornalismo cabe perseguir a verdade dos fatos para bem informar o público, que o jornalismo cumpre uma função social antes de ser um negócio, que a objetividade e o equilíbrio são valores que alicerçam a boa reportagem (BUCCI, 2000, p.30);

Elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam não é tarefa fácil, pois estão em constante mutação e não há consensos construídos formalmente entre a categoria. Em razão disso, adotaremos a proposta de Kovach e Rosenstiel (2003), que após 300 entrevistas com jornalistas organizaram uma lista com nove princípios capazes de permitir ao jornalismo alcançar sua finalidade. Ao trabalho dos autores acrescentamos outras contribuições teóricas de pesquisadores brasileiros do campo da comunicação.

Compromisso com a verdade:

O primeiro compromisso do jornalismo deve ser com a verdade (PENA, 2005). Antes de discorrer propriamente sobre este princípio, torna-se necessário esclarecer que trabalhamos com o conceito de Kovack e Rosenstiel (2003) no qual a verdade jornalística é diferente da verdade filosófica, pois a primeira é construída paulatinamente, matéria a matéria, visando o entendimento do fato no todo. A verdade almejada pelo jornalismo é, portanto, um processo contínuo na busca pela construção da realidade. As pessoas não necessitam de mais contexto e interpretação no relato jornalístico, “elas carecem de síntese e verificação, ou seja, de informações claras, diretas e exatas (verdadeiras), que conduzam a um entendimento do fato” (Kovack; Rosenstiel, 2003, p.125).

inglês Jeremy Bentham, para falar sobre o ramo da ética em que o objeto de estudo são os fundamentos do dever e das normas, deontologia é também conhecida como Teoria do Dever.

Schudson (1983) assinala que as profissões que são levadas mais a sério ou olhadas como mais respeitáveis são as que têm uma conexão evidente com assuntos de preocupação fundamental – a medicina trata da vida e da morte, o direito analisa a liberdade e a justiça. O Jornalismo tem ligação histórica com a liberdade e a verdade. Como linguagem, ambiente e processo, do jornalismo se exige a virtude da confiabilidade, sem a qual fracassará. “Para ser e persistir confiável, terá de atuar com independência e liberdade. E por independência e liberdade é preciso lutar, em todos os momentos e circunstâncias” (CHAPARRO, 2001, p.11).

Bucci (2000, p.30) adverte para a não observância do princípio da busca pela verdade, o que classifica como distorção deliberada ou inadvertida, a saber:

A distorção deliberada é uma mentira deslavada e consciente. É um pecado evidente que não mereceria maiores comentários não fosse o fato de que, no Brasil, ele não se deve apenas à má intenção de editores e donos de jornais, revistas ou emissoras de rádio e TV, mas tem origem estrutural: o regime de propriedade dos meios de comunicação eletrônicos de massa. Por isso, a distorção deliberada se confunde com frequência com o sétimo pecado capital, que é o abuso de poder.

A era da informação gera um fluxo cada vez maior de informações disponíveis aos cidadãos. Isso faz com que eles precisem cada vez mais de fontes identificáveis para poderem verificar a veracidade dos fatos e escolherem o que é importante e o que não é. Em meio a esse turbilhão de informação, grande parte dele provocado pela internet, as fontes de informação seguras tornam-se mais importantes e o papel da imprensa parece ser de fornecê-las. “A necessidade da verdade é maior, não menor, no novo século, considerando que a presença da inverdade tem sido muitas vezes prevacente” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p.77). Traquina (2005a, p.20) também está de acordo quanto ao fato de que “a transgressão da fronteira entre a realidade e a ficção é um dos maiores pecados da profissão de jornalista, merece violenta condenação da comunidade e quase o fim de qualquer promissora carreira de jornalista”.

A razão para isso é que os jornalistas sempre definem o jornalismo como sendo a realidade. A afirmação procede, segundo Traquina (2005a), pois existe um acordo tácito entre os que escolhem esta profissão de jornalista e o leitor / ouvinte / telespectador /

internauta que torna possível dar credibilidade ao jornalismo. Ele define a notícia como o principal produto do jornalismo contemporâneo, e esta não se trata de ficção. Logo, seus acontecimentos e personagens não são inventados.

Lealdade ao interesse público:

Esse princípio nos leva a uma pergunta inicial: para quem trabalham os jornalistas? Uma resposta calcada no modo capitalista de produção indica que são empregados do capital, ou seja, das empresas privadas que enxergam a produção e circulação de informações como negócio rentável. A resposta não está incorreta, mas convém fazer uma ponderação relacionada ao compromisso com a verdade, visto no item anterior. Essa obrigação social do jornalista o leva além dos interesses imediatos de seus patrões e essa mesma obrigação pode ser alavancadora do sucesso financeiro desses mesmos patrões. Chamamos de independência jornalística o fato de o jornalismo ser financiado pelo setor privado, mas servir aos interesses públicos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

Bucci (2000) preocupa-se com a questão dos interesses dos conglomerados de comunicação sobrepondo-se aos interesses do cidadão na mídia contemporânea. Como saída, aponta para a necessidade de limitar a propriedade dos meios de comunicação para resguardar o regime da livre concorrência entre as empresas e, conseqüentemente, um ambiente de multiplicidade de opiniões e pontos de vista. O autor cita o exemplo dos Estados Unidos da América (EUA), onde vários limites da concentração de propriedade dos meios de comunicação estão sendo revistos e “afrouxados”, no entanto, mantendo o princípio de manter a diversidade continua intocado. Para o autor:

No Brasil, jamais se cultivou verdadeiramente nada parecido. Aqui, o abuso de poder caminha sem a menor perspectiva de controle. É uma pena. A ética jornalística, para prosperar, depende da existência de um ambiente minimamente equilibrado e plural para os meios de comunicação (BUCCI, 2000. p.34).

Essa independência deve ser observada não somente em relação ao interesses das empresas jornalísticas. As fontes também disputam com o interesse público a lealdade dos jornalistas. De acordo com Chaparro (2001, p.29):

Os jornalistas não gostam de ouvir nem de dizer que dependem das fontes. Entretanto, na dimensão do mundo real, é na fonte que o repórter colhe o relato, o testemunho, a opinião, com os quais compõe a narrativa do cotidiano, sua arte maior. No jornalismo, até ao mais brilhante contador de histórias de pouco servirá a arte de escrever se não souber onde estão as boas fontes e como lidar com elas. A fonte faz acontecer, revela o segredo, detém o saber ou a emoção que queremos socializar. Ou sofre os efeitos e a eles reage.

O autor ressalta a dependência do jornalismo em relação às fontes acrescentando que, sem elas, não existe a informação decisiva, o detalhe poético, a versão esclarecedora, a frase polêmica, a avaliação especializada. No entanto, faz um alerta para o fato de que na rotina da produção e dos procedimentos profissionais (os conscientes e os inconscientes) existe a perspectiva das fontes de influenciar as decisões jornalísticas. Quanto mais competente elas se tornam, mais capazes são de determinar enfoques, relevâncias e até títulos, na narração jornalística. Também nesse caso a questão da lealdade é fundamental. Conforme pontual Kovach e Rosenstiel (2003, p.108):

Os jornalistas gostam de pensar que são os representantes do público, cobrindo a sociedade em todos os seus níveis, no interesse geral. Acontece, porém, que mais e mais o público não acredita nos jornalistas. As pessoas vem sensacionalismo, exploração, e sentem que os profissionais de imprensa querem mesmo é faturar, ficar famosos, ou, pior ainda, mostrar uma alegria maldosa com a desgraça alheia.

Restabelecer a confiança do leitor, telespectador, radiouvinte, internauta e etc. nas notícias passa por um pacto de lealdade entre os cidadãos e a indústria da informação. Essa lealdade foi rompida quando os interesses privados dos veículos de comunicação passaram a sobrepor o interesse público e o jornalismo se encolheu diante da investida das fontes organizadas, que representam interesses políticos, empresariais ou corporativos.

A disciplina da verificação:

Aproximar-se da verdade é servir ao interesse público e para isso faz-se necessária uma disciplina de verificação das informações publicadas. Para Kovach e Rosenstiel (2003), essa disciplina da verificação separa o jornalismo do entretenimento, da

propaganda, da literatura ou da arte. “Os repórteres devem ser obstinados em sua missão, além de disciplinados na luta para ir além de sua própria perspectiva dos fatos (p.142). Chaparro (2001), alerta para o fato de que tem ocorrido com certa frequência no atual jornalismo, inundado de acontecimentos planejados e controlados por agentes tão competentes quanto interessados, a renúncia dos repórteres à sua função investigativa e crítica. De acordo com este autor:

Sem investigação jornalística não há como atribuir significados e sentidos éticos, intelectualmente honestos, ao que acontece e é relatado – e esse é o papel que o jornalismo está deixando de cumprir, embora noticie cada vez mais. [...] Ora, quando o jornalismo se acomoda, preguiçoso, no aconchego das fontes oficiais, e foge dos maus cheiros que atormentam os desprotegidos, ele próprio começa a cheirar mal (CHAPARRO, 2001, p.19).

O autor, novamente, demonstra preocupação com a capacidade das fontes de agendar o jornalismo. Para eles, as fontes estão cada vez mais competentes em seduzir as redações com acontecimentos que já nascem com recheios elaborados para o relato jornalístico. Isso tem tirado a autonomia do jornalismo, pois em vez de agendar ele termina sendo agendado, sem cumprir seu principal “dever de casa”, que é a verificação dos fatos. Chaparro (2001) aponta como saída a recuperação da vontade e do hábito de investigar, assumir rotas e razões éticas, garantir precisão e veracidade às revelações, ser criativo e confiável. Em suma, produzir informações que expliquem.

A falta de verificação acarreta também erros capazes de assassinar reputações, induzir os cidadãos a erro e outras consequências igualmente lamentáveis. Bucci (2000) considera que esse tipo de assassinato é um dos pecados capitais do jornalismo, que ocorre por distorção deliberada ou inadvertida (verificação deficiente). Essa disciplina de verificar os fatos nos remete a uma questão polêmica, no jornalismo, que é a da objetividade jornalística, pois esta se apresenta como meio de garantir métodos capazes de diminuir os erros no processo de produção jornalístico. Não obstante a isso, adotamos aqui a posição de Pena (2005), na qual a objetividade não é definida em oposição à subjetividade. Nesse sentido, a objetividade surge no jornalismo por reconhecer a inevitabilidade da subjetividade, a saber:

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir de mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho. Logo, o método que deve ser objetivo e não o jornalista (PENA, 2005, p.50-51).

Traquina (2005a) sublinha a posição de Pena (2005) ao elencar alguns procedimentos para garantir métodos objetivos na produção jornalística. O primeiro deles é a abertura da matéria para diferentes versões sobre os fatos, ou seja, tornar o jornalismo um mercado de ideias. O segundo trata da apresentação de provas auxiliares (documentos, citação de fatos suplementares etc.), evitando as narrativas calcadas apenas em declarações. O terceiro é o uso judicioso das aspas, ou melhor, não usá-las apenas para marcar aquela fala que não é a do jornalista, mas também para pôr em questão a designação atribuída a determinadas palavras ou expressões. O quarto e último preconiza a estruturação da informação numa sequência apropriada, garantindo que, por exemplo, o texto reserve espaços proporcionais aos diferentes discursos.

Independência das fontes:

Para Chaparro (2001), a organização e a capacitação discursiva das fontes é a mais importante modificação ocorrida nos processos jornalísticos nos últimos quarenta anos. Segundo o autor, as fontes (interessadas, produtoras e controladoras de conhecimento, revelações e falas que alteram, explicam ou desvendam a atualidade) produzem e controlam as informações de interesse do jornalismo. Vejamos:

Na perspectiva da cultura e da democracia, a capacitação das fontes representa importante evolução. Só o será, todavia, se a mediação dos discursos particulares, sempre interessados, for feita por um jornalismo crítico e criativo, independente e livre. Há que acolher e tirar proveito da competência das fontes. Mas há também que resistir à sedução dessa competência, cujo efeito danoso é a preguiça para o trabalho indispensável de investigar, comparar, aferir, conferir, aprofundar, em benefício da veracidade e da informação plena. Esse, o papel cultural e político do jornalismo e dos jornalistas (CHAPARRO, 2001, p.18).

A preocupação da influência das fontes na agenda jornalística se aplica também ao campo da opinião. Kovach e Rosenstiel (2003) advertem que proibições rigorosas não garantirão que um jornalista permaneça livre de engajamentos pessoais ou intelectuais. Trata-se de uma questão de bom senso e de um compromisso inabalável com o princípio da lealdade com a população, em primeiro lugar, que irá evitar a dependência das fontes e, portanto, separar o jornalismo do partidarismo. Conforme Kovach e Rosenstiel (2003, p.168):

É um ofício baseado em levantar dos dados, apresentar, entender e educar. Criar barreiras a esse processo de descoberta acaba sendo, no fim, uma deslealdade para com o público. A importância dessa independência se torna ainda mais óbvia quando consideramos a outra obrigação especial do jornalismo, seu papel de guardião atento.

O sucesso do jornalismo passa pelo seu aperfeiçoamento como discurso elucidativo independente que cumpra seus compromissos éticos a interpretação da realidade que relata.

Ser um monitor independente do poder:

O princípio de guardião do interesse público do jornalismo se aplica tanto às ações do governo quanto aquelas das demais instituições poderosas da sociedade (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Cabe aos jornalistas romperem com a concepção de bipolarização (jornalismo *versus* governos) dos conflitos do poder, pois há sempre um terceiro pólo que precisa ser levado em consideração e ganhar identidade: o povo. Na tríade do poder, o terceiro pólo está no povo, que oscila entre situação e oposição atraído ora para um, ora para outro dos pólos dominantes, por habilidades de sedução ou por imposição de medos. Chaparro (2001, p.38) assinala que “apesar de quase não entrar na pauta jornalística, o povo produz acontecimentos, e com eles conflitos, cultura – fatos, falas, artes e saberes que precisam ser captados, compreendidos, narrados”.

O fazer jornalístico referenciado no princípio do guardião independente supõe vigiar os poucos poderosos da sociedade em nome dos muitos na luta contra a tirania. Para Noblat (2002, p.15), “não basta a um jornal ser independente. Os leitores esperam

que ele sirva à comunidade onde circula atuando como um implacável fiscal dos atos dos poderes público e privado”. Historicamente, a imprensa sempre teve esse papel de guardião. Como demonstrado em tópicos anteriores, de certa forma, essa função contribuiu para que a liberdade de imprensa fosse conquistada de forma legal em muitos países, pois outorgou ao jornalismo legitimidade para agir em nome da sociedade na vigília do poder.

A reportagem investigativa é o suporte para esse princípio de monitor dos poderosos, pois foi por meio dela que ao longo do tempo o jornalismo recebeu esse atributo. O chamado jornalismo investigativo deve se revestir de maior responsabilidade, uma vez que conduz o público a posicionar-se quanto às revelações apresentadas. Chaparro (2001, p.8), considera que:

Para o jornalismo convergem as informações, as emoções, os saberes, os conflitos, as expectativas, as notoriedades e os mitos do tempo presente. É no jornalismo, em suas aptidões de linguagem, que se concentram, hoje, as possibilidades mais amplas e eficazes, de realizar intervenções transformadoras na realidade. O jornalismo tem também o fascínio do poder. Poder próprio. E poderes alheios, dissimulados ou não, que correm pelas vias e veias da expressão jornalística.

Outra interpretação importante acerca do princípio de guardião da imprensa é a independência. No contexto atual em que estão surgindo corporações internacionais de comunicação, fica cada vez mais difícil praticar um jornalismo independente, pois, nesses conglomerados o jornalismo compreende apenas mais uma área de investimento, a qual pode ser usada para promover as demais. Sobre essa preocupação, Bucci (2000) faz um alerta sobre a necessidade de diferenciar os dois tipos de exigências feitas atualmente aos jornalistas. A primeira, diz respeito à reclamação legítima de limites para o poder dos meios de comunicação, pois eles adquiriram vasto poder sobre a sociedade e fizeram de seus funcionários figuras arrogantes, que se julgam acima de qualquer limite quando se trata de garantir seus interesses. Por isso,

Exigir que ajam com responsabilidade social e com consciência, que não abusem do poder de que estão investidos, que não se valham dele para destruir reputações e para deformar as instituições democráticas é

exigir que o espírito que se encontra na origem do jornalismo não seja corrompido. (BUCCI, 2000, p.11)

O autor está se referindo ao segundo tipo de exigência referente à ideia de cultivar “bons modos”, inepto. Atender a essas aparências de boas maneiras implica ajudar a tecer a cumplicidade entre o jornalismo e o poder e, conseqüentemente, reduzir os graves problemas da ética jornalística e dos meios de comunicação a uma questão de etiqueta. Conforme Bucci (2000, p.11),

O jornalismo é conflito, e quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar. Aliás, a ética só existe porque a comunicação social é lugar do conflito. Onde a etiqueta cala, a ética pergunta. De que adianta equipe de repórteres de fino trato se o dono da rede de televisão põe a emissora a serviço de seu candidato a presidente da República, distorcendo fatos?

Mesmo tendo peso igual em muitos aspectos aos demais tipos de jornalismo, exercer a função de guardião exige dos repórteres habilidades especiais, um temperamento especial, uma vontade especial. Requer também investimento de recursos, um ímpeto por cobrir assuntos sérios e uma imprensa independente de qualquer interesse a não ser o do consumidor de notícias.

Promover um fórum para a crítica e o comentário público:

Por esse princípio, o jornalismo deve despertar a atenção da sociedade para assuntos que mereçam sua avaliação, funcionando como um fórum do debate público. O jornalismo deve contribuir para a formação da opinião pública sobre o fato em questão. Essa função da imprensa possibilitaria a criação de sociedades democráticas, pois encoraja a conciliação, o alicerce da democracia (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003). Para que a discussão pública alcance o fim esperado, é importante que ela seja construída sob os mesmos princípios que regem o jornalismo, começando com a veracidade e disciplina de verificação, pois um fórum sem respeito pelos fatos acaba falhando.

Mas não basta só obedecer aos princípios do jornalismo, é necessário que esse fórum esteja voltado a toda a comunidade, atingindo todas as classes sociais e não fique

restrito a um público seletivo. Um elemento importante do princípio de fórum do debate público refere-se aos argumentos elencados. Segundo Kovach e Rosenstiel (2003), convém evitar abordar os lados extremos de um assunto, pois exclui a maioria dos cidadãos e dificilmente são conciliatórios. Os pesquisadores analisam também a influência da tecnologia nesse papel do jornalismo. Para eles, a tecnologia propicia maior participação da sociedade na discussão dos temas públicos e aumenta a responsabilidade do jornalismo.

Quando este princípio não é observado o espaço para o fórum de discussões passa a ser ocupado pelo espetáculo e até mesmo pela ficção. Pena (2005) aponta, nesses casos, uma substituição das discussões de causas públicas e valores éticos por outro em que as representações da realidade interagem com o espetáculo, a simulação e a imagem virtual. Bucci (2000) classifica esse processo de culto as falsas imagens onde o jornalismo se confunde com a literatura de ficção ou com a arte, apesar de sempre ter se beneficiado de seus recursos. Vejamos:

O noticiário atualmente constrói pequenas novelas diárias ou semanais cujos protagonistas são tipos da vida real absorvidos por uma narrativa que funciona como se fosse ficção. O jornalismo perde na medida em que a imagem, tal qual ela é confeccionada e difundida no espetáculo, achata o pensamento. Convertidas em estereótipos, pressionam o discurso jornalístico por um maniqueísmo acrítico e, no limite, não informativo, apenas emocionante. Quando o jornalismo emociona mais do que informa, tem-se aí um problema ético, que é a negação da sua função de promover o debate de idéias no espaço público (BUCCI, 2000, p.45).

Apresentar o significativo de forma interessante e relevante:

Esse princípio refere-se a dois aspectos do trabalho jornalístico: a escolha das notícias (o que é significativo) e a produção do texto (tornar as histórias interessantes). Em relação ao primeiro aspecto, Pena (2005) considera que revelar o modo como as notícias são produzidas é mais do que a chave para compreender seu significado, é contribuir para o aperfeiçoamento democrático da sociedade. “O fato é que os jornalistas se valem de uma cultura própria para decidir o que é ou não é notícia. Ou seja, têm critérios próprios, que consideram óbvios, quase instintivos” (PENA, 2005, p.71). Apesar desses critérios, Wolf (2001) afirma que os jornalistas baseiam-se

muito mais na capacidade de um fato virar ou não notícia, a qual denomina de noticiabilidade, do que num instinto imponderável. O autor considera ainda, que os jornalistas definem o grau de noticiabilidade de um fato levando em conta outro elemento por ele denominado como valores-notícia.

Os valores-notícia, por sua vez, subdividem-se em categorias distintas (PENA, 2005). A primeira, e mais óbvia, é a substantiva, que hierarquiza as informações de acordo com o grau de importância dos indivíduos nelas envolvidos e o interesse público. Como exemplo, podemos citar o fato de que uma informação sobre o presidente da República é mais valorizada de que outra, de mesmo tom, sobre um vereador. Já a categoria relacionada ao produto (subdividida em critérios de brevidade, atualidade, qualidade e equilíbrio), valora a informação com base em conceitos do jornalismo já abordados, como é o caso da objetividade. A categoria relativa ao meio de informação (subdividida em graus de acessibilidade às fontes/locais e em possibilidade/limites de produção da notícia) refere-se aos veículos. A televisão, por exemplo, tende a tornar notícias os fatos onde é possível produzir imagens para ajudar a contar as histórias.

As categorias levam em conta também o público, a concorrência e o sistema de produção jornalístico. A categoria relativa ao público considera elementos como a prestação de serviço e a proteção do público alvo das informações, deixando, por exemplo, de divulgar suicídios. A concorrência acirrada dos veículos de comunicação entra no roll das categorias na procura das notícias exclusivas e do furo de reportagem. Wolf (2001) e Traquina (2005b) veem o modo de produção das notícias, em que o tempo é o eixo central do processo e as normas ocupacionais (divisão de tarefas e hierarquia das redações) como fatores determinantes para a escolha dos fatos que irão se transformar em notícia.

O segundo aspecto do processo do trabalho jornalístico ligado ao princípio da significação e relevância trata basicamente de algo que é essencial para o jornalismo, mas que muitas vezes é relegado pelos seus responsáveis: o texto jornalístico. O texto jornalístico deve conter informação significativa para o público e ser apresentado de modo interessante e relevante, tornando-o capaz de despertar a atenção do seu receptor

sem prejudicar os fatos nele narrados. Eles declaram que “parte da responsabilidade de um jornalista não é só fornecer informação, mas fornecê-la de uma maneira que as pessoas se sentirão inclinadas a ouvi-la” (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 226). Os autores apontam uma dificuldade que os profissionais da imprensa têm em produzir um texto cujo conteúdo seja informativo e ao mesmo tempo possa atrair o público. Segundo eles, existe uma série de razões que justificam essa dificuldade, entre elas a pressa, ignorância, clichês e preconceitos.

Noblat (2002, p.85) o jornalismo brasileiro herdou da imprensa norte-americana o estilo de texto noticioso, o modelo da pirâmide invertida. O autor acrescenta que a própria imprensa americana já “concluiu que texto que não emociona, inquieta, instiga, mexe com a imaginação das pessoas e ajuda a pensar não é lido ou é pouco lido” (p. 85). Na tentativa de conquistar o público, algumas empresas adotam o *infortainment* (uma mistura de informação com entretenimento) como forma de modificar o formato clássico do jornalismo. Este recurso enfraquece o papel da imprensa, pois normalmente aborda um tema pela perspectiva do escândalo e do humor. Como diz Bucci (200, p.67):

As suas narrativas comportam naturalmente a emoção, e é legítimo que pretendam prender o público pelos sentimentos que pode despertar. Recentemente, porém, à medida que as empresas jornalísticas foram sendo engolidas por conglomerados da mídia (que acumulam o negócio do jornalismo com o negócio do entretenimento), ocorrem alterações na organização social da cultura, e, no ambiente, específico da imprensa, houve também mudanças culturais. A aproximação com o entretenimento não é apenas econômica – é cultural. A linguagem do jornalismo já não dialoga tanto com a literatura e com o cinema como dialoga com a chamada “cultura pop”, como as comédias para a TV e com desenhos animados, vídeo games e letras de canções que tocam no rádio. Hoje é o entretenimento que influencia as narrativas jornalísticas.

São importantes algumas técnicas desenvolvidas por jornalistas americanos que tiveram sucesso na busca por um texto significativo e interessante, fugindo da forma usual de apresentar as notícias. Entretanto, Kovach e Rosenstiel (2003) advertem que independente da forma que informação jornalística assuma, é mister que ela seja compatível com os princípios da verdade e da verificação.

O jornalista tem um dever com sua consciência:

O último, porém não menos importante princípio, preconiza que todos os jornalistas – da redação à sala da diretoria – devem ter um sentido pessoal de ética e responsabilidade – uma bússola moral (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). O profissional da notícia deve perceber que tem uma responsabilidade de dar voz, bem alta, a sua consciência e permitir que outros ao seu redor façam a mesma coisa. De acordo com Kovach e Rosenstiel (2003, p.274),

Para que isso aconteça, uma redação aberta é essencial para pôr em prática todos os princípios. [...] Inúmeras barreiras dificultam a tarefa de produzir notícias exatas, justas, equilibradas, dirigidas ao cidadão, independentes e corajosas. O esforço, porém, começa mal quando não existe uma atmosfera que permita às pessoas desafiar as idéias em circulação, as percepções e preconceitos. É preciso que os jornalistas se sintam livres, até mesmo encorajados, a falar alto e dizer: ‘esta matéria me parece racista’, ‘chefe você está tomando uma decisão errada’.

A sociedade espera do jornalismo o relato verídico dos acontecimentos e a explicação isenta dos fatos e contextos. Para isso, o comportamento dos jornalistas precisa estar vinculado, não a algum interesse particular em jogo, mas ao interesse público. De acordo com Chaparro (2001, p.73), isso “além de exigir lucidez, coragem e sabedoria, só se resolve no plano da consciência, diante da responsabilidade de tomar decisões que produzem efeitos imediatos e irreversíveis”.

1.3 – Jornalismo Científico e Ambiental

Jornalismo Científico

Investigar o papel do jornalismo no esforço global de conciliar progresso e meio ambiente significa contribuir para qualificar o papel dos veículos de comunicação na questão ambiental e melhorar o nível de informação dos cidadãos. Isto nos remete ao jornalismo científico, na medida em que este promove a divulgação da ciência e tecnologia através dos meios de comunicação de massa, segundo os critérios e o sistema de produção jornalístico. Entretanto, dizer que o papel do jornalismo científico é apenas divulgar ciência é lugar comum, mesmo sendo essa uma de suas principais metas. Ao informar o público sobre a ciência, ele busca trazer reflexões, instigar discussões na

sociedade e também contribuir de maneira efetiva na formação de uma cultura científica.

Se o jornalismo ainda busca o reconhecimento acadêmico enquanto objeto e campo de pesquisa, não poderia ser diferente com seu gênero voltado para as informações científicas. Por isso, cabe aqui estabelecer mais alguns contextos e conceitos sobre o jornalismo científico. A origem da divulgação científica confunde-se com o nascimento da imprensa em meados do século XV. Na época, com a disseminação da impressão na Europa e o advento dos tipos móveis de Gutemberg o surgimento de uma comunidade de cientistas foi acelerada. Isso fez com que as ideias e ilustrações científicas se tornassem acessíveis ao grande número de pessoas, mesmo sendo limitado aos representantes letrados da sociedade: clero, nobreza e burguesia, que começa a surgir (OLIVEIRA, 1990).

O advento da imprensa deu uma guinada na divulgação científica no século XV e possibilitou o surgimento do jornalismo científico. Ao mesmo tempo em que nascem jornais de renome por toda a Europa, cientistas lançavam grandes obras, a exemplo de Galileu Galilei⁹ com o livro ‘Mensageiro Celeste’. A obra causou polêmica ao afirmar que a Terra, assim como os outros planetas, girava em torno do Sol e não o contrário. Mas foi nos séculos XVI e XVII que houve o movimento conhecido como revolução científica. Nesse momento, a ciência vivia sua época de ouro na Europa e na Inglaterra nascia a divulgação científica.

A divulgação científica e o jornalismo científico nascem na Inglaterra em meados do século XVII com cartas escritas pelos próprios cientistas contando sobre suas ideias, experiências e descobertas. Uma vez que as cartas eram redigidas em vários idiomas, as traduções passaram a ter papel importante na divulgação do conhecimento científico da

⁹Grande Físico, Matemático e Astrônomo, Galileu Galilei nasceu na Itália no ano de 1564. Durante sua juventude ele escreveu obras sobre Dante e Tasso. Ainda nesta fase, fez a descoberta da lei dos corpos e enunciou o princípio da Inércia. Foi um dos principais representantes do Renascimento Científico dos séculos XVI e XVII. Por sua visão heliocêntrica, o astrônomo italiano teve que ir a Roma em 1611, pois estava sendo acusado de herege. Condenado, foi obrigado a assinar um decreto do Tribunal da Inquisição, onde declarava que o sistema heliocêntrico era apenas uma hipótese. Contudo, em 1632, ele voltou a defender o sistema heliocêntrico e deu continuidade aos seus estudos.

época. Mas foi Henry Oldenburg, secretário da Real Sociedade Britânica, o pioneiro a fazer divulgação científica nos padrões do jornalismo com traduções dessas cartas para a língua inglesa. De acordo com Calado (2007, p.123),

A história do jornalismo científico tem suas origens fecundadas a partir do interesse e da curiosidade do público por informações sobre a ciência. Esse foi o ponto de partida para a publicação e divulgação de correspondências de cunho científico resguardadas entre especialistas e pesquisadores do século XVI. O conteúdo dessas cartas revela os alicerces dessa categoria jornalística e principia o surgimento da profissão de jornalista científico.

As descobertas no campo científico-tecnológico obtidas durante as duas guerras mundiais impulsionaram o avanço do jornalismo científico nos EUA e na Europa. A fim de conhecer mais sobre a nova tecnologia bélica da época, jornalistas, tanto europeus quanto americanos, acabaram criando as primeiras associações de jornalismo científico. De novo, é a Inglaterra que começa os trabalhos através do jornalista Richard Calder, que fundou junto com alguns colegas a Associação dos Escritores de Ciência. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e o avanço tecnológico provocado por ela, a cobertura jornalística aumentou consideravelmente na área de ciência e tecnologia (C&T). Com a guerra, a ciência passou a receber destaque na mídia com as novas armas desenvolvidas como gases venenosos, bombas nucleares e submarinos.

No século XX, as descobertas na área científico-tecnológica viraram assuntos comuns nos veículos de comunicação, não só pelo papel que a imprensa estava galgando na sociedade, mas também pela velocidade com que experiências e descobertas de C&T eram feitas. Calado (2007, p.234), pontua que,

A mídia passou a desempenhar a função estratégica de fornecedora de informações científicas, as quais permitem que todos se sintam minimamente afinados com as questões centrais de um mundo que, sob a égide da ciência e da tecnologia mostra-se em contínuas e rápidas transformações.

A imprensa no Brasil surge com significativo atraso se comparada à Europa e aos EUA. Apesar de no século XIX a Europa e os EUA terem vivido a era de ouro da

divulgação científica, no Brasil, a corte portuguesa acabara de desembarcar fugindo de Napoleão Bonaparte, o que deu fim à proibição de publicar livros e jornais. Após esse período, o Brasil sofreu intensas modificações na sua forma de governo. De colônia passou a Império, depois à República. Nos anos republicanos conheceu dois períodos de ditadura: o Estado Novo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1946, e o regime militar, de 1964 a 1985. Além dos longos anos sob o domínio português o país viveu, durante a República, 28 anos de ditadura militar. Nesse período, a imprensa pouco se desenvolveu e a ciência só veio a se estabelecer, como em muitos países, depois da Segunda Guerra mundial.

O fator mais importante na história do jornalismo científico e da divulgação científica no Brasil foi a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Criada em 1948, a SBPC surge como uma reação de José Reis, um de seus fundadores, a iniciativa do então governador de São Paulo de transformar o Instituto Butantã em mero produtor de soro antiofídico, quando este já possuía significativa importância para a saúde de São Paulo (CAPOZZOLI, 2002).

Hoje, a SBPC reúne todas as sociedades científicas do país e ao longo de seus mais de 50 anos vem construindo uma imagem respeitada e de resistência, principalmente nos anos de governo militar, durante os quais, em suas reuniões, seus frequentadores (professores universitários, cientistas, estudantes e escritores, ou seja, os intelectuais da época) tinham espaço para debater sobre ciência e política no país. José Reis fundou o SBPC juntamente com cientistas para discutir a função social da ciência como forma de reação não só a decisão do governador de SP em relação ao Instituto Butantã, mas a iniciativa tomada pelo governo durante o Estado Novo e a presidência de Getúlio. Para Capozzoli (2008, p.10), “as raízes mais profundas dessa reação que levou a fundação da SBPC estão no Estado Novo e, depois, na eleição de Getúlio Vargas e sua determinação em disseminar universidades e institutos de pesquisa como maneira de dotar o país de infraestrutura científica”.

Foi durante o regime militar (1964-1984) que a produção de ciência e tecnologia brasileira obteve apoio significativo. Apesar do aspecto político que a envolvia, foi nessa época que houve no país um avanço científico e tecnológico. Nesse período foram

criados institutos e programas de pesquisa como o programa espacial brasileiro e a indústria aeronáutica. Oliveira (1990, p.30-31) assinala que,

Apesar dos aspetos ideológicos e políticos que circundaram esse momento da nossa história, é preciso reconhecer que foi um período de grande incentivo ao desenvolvimento tecnológico, que ainda hoje representa parte significativa da inteligência nessa área, na forma de institutos de pesquisa e universidades.

Ao mesmo tempo em que o período militar trouxe dano considerável à sociedade brasileira, também foi o momento em que o governo passou a investir na produção científica nacional. Mesmo assim o jornalismo científico ficou atrelado à divulgação dos projetos da época. Na realidade, ciência e tecnologia sempre estiveram ligadas ao governo estadual e federal no Brasil.

Na década de 80, as notícias de C&T cresceram significativamente influenciadas por acontecimentos de repercussão internacional como a passagem do cometa Halley e as viagens espaciais. Na década de 90, a criação das revistas *Ciência Hoje* (SBPC) e *Ciência Ilustrada* (Editora Abril), garantem o crescimento do jornalismo científico no Brasil. Veículos conhecidos pela sua confiabilidade surgiram na mesma época como *Globo Ciência* (Editora Globo) e *Superinteressante* (Editora Abril). Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do jornalismo científico brasileiro foi o surgimento de programas de televisão, como *Globo Ciência* e *Estação Ciência*, da extinta TV Manchete. Além disso, já eram frequentes nos noticiários brasileiros manchetes sobre C&T, pois “em 1992, quando foi realizada no Rio de Janeiro a Rio 92, já era grande o número de jornais que contavam com editoriais de C&T, revistas especializadas e programas de rádio e TV” (OLIVEIRA, 1990, p. 39).

Na década de 90, apesar de haver uma falha na formação do jornalista e escritor científico quanto à fundamentação teórica para ligar temas como economia e política na área de C&T, grandes jornais expandiam suas editorias abrindo espaço para publicações sobre ciência e tecnologia, mesmo sendo produção de fora do país, especialmente americana.

Aos poucos, no decorrer dos anos 90, assessorias de imprensa de Universidades, instituições de pesquisa e agências de apoio à pesquisa produziam material de divulgação como informativos, jornais e revistas, que até hoje vêm fornecendo conteúdo aos veículos de comunicação do país. Pode-se dizer que devido a iniciativa das assessorias e dos jornais em publicar, mesmo que de forma esporádica, a produção científicotecnológica nacional hoje temos considerável acervo disponível. “O jornalismo científico se for possível a analogia, mal saiu da fase romântica, resvala muitas vezes no denunciismo e no alarmismo sem fundamento e é incapaz de análises e exposição de contrapontos” (OLIVEIRA, 1990, p.39).

Nos últimos anos o jornalista científico tem se especializado na área graças aos cursos de Pós-Graduação oferecidos por Universidades em todo país, mas é preciso dizer que apesar da crescente demanda de cursos na área, a presença do jornalismo científico no curso de jornalismo é escassa. É preciso que as universidades invistam na formação de jornalistas científicos, pois, segundo Calado (2007) não adianta manter uma página diária de informações sobre ciência se o leitor não consegue compreender o conteúdo por falta de clareza do profissional.

Sobre o conceito de jornalismo científico, é preciso antes marcar a sua distinção em relação à divulgação científica. O primeiro, diz respeito à veiculação de informações de ciência e tecnologia pela imprensa, enquanto que a segunda se refere a utilização de recursos, técnicas e processos para veiculação de informações científicas e tecnológicas ao público em geral (BUENO, 1984). Ressalte-se novamente, que o conceito de jornalismo científico deve, obrigatoriamente, incluir o de jornalismo. Isso porque compartilha das características da atualidade, universalidade, periodicidade e difusão, bem como comunga dos mesmos princípios fundadores de sua legitimidade nos regimes democráticos. Essa é a razão de termos enunciado estes princípios no tópico anterior.

Adotamos aqui a proposta de Bueno (1984) quando sugere como base a proposta de José Marques de Melo para conceituar o jornalismo científico como:

Um processo social que articula a partir de relação
(periódica/oportuna) entre organizações formais
(editoras/emissoras) e coletividades (públicos/receptores)

através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) de natureza científica e tecnológica em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (BUENO, 1984, p.22).

O autor acrescenta, porém, uma função social ao jornalismo sobre ciência, que consiste numa postura crítica e a não adesão ao movimento de alguns cientistas e intelectuais que ainda fazem apologia dos fatos e das informações científicas, dando a ciência um caráter fetichista.

Medina (2003), também considera que alguns profissionais de comunicação têm certa dificuldade para superar o signo da divulgação, ou seja, que seriam meros tradutores e difusores da informação científica. Contribui para esse fato, a postura de algumas fontes científicas ao raramente reconhecerem, no comunicador, um sujeito-autor de mediações sociais. Para esta autora,

O signo dialógico das mediações sociais envolve a desconstrução do autoritarismo unidirecional – fonte de informação dita científica, tradutores e receptor massificado. Equívoco generalizado: nem a fonte científica é autocrática, nem o profissional de comunicação é mero tradutor, nem o receptor faz parte de uma massa indistinta (MEDINA, 2003, p.116).

Ao invés do signo da divulgação, a autora propõe a conciliação entre o discurso das fontes especializadas e as narrativas. Esse casamento da narrativa especializada com a vivacidade da aventura humana (jornalismo) tem potencial de proporcionar uma narrativa complexa, capaz de fazer com que especialistas e mediadores-autores (jornalistas) experimentem o aprofundamento.

Problematizando o papel do jornalismo científico, Ivanissevich (2005) considera que cabe a ele possibilitar debates sobre questões polêmicas como a clonagem de embriões, alimentos transgênicos e mudanças climáticas globais. Essa função teria amparo não somente nas responsabilidades éticas da mídia, mas também porque têm apelo popular e asseguram a audiência e a venda do produto (notícia). “Nesse sentido, a mídia tem um papel fundamental: o de manter as pessoas informadas sobre as novas

conquistas científicas para que possam se posicionar diante delas” (IVANISSEVICH, 2005, p.25). Bueno (1984) considera que o jornalismo científico cumpre seis funções básicas, a saber:

1. Função informativa: está implícita na própria conceituação de jornalismo científico, ou seja, a divulgação de fatos e informações de natureza científica e tecnológica, permitindo ao cidadão comum inteirar-se das novas descobertas das ciências e das suas implicações políticas, econômicas e socioculturais;
2. Função educativa: o jornalismo científico deve estar atento ao fato de que em muitos casos ele é a única fonte popular de informação sobre ciência e tecnologia;
3. Função social: manifesta-se pela preocupação em situar a informação científica e tecnológica num contexto mais amplo. Ela prevê o debate dos temas e da tecnologia à luz das aspirações da sociedade e faz coincidir os interesses com os objetivos da produção e da divulgação científica;
4. Função cultural: o jornalismo científico deve trabalhar em prol da preservação e valorização da cultura nacional e repelir qualquer tentativa de agressão aos nossos valores culturais;
5. Função econômica: cabe ao jornalismo científico exercer o papel de contribuir para aumentar o intercâmbio entre os institutos, universidades e centros de pesquisa nacionais e o setor produtivo;
6. Função político-ideológica: levando em conta que muitas vezes o jornalismo científico é financiado pelas grandes empresas multinacionais que, através dele informam a opinião pública de suas realizações no campo científico e tecnológico, ele deve evitar funcionar apenas como mero reproduzidor destes interesses e apenas legitimá-los junto à sociedade.

Jornalismo Ambiental

Apesar de o jornalismo ambiental compartilhar diversos elementos oriundos do jornalismo científico, a cobertura dos fatos relacionados à questão ambiental necessita de outras abordagens além da científica por envolver o debate de problemas com implicações científicas, sociais, econômicas e políticas (OLIVEIRA, 1990). Em razão disso, este último tópico irá explorar as peculiaridades do jornalismo ambiental em relação ao científico e problematizar as aplicações dos princípios enunciados nos demais tópicos anteriores.

Bueno (2007), chama a atenção para o fato de que o jornalismo ambiental está em fase de construção de um conceito para além dos limites do jornalismo científico tradicional, do econômico e do cultural. O autor considera que o jornalismo científico tradicional muitas vezes está comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica, preocupada apenas com a continuidade de suas pesquisas. No campo do jornalismo econômico, a crítica se direciona à sedução exercida pelo modelo agroexportador, pela revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financeiro sobre as editoriais da área econômica. Por fim, repudia a ligação com um jornalismo cultural tipificado pelo domínio das elites e o pouco espaço para o diálogo com os setores populares. De acordo com este autor,

Jornalismo Ambiental, que é jornalismo em primeiro lugar, caracteriza-se por produtos (veículos, de maneira geral) que decorrem do trabalho realizado por profissionais que militam na imprensa, ele está definido tanto pelas matérias/colunas/editoriais/cadernos/ sobre meio ambiente publicados na mídia de massa (imprensa de informação geral ou especializada) como nos veículos ou espaços (de produção jornalística) exclusivamente destinados ao meio ambiente (BUENO, 2007, p.31).

A função social deste jornalismo ambiental é estar política, social e culturalmente engajado com a causa do desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. “Só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses” (BUENO, 2007, p.29). O atingimento desta função, que não se descola da função social do jornalismo de forma geral, supõe a observância de alguns princípios e procedimentos que a

comunidade jornalística do campo ambiental vem adotando ao longo dos anos. Com o objetivo de subsidiar a análise da cobertura das secas de 2005 e 2010 no Amazonas, objeto desta pesquisa, procedemos uma revisão da bibliografia produzida a este respeito e destacamos os oito pontos convergentes apontados pelos autores consultados.

a) Diversidade de fontes

As reportagens ambientais precisam abrir espaço não somente para os que já possuem espaço de fala nos veículos de comunicação (autoridades, pesquisadores, empresários e políticos), mas também àqueles comumente silenciados pela mídia (entidades de classe, líderes comunitários, integrantes de comunidades afetadas pelos problemas ambientais, etc.). “O jornalismo ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés (BUENO, 2007, p.14). A escolha das fontes deve ter como fator norteador compatibilizar visões, experiências e conhecimentos contribuindo para uma relação melhor entre homem e meio ambiente.

Ao privilegiar apenas o chamado discurso competente, o jornalismo ambiental corre o risco de apenas legitimar hierarquias e promover distanciamentos, pois conforme Bueno (2007, p.15),

O jornalismo ambiental brasileiro, equivocadamente, tem sido acometido pela “síndrome do Lattes”, ou seja, tem priorizado (ou, o que é mais dramático, se reduzido a) fontes que dispõem de currículo acadêmico, produtores de conhecimento especializado e que, muitas vezes têm, por viés do olhar ou em muitos casos por má índole, se tornado cúmplices de corporações multinacionais que pregam o monopólio das sementes ou fazem apologia dos insumos químicos ou agrotóxicos, cinicamente chamados de defensivos agrícolas.

Existem muitos outros protagonistas possíveis nas pautas ambientais fora dos muros das academias. Na Amazônia, os povos da floresta, o agricultor familiar, o cidadão que vive nas ruas das capitais e sedes municipais do interior precisam ter vez e voz nas discussões sobre os modelos de desenvolvimento propostos para a região. Alguns veículos de comunicação, devido ao seu compromisso comercial e político, repercutem as falas apenas dos representantes de grandes interesses das fontes oficiais,

tratando de forma preconceituosa as entidades da sociedade civil que teimam em exercer vigília para defender seus interesses e de seus representados.

A prática de limitar ou escolher de forma não democrática as fontes também acarreta um outro problema às pautas ambientais: o maniqueísmo. A maioria dos repórteres - por despreparo, falta de tempo ou hábito - ainda resume seu trabalho seguindo ao pé da letra a velha máxima de “ouvir o outro lado”. Essa prática, muitas vezes, cria uma falsa polarização de conflitos “do tipo ‘empresa versus ONG’s’ ou ‘governo versus ONG’s’, ignorando que seria necessário dar voz a inúmeros ‘outros lados’ esquecidos - lideranças comunitárias e pesquisadores, por exemplo (SCHARF, 2004).

b) Independência em relação às fontes

No dia a dia da cobertura ambiental o jornalista não deve escolher os assuntos que irá cobrir com base em sugestões encaminhadas por agências de comunicação, assessorias de imprensa, pesquisadores, ONG’s dentre outros sem antes buscar entender as razões e os interesses que estão por trás delas. Do contrário, como tem acontecido com relativa frequência, terminam tornando-se vendedores de produtos, serviços e ideias às vezes antagônicos ao desenvolvimento sustentável (BUENO, 2007). Novamente, o domínio dos conceitos e contextos da questão ambiental faz-se necessário, pois aos desprezá-los a cobertura ambiental abre espaço para oportunismos subsidiados por competentes assessorias de comunicação. Para Bueno (2007, p.18),

Quase sempre as matérias são respaldadas no chamado saber técnico e têm como principal objetivo difundir os argumentos da lógica capitalista que busca relacionar aumento de lucros e produtividade com desenvolvimento. Subliminarmente, promove a apologia da padronização, da homogeneização, tentando a todo custo convencer-nos das desvantagens da diversidade, da ineficácia das soluções locais, do atraso dos conhecimentos das comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que dele se acercam e os patenteiam.

Tautz (2004), afirma que a independência do jornalismo ambiental em relação às suas fontes permite a ele discutir livremente os rumos de um desenvolvimento que leve em conta as variáveis ambientais. Para o autor, essa postura recupera valores éticos,

humanos e sociais do jornalismo estritamente comercial dos conglomerados de informação. “Algo que difira radicalmente do tipo hegemônico de jornalismo que se pratica neste país, em que a agenda de interesses privados se sobrepõe às demandas sociais” (TAUTZ, 2004, p.150).

Em algumas situações, o jornalista ambiental, no intuito de por à prova as informações prestadas por alguma fonte, pode buscar o contraditório até mesmo fora da especialidade científica, por exemplo. “Nenhuma ciência está em estado de saber por si mesma o que é a forma de saber que nela se concretiza. O seu próprio método abandona-a quando se trata de meditar sobre si mesma” (TUFFANI, 2005, p.66). Todavia, é preciso discernimento e critério ao ampliar o campo de fontes, pois não se pode por em pé de igualdade qualquer alarmista ambiental – seja ele pesquisador, membros de ONG’s e até mesmo do mundo da política – com críticos consistentes.

c) Abrir o espaço para o debate

Este ponto mostra-se associado ao anterior, pois na medida em que a escolha das fontes se dá sob a ótica da diversidade é natural a ocorrência do debate de opiniões entre elas. Quando privilegia fontes do âmbito acadêmico, do universo político (as autoridades) e da comunidade empresarial o jornalista ambiental incorre em uma atitude elitista, autoritária e não democrática ao retirar o espaço das falas e experiências dos cidadãos comuns (BUENO, 2007). Ao contrário, diz o autor, a reportagem deve contemplar as controvérsias, o debate, o embate de ideias e opiniões, a fim de fugir do formato apenas denunciata marcado pela fragilidade que não agrega valor à cobertura ambiental.

Abrir espaço para os diversos atores sociais envolvidos não significa, contudo, uma postura de neutralidade diante dos fatos. Devem estar presentes, sempre, os compromissos inadiáveis do jornalista com a conscientização, com a mobilização de corações e mentes com a superação das desigualdades e com a denúncia dos grandes interesses em detrimento do interesse público. No entanto, tomar partido deve ser entendido aqui como “investigar as causas e consequências da ação nefasta dos grupos econômicos que degradam o meio ambiente. Consiste, sobretudo, em defender, com

coragem, a necessidade premente de aumento da qualidade de vida dos cidadãos” (BUENO, 2007, p.21).

d) Evitar o sensacionalismo

Este item está relacionado a compreensão, muitas vezes ausente nas redações, de que fazer jornalismo ambiental não significa aderir à histeria. Fonseca (2004, p.137) considera que,

Alimentar a neurose coletiva com previsões atemorizantes, além de promover a desinformação, pode de fato levar populações, instituições e governos a optar por soluções enganosas ou contraproducentes. O entusiasmo retórico muitas vezes tende a ficar cego diante do evidente – argumentos e fatos são duas coisas diferentes.

O autor explica que tal comportamento sensacionalista da imprensa ocorre devido ao fato desta nem sempre se pautar pelo incentivo ao debate público. Pelo contrário, prefere destacar as catástrofes ambientais fazendo manchetes que beiram o terrorismo relacionando a ecologia ao medo. Com isso, esperam conquistar audiência por meio de um enfoque superficial, apressado e distorcido. As maiores críticas feitas às coberturas da questão ambiental, e com razões, estão relacionadas a forma como a grande imprensa e os sistemas monopolísticos de comunicação do Brasil têm se utilizado do meio ambiente “com forma de aumentar a audiência, restringindo-se aos acidentes ambientais que integram o circuito viciado da chamada notícia-espetáculo” (BUENO, 2007, p.27).

Importante frisar que não se trata de amenizar questões urgentes ou assumir postura ingênua perante as evidências da degradação ambiental e seus impactos, mas sim estar atento aos sofismas dos discursos, por exemplo, tanto dos ativistas quanto das empresas poluidoras (FONSECA, 2004). De acordo com Tautz (2004), o atual momento histórico pede a feitura de um tipo de jornalismo que vá além da mera constatação das agressões ambientais ao planeta e incorpore novos paradigmas civilizatórios na cobertura das questões ambientais, como as mudanças climáticas globais. “Um tipo de jornalismo que surja desse momento de crise da água e do ar (os dois elementos essenciais à vida) e deixe de tratar informação ambiental como simples espetáculo” (TAUTZ, 2004, p.149).

e) Nem tudo se resume às questões econômicas

Alguns profissionais de imprensa quando não relutam em reconhecer a importância dos aspectos ambientais na economia tendem a resumir todas as suas implicações ao campo econômico. Uma cobertura criativa e consequente que enxergue, estude e explore as múltiplas conexões existentes entre as variáveis ambientais e o mundo do dinheiro, do comércio exterior e do sistema financeiro ainda é rara na imprensa nacional (SCHARF, 2004). Parte do problema pode ser explicado, segundo ainda Scharf, por um erro histórico de considerar que o meio ambiente interessa somente a jovens românticos e idealistas. Para este autor,

Por tradição ou preconceito, boa parte da imprensa trata a questão ambiental como algo superficial, espetacular, que atrai pelo que tem de belo ou destrutivo, e não por seu impacto concreto: político, econômico ou social. O valor da natureza é puramente estético, idealizado. Nada mais. (SCHARF, 2004, p.51)

Por outro lado, alerta Bueno (2007), os aspectos econômicos e científicos relacionados à questão ambiental não podem ser privilegiados em detrimento de outras vertentes como a social, cultural e política. Geraque (2004), considera que o modelo a ser buscado na cobertura jornalística de meio ambiente é aquele que abre espaço para os aspectos sociais e culturais do cotidiano das pessoas, e não apenas os políticos e econômicos. Para implementar tal proposta, o autor sugere resgatar as grandes reportagens literárias em estilo dinâmico e refinado como forma de oxigenar as formas de expressão das narrativas jornalísticas.

f) Procurar aliar jornalismo e educação

O jornalismo ambiental deve dar condições para que o cidadão participe do debate sobre o desenvolvimento sustentável desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências. Diante da crise ecológica das mudanças climáticas, a imprensa precisa assumir também a responsabilidade de educar e transformar, e não somente informar. O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem que estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico social. De acordo com Belmonte (2004, p.35-36),

O jornalismo no contexto urbano é uma ferramenta de educação ambiental. Os veículos de comunicação devem fazer campanhas públicas, informar sobre os novos estilos de vida, abrir espaço para ideias alternativas, cobrar soluções criativas do poder público. Também é função da imprensa melhorar a qualidade de vida nas cidades. Não se trata de substituir livros didáticos por reportagens de jornais, nem transformar páginas dos diários em apostilas escolares. Eles são complementares.

A ligação desejável entre o jornalismo e a educação ambiental está contemplado na legislação brasileira. A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental, define como um dos objetivos fundamentais da educação ambiental a garantia da democratização das informações ambientais (artigo 5º, inciso II).

g) Evitar a fragmentação da cobertura

A fragmentação decorrente muitas vezes do sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura das questões ambientais (BUENO, 2007). Esse tipo de cobertura leva os jornalistas a ter um olhar míope sobre a questão ambiental, na qual não há preocupação com o contexto das ocorrências, ou seja, as pessoas terminam não sabendo o que aconteceu antes da notícia e suas prováveis consequências (SCHARF, 2004). Isso acaba reduzindo a abrangência de algumas matérias ao ponto de transformá-las em notícias típicas das seções de variedades, que dentro do jornalismo são pouco valorizadas. Em verdade, o jornalismo ambiental precisa incorporar uma visão multifacetada que extrapole os limites dos cadernos e das editorias evitando a sua fragilização em virtude da fragmentação. Conforme Bueno (2007, p.17),

A segmentação dos veículos em cadernos, editorias ou páginas, consolida olhares ou focos e compromete o esforço de articulação ou religação dos saberes, para usar a expressão de Edgar Morin. Esta fragmentação desestrutura a perspectiva que deve ser sempre ampliada do saber ambiental e empresta à cobertura olhares parciais, geralmente equivocados da questão ambiental, de seus problemas e soluções.

Scharf (2004) diz que essa miopia não é o único fator que fragiliza a cobertura da questão ambiental. Vem somar-se a isto, a falta de tempo para apurações de detalhes e a alta rotatividade de profissionais nas redações que impede os jornalistas de contar com a necessária estabilidade no emprego capaz de proporcionar o aperfeiçoamento de sua

atividade e a reflexão sobre a mesma. O saber ambiental termina penalizado por uma espécie de mosaico informativo produzido pela mídia, capaz de retirar sua perspectiva integrada e dimensão histórica ao contemplá-la a partir de fragmentos da cobertura desprovidos de contextos e conexões. “Por este motivo, o cidadão muitas vezes tem dificuldade para entender a amplitude e a importância de determinados conceitos, e geralmente vislumbra o meio ambiente com algo que lhe é externo” (BUENO, 2007, p.18).

Um dos requisitos necessários ao jornalismo ambiental para que possa cumprir sua função social é enxergar os problemas ambientais com todas as suas nuances e transversalidades. Somente assim ele poderá servir ao interesse público no sentido de proporcionar a cobrança de soluções junto aos responsáveis. Porém, para que ocorra esta mediação não basta apenas uma ou duas ligações telefônicas. É preciso “mergulhar no assunto. Entrar na espiral de relações que a natureza oferece. Na teia de significações. Na história humana. No povo ribeirinho. Nos grandes empresários” (GERAQUE, 2004, p.80).

Essa premissa exige do jornalista ambiental, ao definir suas pautas, buscar ter uma visão abrangente do tema. Caso contrário, ele fecha o seu foco, restringe as fontes e fica mercê de informações ou dados que servem a interesses as vezes contrários ao do público. Para Bueno (2007, p. 41):

A pauta ambiental deve enxergar as questões sobre as quais ela se debruça a partir de uma lente grande angular e não, de uma teleobjetiva. Não é razoável afunilar demais o foco (ver a árvore sem ter em mente a floresta) porque a problemática ambiental é abrangente. A pauta deve encaminhar o debate da questão ambiental para soluções não mágicas, portanto não fantasiosas, já que, na verdade, os problemas quase sempre, são amplos, complexos, mas muito concretos e de solução a médio e longo prazos.

Fica claro que evitar a fragmentação constitui-se num desafio epistemológico estabelecido pela cobertura da questão ambiental. Existe um conflito entre o saber ambiental (que pressupõe a totalização do saber) e o sistema de produção jornalística, marcado pela forma fragmentada de comunicar.

h) Caráter revolucionário e engajamento

Os jornalistas ambientais, talvez por sua proximidade com causas que buscam mudanças no atual modelo de desenvolvimento e sua conseqüente necessidade de alterações profundas nas sociedades, se vem como partícipes de um processo revolucionário e apregoam o engajamento de seus pares. Autores como Bueno (2007) e Geraque (2004), fazem a ressalva de que cumprir esse papel revolucionário não significa ser panfletário (parcial) ou “verde” (ativista ambiental). A revolução proposta deve ocorrer no comprometimento dos jornalistas com a mudança de paradigmas, uma visão além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriam da temática ambiental para formar ou reforçar suas imagens. Além disso, uma postura permanente de suspeita em relação aos discursos pretensamente conservacionistas de governos e organizações com fins mercadológicos e propagandísticos. Bueno (2007, p.22), chama a atenção para o fato de que,

A militância em jornalismo ambiental implica dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar questões ambientais, politizar o debate. Ela requer conhecimento e respeito pela trajetória dos jornalistas ambientais brasileiros que, ao longo do tempo, têm dedicado, muitas vezes de maneira isolada e solitária, o seu trabalho e também a vida para a defesa dos interesses dos cidadãos.

Em relação ao engajamento, ela se justifica diante da necessidade de adesão imediata e permanente à pedagogia da indignação a que se referia Paulo Freire. O autor refere-se à capacidade e a disposição de indignar-se com as injustiças e de dedicar seu trabalho no sentido de, no mínimo, atenuá-las. Aderir ao processo de construção de uma vida sustentável, não significa dar um aval aos jornalistas ambientais para abandonar seus demais compromissos com a ética e o profissionalismo.

2º CAPÍTULO
A QUESTÃO AMBIENTAL E
AS SECAS DE 2005 E 2010

2.1 – Questão Ambiental

Nunca o homem inventará nada mais simples nem mais belo do que uma manifestação da natureza. Dada a causa, a natureza produz o efeito no modo mais breve em que pode ser produzido. Leonardo da Vinci

A crise ambiental que vivemos veio questionar o modelo de desenvolvimento econômico atual (LEFF, 2008). Para o autor, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção e o resultado disso é o processo atual de destruição ecológica que tem como consequência mais grave a mudança climática. A solução para a questão ambiental não se dará mais pelo progresso técnico, substituição de recursos escassos ou pelo aproveitamento de espaços não explorados, pois a degradação ambiental seria, na verdade, uma crise de civilização. A crítica de Leff traz consigo os principais argumentos discursivos contrários ao modelo econômico insustentável contemporâneo, mas para entender o momento em que vivemos precisamos vislumbrar como esse debate evoluiu ao longo do tempo até o presente.

Nos Estados Unidos do século XIX havia duas visões de conservação do “mundo natural” que tiveram grande repercussão nos esforços de incluir a variável ambiental nas políticas públicas praticadas dentro e fora da América do Norte: a preservacionista e a conservacionista. A primeira, caracteriza-se pela reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual, e voltado para a sua proteção contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. A segunda corrente de pensamento, liderada por Gifford Pichot, defendia a conservação dos recursos naturais por meio de seu uso racional em benefício da maioria dos cidadãos.

O preservacionismo surgiu no Velho Mundo, mas acabou servindo de arcabouço teórico para a criação das chamadas “áreas protegidas” nas Américas. De acordo com Corbin (1989), as obras dos escritores românticos do século XVIII tiveram papel determinante na valorização da natureza selvagem pelos europeus, que antes consideravam apenas as áreas “domesticadas” pelos homens como importantes. Fortemente influenciados por imagens românticas, os preservacionistas americanos

defendiam a proteção de “pedaços” de vida selvagem ameaçados pela civilização urbano-industrial destruidora da natureza. Neste contexto, surgiu o primeiro parque nacional do mundo, o de Yellowstone (em meados do século XIX). Para Diegues (2002, p.15),

A base teórica da criação das primeiras áreas protegidas reside na idéia de que mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderia existir pedaços de mundo natural em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana. No entanto, mais do que a criação de um espaço físico, existe a concepção específica de relação homem/natureza, própria de um tipo de naturalismo, denominado de naturalismo reativo¹⁰, isto é, uma reação contra a corrente dominante do culturalismo.

A corrente preservacionista americana, que via nos parques nacionais a única forma de salvar pequenos pedaços de natureza dos efeitos devastadores do desenvolvimento industrial, foi replicada em várias partes do mundo até chegar a América do Sul. Em 1903, Francisco Perito Morenom, paleontólogo e antropólogo portenho, doou ao governo argentino 7.500 hectares às margens do Nahuel Huapi, com a condição de que fossem preservadas como “parque público natural”, para o uso das presentes e futuras gerações. Nascia, assim, o primeiro parque nacional da América Latina, o Parque Del Sur, e o terceiro das Américas, proclamado depois de Yellowstone (Estados Unidos, 1872) e do Parque Nacional de Bannf (Canadá, 1885) (Napchan e Behr, 2005).

Na trincheira oposta às ideias românticas e estéticas dos preservacionistas, encontram-se as ideias utilitaristas dos conservacionistas seguidores de Gifford Pichot. Ao contrário do discurso preservacionista que propugnava a criação de “ilhas” de natureza intocada e uma dicotomia homem/natureza, o discurso conservacionista pregava o uso racional dos recursos naturais. “Na sua concepção, a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente” (DIEGUES, 2002, p.28). Para Pichot, a conservação deveria seguir três princípios: o uso dos

¹⁰ O naturalismo da proteção da natureza do século XIX considerava que a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono.

recursos naturais pela geração presente, a prevenção de desperdícios e a utilização dos recursos naturais em prol da maioria das pessoas. Os ambientalistas atuais consideram as ideias de Pichot como precursoras do que no futuro se chamou de “desenvolvimento sustentável”, ou seja, contrárias ao pensamento de obter o progresso a qualquer custo.

As discussões sobre qual o melhor caminho a seguir na questão ambiental não se restringiram apenas aos Estados Unidos ou a Europa. De acordo com PADUA (1997), no período entre 1820 e 1920 também foram travados embates entre diversas correntes de pensamento e ação social no que diz respeito à questão ambiental no Brasil, cada uma contendo elementos dos ideários conservacionistas e preservacionistas. As principais correntes defendiam um ambientalismo estético¹¹, um ambientalismo estimulado pelas ciências naturais ou sociais, através da reflexão científica, e também um ambientalismo ético¹². Embora guardem diferenças paradigmáticas entre si todas as correntes tinham em comum o fato de possuírem um aspecto político, ou seja, a preocupação com o rumo coletivo da sociedade. Esse fator torna o ambientalismo brasileiro diferente do praticado na mesma época, por exemplo, nos Estados Unidos, onde a temática ambiental ganhou maior impulso graças à problemática ética e estética.

Pádua (2002, p.15-16) também destaca que nos países do Terceiro Mundo, as preocupações com o ambiente surgiram em decorrência das práticas de exploração massivas e predatórias do período colonial, a saber:

No Brasil, porém, o ambientalismo não nasceu a partir da discussão sobre a eficácia do sistema colônia. Surgiu como reação ao colonialismo, numa perspectiva de transformar o País, superando e rompendo com a ordem colonial vigente. Desde o início, vingou a ideia de que existia uma herança colonial perversa, destrutiva e insustentável, caracterizada pelo latifúndio, o escravismo e os maus-tratos à terra. Foram estes fatores que orientaram o ambientalismo brasileiro na direção de um novo projeto político para o País, que contemplasse outro tipo de progresso.

¹¹ Emana da criação artística e da preocupação em estabelecer uma nova relação com a Natureza através da cultura.

¹² Cultivado por filósofos e outros pensadores, essa corrente provocava o debate a respeito de qual deveria ser a relação correta entre as sociedades humanas e o mundo não humano.

Entre os arautos mais importantes do ambientalismo brasileiro da época estavam José Bonifácio, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. O primeiro propôs, em 1823, a abolição da escravatura por considerá-la o cerne da perversa herança colonial e pelo mau aproveitamento das lavouras. Bonifácio alertava ainda para o desaparecimento das florestas, a destruição dos montes pela atividade mineradora e, conseqüentemente, uma possível desertificação de parte do território nacional. O segundo, fez em 1883, um diagnóstico da situação ambiental brasileira destacando também o esgotamento dos solos, a decadência das monoculturas no Nordeste e a ganância da atividade extrativa na Amazônia. Já na virada do século XIX, Euclides da Cunha denunciou as predatórias minerações a céu aberto e as queimadas.

Os relatos de Bonifácio e Euclides da Cunha são corroborados, no século XX, por Batista (1976). O autor discorre sobre uma Amazônia composta por grandes áreas onde vivem os extrativistas, agricultores, pescadores e garimpeiros. Nesta Amazônia, o domínio é dos donos de terras e dos negócios, que representam os interesses de uma classe dominante. Subordinados a estes senhores, estava uma massa imensa em completa degradação social composta por habitantes das vilas, povoados, freguesias, aldeias, sítios, fazendas, seringais, castanhais e pontos de comércio. De acordo com o autor, esta população vivia em condições desumanas, embrutecida e aviltada. “Para completar o quadro do início do povoamento, só falta a presença do bárbaro, para as confrontações que marcaram as disputas com os brancos”. (BATISTA, p.88, 1976). Ao discutir a questão do desenvolvimento da região, que poderia melhorar as condições da Amazônia, Batista (1976) analisa que ela não foi inserida no processo desenvolvimentista de 1930.

No período de 1920 a 1970, o ideário preservacionista norteou as políticas públicas brasileiras, marcadamente as voltadas para a criação de unidades de conservação. De acordo com Drummond (1997), os motivos da prevalência do preservacionismo estão ligados à desmobilização dos movimentos sociais, em razão da produção legislativa acentuada na área ambiental e da criação de instituições ambientais, e pela tendência urbana das bases sociais dos movimentos ambientalistas, a saber:

[...] não se falava em ‘ecologia política’, isto é, não se discutia o estilo de desenvolvimento que o País devia adotar, o tipo de indústrias e atividades econômicas a implantar, a qualidade de vida urbana propriamente dita. Temas como poluição do ar, qualidade da água, aglomeração urbana, zoneamento das atividades urbano-industriais e isolamento de certas atividades de maior impacto sobre o meio ambiente ainda não suscitavam debate político. Por isso, concluo que, entre 1920 e 1970, a consciência ambientalista foi muito prejudicada pelos altos e baixos da democratização do País. A ditadura de 64 desmobilizou a cidadania, resultando numa atuação estatal tímida e particularmente voltada para a preservação do chamado ambientalismo geográfico, naturalista (DRUMMOND, 1997, p.25).

As políticas também contemplaram a criação de instituições na área ambiental e uma produção legislativa voltada para o ordenamento da exploração dos recursos naturais. Nos anos 1930, foi criada a Sociedade Amigos de Alberto Torres, que chegou a ter cerca de mil escritórios pelo país e cujo objetivo era pregar o uso racional dos recursos humanos em plena fase economicista do movimento em defesa do meio ambiente. No campo legislativo, em 1937, com certo atraso em relação a outros países, o Brasil criou seu primeiro parque nacional¹³, o de Itatiaia, na fronteira entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na mesma década foram implantados ainda três parques e até fins de 1950 uma segunda geração de 12 parques nacionais surgiu. Conforme Santilli (2005, p.26),

A criação de tais parques foi claramente inspirada no modelo de proteção de áreas naturais adotado nos Estados Unidos com a fundação do primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone, em 1872, cujo objetivo principal era garantir que os seus recursos naturais fossem preservados intactos, e sem a presença humana, e assegurar a preservação do habitat de algumas espécies.

A “importação” do modelo de parques nacionais pelos países do chamado Terceiro Mundo, como o Brasil, sofreu diversas críticas. Segundo Diegues (2002), o efeito da criação de áreas protegidas nos moldes americanos teve um efeito devastador sobre as populações tradicionais de extrativistas, pescadores e indígenas, cuja relação com a natureza se dá de forma diferente da analisada por Muir e os primeiros ideólogos

¹³ No Amazonas, foram criados os parques nacionais do Jaú, em 1980, e do Pico da Neblina, em 1979.

do preservacionismo. Em relação às populações não indígenas, objeto desta pesquisa, Queiroz (1983) afirma que elas são fruto de miscigenação entre o colonizador branco, o português, a população indígena e os escravos negros. Dentro desta definição, estão incluídos os caiçaras dos Estados do Sul, os habitantes dos rios e várzeas do Norte e Nordeste, as comunidades pantaneiras e ribeirinhos do Pantanal Mato-grossense, dentre outros. O ponto comum entre estas populações é o desenvolvimento de modos de vida particulares:

[...] que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEGUES, 2002, p.16).

Na mesma década, o país também formulou o Código das Águas e o Código Florestal Federal Brasileiro, cuja característica principal era tentar desvincular o uso dos recursos naturais (água, minerais e flora) da propriedade privada. Segundo Drumond (1997, p.23),

Tanto o Código das Águas quanto o Florestal foram influenciados por preceitos de uso racional dos recursos naturais, decorrentes em última instância, da obra de Alberto Torres. Também inspiraram-se em algumas políticas implantadas nos Estados Unidos, que desde 1900, estavam vivendo um período de intensa regulamentação e elaboração de linhas-mestras políticas para controlar o uso dos recursos minerais e florestais.

Nos anos 1950, a produção legislativa e o surgimento de instituições sofreram uma queda. Em dez anos, foi criado um novo Código de Caça, que abriu caminho para a criação de reservas biológicas, a edição de um novo Código Florestal¹⁴, em razão da pressão exercida pela Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, detalhando melhor as questões conservacionistas e preservacionistas e tentando criar limites para o uso privado da fauna e da flora. Na década seguinte registra-se uma nova onda de

¹⁴ Por determinação do Código Federal Florestal, foi criado o Conselho Federal Florestal. O órgão foi responsável, entre outras coisas, em selecionar as áreas onde foram implantados alguns parques nacionais e, muito depois, as reservas biológicas brasileiras.

produção legislativa com um outro Código Florestal, a Lei de Proteção aos Animais e a criação de vários parques nacionais e estaduais.

Entre as décadas de 70 e 90 o ambientalismo brasileiro passou por uma série de alterações provocadas, segundo Diegues (2002), por transformações na dinâmica da sociedade brasileira e por mudanças na sua relação com a comunidade mundial. Nos anos 1970 a economia brasileira experimentou um crescimento acelerado sem qualquer preocupação com as variáveis ambientais. Dentro deste contexto o ambientalismo moderno dava seus primeiros passos ainda à margem da sociedade. Logo, as ideias ambientalistas produziram um baixíssimo impacto sobre a opinião pública, restringindo-se, praticamente, a pequenos grupos da sociedade civil e a reduzidos nichos de pessoas que, dentro da estrutura do Estado federal e de alguns estaduais, acreditavam na necessidade de proteger o ambiente.

Na década seguinte, rupturas na história econômica brasileira desencadearam um grande avanço da consciência ambiental. O crescimento econômico experimentado desde os anos 1940 estagnou, fazendo com que o Brasil perdesse o título de campeão mundial de crescimento econômico a partir de 1981. No entanto, embora os anos 1980 tenham sido considerados perdidos do ponto de vista econômico, foi o período de maior difusão da consciência ambiental. A interrupção do crescimento econômico gerou indagações sobre os efeitos perversos do desenvolvimento. Conforme Viola (1986, p.28,

A esse tipo de questionamento agregou-se a questão de que o desenvolvimento adotado era extremamente perverso do ponto de vista ambiental: tinha sido altamente poluidor e degradador dos recursos naturais. Estagnação econômica e expansão da consciência ambiental são fatores que revelam o quanto o Brasil é diferente da maioria dos outros países do planeta, em se tratando de ambientalismo.

Nota-se também um processo de crescimento contínuo do impacto das questões ambientais sobre a opinião pública. Isso se deve pelo fato de que as discussões acerca da questão ambiental terem deixado a forma restrita dos anos 1970 e terem se tornado multissetorizadas, ou seja, ultrapassaram as fronteiras das agências ambientais estatais e de associações e movimentos ambientalistas para impregnar outros movimentos sociais,

organizações não governamentais, universidades, a mídia, agências governamentais não especificamente ambientais e empresas privadas. É sobre essa pressão que a Constituição de 1988 dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente e ainda contemplou o tema em outros itens relacionados com a ordem econômica, a cultura e aos direitos e garantias fundamentais.

Os anos 1990 trouxeram novas mudanças no debate sobre a questão ambiental no Brasil devido à globalização e o processo de redemocratização do país. A substituição do sistema internacional¹⁵ pelo global¹⁶ enfraqueceu as capacidades regulatórias e alocativas dos Estados nacionais, significando ainda a diminuição de distâncias, a aceleração temporal e a porosidade interno-externa das diversas culturas existentes no planeta, notadamente, pela penetração da mídia em escala mundial. Em relação ao impacto da democracia brasileira sobre a questão ambiental, a abertura política pós-ditadura militar possibilitou a participação popular e, conseqüentemente, o surgimento de uma constelação complexa de correntes político-culturais dentro do movimento ambientalista. VIOLA (1986), destaca quatro grandes linhas: os globais-progressistas-sustentabilistas¹⁷, os globais-conservadores-sustentabilistas¹⁸, os nacionalistas-progressistas-sustentabilistas¹⁹ e os sustentabilistas-radicais²⁰.

A década de 90 abriu caminho para o ideário conservacionista nas políticas públicas voltadas para a criação de unidades de conservação. Até o início dos anos 1990, verificou-se nas leis ambientais editadas uma orientação preservacionista, ou seja, voltada para a proteção de espécies e ecossistemas. As variáveis sociais como a

¹⁵ No sistema internacional, a unidade básica, o ator fundamental, era o Estado-nação e o macrosocial era a sociedade nacional, ou seja, eram as unidades nacionais que interagem internacionalmente.

¹⁶ O sistema global, a macro-sociedade não é mais a sociedade nacional, mas sim a sociedade planetária. As sociedades nacionais passaram a ser subunidades da sociedade planetária. Para VIOLA (1986), a globalização possui múltiplas dimensões além da econômica, dentre elas a ecológico-ambiental e a comunicacional-cultural.

¹⁷ Os globais-progressistas-sustentabilistas são a favor da construção de instituições de governabilidade global e pregam uma marcante redefinição do Estado Brasileiro, com objetivo de liderar uma transição gradual para uma sociedade sustentável através de novas tecnologias de eficiência energética, reciclagem de materiais e controle de poluição.

¹⁸ Os globais-conservadores-sustentabilistas defendem a utilização de mecanismos de mercado para a proteção ambiental e, em geral, concentram sua atuação na preservação dos ecossistemas naturais, onde têm grande capacidade de cooperação e de aliança com seus equivalentes internacionais.

¹⁹ Os nacionalistas-progressistas-sustentabilistas desconfiam das instituições de governabilidade internacional, consideram que elas fazem valer os interesses dos países ricos, e são a favor do fortalecimento do Estado nacional, incluindo suas funções econômicas regulatórias e um forte setor produtivo estatal.

²⁰ Os sustentabilistas-radicais pregam formas extremamente descentralizadas e utópicas de governabilidade internacional e relutam em estabelecer alianças outras senão com ambientalistas do Norte e os pobres do Brasil.

presença de populações tradicionais nas áreas que se pretendia preservar, não eram levadas em conta. Esse quadro começou a mudar com a aprovação de leis como a de nº9.433/97 (que criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº9.985/2000²¹ (que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Normas legais como as citadas anteriormente romperam com a orientação preservacionista e passaram a prever mecanismos e instrumentos de gestão dos bens socioambientais.

A guinada conservacionista brasileira ocorrida na década de 90 e vigente até hoje possui profundas raízes na segunda metade dos anos 1980²². A abertura democrática permitiu articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista. Também vale destacar os efeitos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, (ECO-92). Enfim, a sociedade civil construiu um amplo espaço de mobilização e articulação, que acabou definindo diversas formas de pressão junto ao Governo e ao Parlamento no sentido de criarem políticas públicas um pouco mais alinhadas aos seus anseios.

Se a questão ambiental e os debates acerca dela são antigos, o mesmo não se pode dizer das mudanças climáticas. O principal e mais letal problema decorrente do atual modelo civilizatório só entrou na agenda científica há 30 anos, quando especialistas discutiram, pela primeira vez, se o planeta estava esquentando ou esfriando (FLANNERY, 2007). De acordo com o autor, somente em 1975 surgiram os primeiros modelos de computadores sugerindo que a duplicação do volume de dióxido de carbono (CO²) na atmosfera levaria a um aumento de três graus Celsius na temperatura global. Ainda assim, a preocupação entre os cientistas e a comunidade não foi significativa. Pelo contrário, houve quem apregoasse que o CO² extra na atmosfera fertilizaria as terras cultiváveis do mundo, produzindo uma fonte de riquezas para os fazendeiros.

²¹ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi a primeira legislação a contemplar a criação de unidades de conservação de uso sustentável.

²² Na década de 80 foram editadas leis como a Política Nacional do Meio Ambiente, que tornou obrigatório as avaliações de impactos ambientais em atividades potencialmente poluidoras, a Lei nº 6.803/80, que dispõe sobre o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, Lei nº7.643, que proibiu a pesca de cetáceos nas águas brasileiras, Lei nº 7.679/88, que proíbe a pesca em períodos de reprodução, Lei nº 7.802/89, que regula o uso de agrotóxicos. Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente pela Lei nº 7.735/89.

A história começou a mudar em 1988 quando a comunidade científica preocupou-se realmente com as concentrações de CO² na atmosfera e seus efeitos sobre o clima global. Um painel com os principais especialistas do mundo foi constituído e incumbido de produzir relatórios sobre o problema duas vezes a cada década. No mesmo ano, ocorreu na cidade canadense de Toronto a primeira reunião com líderes de países e classe científica para discutir sobre as mudanças climáticas. Na reunião foram discutidas as mudanças climáticas e os seus impactos (superados somente por uma guerra nuclear). A partir dessa data foram sucessivos os anos com elevadas temperaturas, jamais atingidas desde que iniciou o registro (FARIS, 2009).

Em 1990, surgiu o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), primeiro mecanismo de caráter científico que tem a intenção de alertar o mundo sobre um possível aquecimento do planeta. O IPCC apontou que as alterações climáticas seriam, principalmente, provocadas pelo dióxido de carbono (CO²) emitido pela queima de combustíveis fósseis. Dois anos depois, as discussões foram realizadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), Rio de Janeiro, que contou com a participação de mais de 160 líderes de Estado. Na reunião, foram estabelecidas metas para que os países industrializados permanecessem no ano de 2000 com os mesmos índices de emissão do ano de 1990. Nesse contexto as discussões levaram à conclusão de que todos os países, independentemente de seu tamanho, deveriam se responsabilizar pela conservação e preservação das condições climáticas. Ao final, os líderes assinaram a Convenção Sobre Mudanças Climáticas.

Os países signatários da Convenção durante a ECO-92 estabeleceram, em Kyoto, no Japão, em 11 de dezembro de 1997, objetivos para a redução dos gases de efeito estufa na atmosfera (GORE, 2006). Face ao aquecimento climático e à redução da camada de ozônio, o acordo previu diminuir em 5,2% a produção de gás carbônico e outros gases nos países industrializados em relação ao ano de 1990. Entretanto, para que pudesse entrar em vigor o tratado deveria ser ratificado por um conjunto de países representando pelo menos 55% das emissões, o que não ocorreria até 2005 após a ratificação pela Rússia. O protocolo, no entanto, não foi efetivo devido ao recuo dos Estados Unidos. Washington considerou-o nefasto para a sua economia e injusto posto que não havia sido subscrito pela segundo maior emissor de CO², a China. O protocolo

perdeu seu ímpeto e as metas ambiciosas, passando a propor simplesmente a estabilização das emissões em escala mundial.

Além da Convenção sobre Mudanças Climáticas, que abriu caminho para o Protocolo de Kioto, a ECO-92 também resultou em outros acordos importantes para a questão ambiental. Entre eles destacamos a Agenda 21, a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Focaremos aqui um pouco mais a Agenda 21, pois trata-se de um plano de ação adotado em escala global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se em uma abrangente tentativa de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica que perpassa todas as suas ações propostas. Isto tem um impacto direto nos fatores apontados como causas do aquecimento global.

A Agenda 21 (MMA, 2010), composta por 40 capítulos foi construída de forma consensuada, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da ECO-92. Nela, a comunidade internacional assumiu compromissos com a mudança da matriz de desenvolvimento no século XXI. O termo “Agenda” foi concebido no sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações. É importante destacar que a ECO-92 foi orientada para o desenvolvimento, e que a Agenda 21 é uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, na qual evidentemente o meio ambiente é uma consideração de primeira ordem.

A Agenda 21 não é restrita às questões ligadas à preservação e conservação da natureza, tem uma proposta de romper com o atual modelo de desenvolvimento dominante. O documento considera, dentre outras, questões estratégicas ligadas à geração de emprego e renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis e à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão. O programa de

implementação da Agenda 21 e os compromissos para com a carta de princípios do Rio foram fortemente reafirmados durante a Cúpula de Joanesburgo, ou Rio + 10, em 2002.

Em 2005, quase todos os chefes de Estado do mundo desenvolvido mostraram-se preocupados com a questão (FLANNERY, 2007). As principais razões para isso foram descritas acima, mas a repercussão dada pela imprensa mundial também ocupa lugar de destaque na sensibilização dos cidadãos e, conseqüentemente, dos seus líderes para o problema das mudanças climáticas. O interesse dos veículos de comunicação não era informar, houve uma boa dose de drama para aumentar suas audiências com notícias, às vezes, cataclísmicas sobre os possíveis efeitos das alterações no clima. Esses impactos e prognósticos relacionados ao aquecimento global serão melhor tratados no próximo item deste capítulo.

2.2 – Emergência Ambiental

O modelo de desenvolvimento econômico baseado nos princípios do capitalismo, adotado pela maioria dos países, pôs em risco a sobrevivência humana no planeta ao promover a exploração insustentável dos recursos naturais e ao poluir o ambiente. A consequência mais catastrófica desses dois fatores são as mudanças climáticas²³ globais, que já se manifestam por meio de furacões, grandes estiagens, enchentes, aumento da temperatura, desertificação, extinção de espécies da fauna e da flora e outros fatores igualmente preocupantes. Tais consequências atingem diretamente a produção de alimentos, os mananciais de água potável, a geração de energia, a qualidade do ar e, conseqüentemente, a capacidade de sobrevivência da humanidade diante destas condições extremas.

O risco de extinção da raça humana não está relacionado com eventos alheios ao conhecimento ou ao controle do homem, pelo contrário, ele decorre diretamente de suas atitudes em relação à exploração dos recursos naturais do planeta. Vejamos alguns dados publicados pela imprensa que apoiam esta premissa: o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas (ONU), que reúne os principais

²³ Mudanças climáticas é outro nome dado para o aquecimento global, acontecem quando são lançados mais gases de efeito estufa (GEEs) do que as florestas e os oceanos são capazes de absorver.

especialistas sobre aquecimento global vem divulgando relatórios de avaliação dando conta de que a emissão de gases causadores do efeito estufa e a adoção de práticas não-sustentáveis ameaçam seriamente a continuidade da vida no planeta. Em 2004, a União Mundial de Conservação (IUCN, na sigla em inglês) apontou que 12% de todas as espécies de aves, 23% dos mamíferos, 25% das coníferas e 32% dos anfíbios estão ameaçadas de extinção devido as alterações no clima causadas pela emissão de gases causadores do efeito estufa.

O IPCC também aponta que a ação humana é provavelmente a maior responsável pelo aquecimento global nos últimos 50 anos e que os efeitos desta influência se estendem a outros aspectos do clima, como elevação da temperatura dos oceanos, variações extremas de temperatura e até padrões dos ventos. A estimativa dos especialistas é de que, até o fim deste século, a temperatura da Terra deverá subir entre 1,8°C e 4°C, o que aumentaria a intensidade de tufões e secas. Nesse cenário, um terço das espécies do planeta estaria ameaçado e, conseqüentemente, as populações, principalmente as localizadas em países pobres que estarão mais vulneráveis a doenças e desnutrição. O grupo calcula que o derretimento das camadas polares pode fazer com que os oceanos se elevem entre 18 cm e 58 cm até 2100, fazendo desaparecer pequenas ilhas e obrigando centenas de milhares de pessoas a engrossar o fluxo dos chamados ‘refugiados ambientais’, ou seja, pessoas que são obrigadas a deixar o local onde vivem em consequência da piora do meio ambiente.

A estimativa do IPCC é de que mais de um bilhão de pessoas correm o risco de ficar sem água potável por conta do derretimento do gelo no topo de cordilheiras importantes, como o Himalaia e os Andes. Para ele, os países poderiam diminuir os efeitos maléficos do aquecimento global estabilizando em um patamar razoável as emissões de carbono até 2030, o que custaria 3% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Ainda segundo os especialistas do grupo, os problemas ambientais causados pelo aquecimento global causarão conflitos devido às severas limitações ao acesso à comida e à água potável, à instabilidade das condições de saúde e ao impacto sobre os ecossistemas, que ameaçam a segurança das povoações humanas, obrigando-as a protagonizar grandes movimentos migratórios.

O aquecimento global no Brasil pode ter efeitos 20% maiores que a média global até o fim do século, com grandes impactos sobre os índices pluviométricos do país, de acordo com um novo estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), lançado durante a reunião das Nações Unidas sobre o clima, em Copenhague (BBC, 2010). Em parceria com o Met Office Hadley Centre, da Grã-Bretanha, cientistas fizeram projeções dos efeitos dos gases que provocam o efeito estufa no país usando diferentes modelos. As consequências econômicas para o país são potencialmente desastrosas, já que uma redução no regime de chuvas do Brasil teria efeitos diretos sobre a produção de energia elétrica – 70% da qual é gerada por hidrelétricas. Além disso, as pesquisas do Inpe e do Hadley Centre alertam para os riscos do desmatamento que também colabora para deixar o clima mais quente e seco (BBC, 2010).

Se mais de 40% da extensão original da floresta amazônica for desmatada, isto pode significar a diminuição drástica da chuva na Amazônia Oriental (Diário de Notícias, 2010). Segundo os pesquisadores, 40% de desmatamento ou um aquecimento global entre 3°C e 4°C representariam o ‘tipping point’, ou seja, o ponto a partir do qual parte da floresta corre o risco de começar a desaparecer. Com apenas 2°C a mais no termômetro, a bacia amazônica perderia 12% do volume de chuvas e a bacia do São Francisco, 15%. Na bacia do Prata, por outro lado, os cientistas preveem um aumento nos índices pluviométricos de 2%.

Nas previsões mais extremas, com um acréscimo de temperatura de 6,6%, as chuvas na Amazônia e na região do São Francisco poderiam cair 40% e 47%, respectivamente, literalmente transformando essas regiões (BBC, 2010). Os pesquisadores ainda fizeram uma versão intermediária dos impactos do aquecimento, levando em conta um acréscimo de 5,3°C. Nesta, a bacia do São Francisco perderia 37% das suas precipitações, enquanto a região amazônica teria 31% a menos de chuvas. Mesmo a hipótese menos drástica, de um aquecimento de 2°C, ameaçaria o futuro do rio São Francisco, que já terá o seu volume d’água bastante afetado pelas obras de transposição. O modelo climático global do Hadley Centre faz projeções de alterações do clima em todo o mundo. Já o modelo climático regional do Inpe se concentra no Brasil e avalia o impacto de níveis diferentes de aquecimento global. Desde a década de

80, o Inpe vem aplicando modelos climáticos globais como ferramenta para estudar os impactos do desmatamento na Amazônia sobre o clima.

Pesquisadores do INPE afirmam saber o tamanho do estrago que o aquecimento global fará na Amazônia neste século. Eles cruzaram dados de 15 modelos de computador usados pelo IPCC com outros de vegetação e clima feitos no Brasil (BBC, 2009e). O veredicto: até 18% da área que hoje é mata deve virar uma vegetação rala, semelhante ao cerrado. Com o clima mais seco, o INPE estima que a savana tende a crescer. Segundo os pesquisadores, a floresta amazônica deve ganhar 30,4% de savana no período entre 2090 e 2099. O estudo do INPE foi publicado na revista 'Geophysical Research Letters'. A aparente discrepância entre os dois números, segundo o INPE, se deve ao fato de as duas formações não terem o mesmo tamanho; a área de mata é muito maior. Para o INPE, o processo de 'savanização' tende a ser maior na porção leste da Amazônia. O INPE e o IPCC preveem que o impacto das mudanças climáticas sobre as populações tradicionais da Amazônia ocorrerá com o aumento na frequência de secas severas, proliferação de doenças infecciosas, escassez de peixes e mudanças no modo de vida de grupos humanos cuja sobrevivência depende, em grande parte, dos recursos naturais da floresta.

A necessidade de dar respostas aos problemas ambientais deu grande importância e repercussão às últimas duas Conferências das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática. A COP 15, realizada entre os dias 07 e 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, reuniu líderes de todo o mundo e pretendia definir o comportamento dos países para a diminuição do aquecimento global (BBC, 2009a). Significou também, o reconhecimento pelos líderes mundiais que para diminuir a emissão de gases de efeito estufa é necessário adotar alterações no modelo de desenvolvimento econômico e social, como a redução do uso de combustíveis fósseis, energia limpa e renovável, o fim do desmatamento e a mudança de hábitos de consumo. Outro diferencial da COP 15 foi a ampla cobertura midiática dos debates acerca do futuro do planeta protagonizado pelos principais líderes mundiais.

O evento foi considerado um fracasso pelos ambientalistas esperançosos pelo estabelecimento de compromissos claros das nações para combater o aquecimento

global, mas visto como um avanço por setores ligados aos interesses industriais dos países desenvolvidos. Um acordo chegou a ser fechado entre Estados Unidos, Brasil, China, Índia e África do Sul, que não faz referência a um tratado com valor legal e nem prevê um prazo para que o texto seja transformado em um tratado com valor legal, como reivindicavam alguns países em desenvolvimento e ambientalistas. As 193 nações participantes do encontro “tomaram nota” do documento, mas não o aprovaram, o que necessitaria do apoio unânime dos participantes (BBC, 2009f).

O texto da COP 15 reconhece a necessidade de limitar o aumento das temperaturas globais a 2°C acima dos níveis pré-industriais (BBC, 2009f). A linguagem no texto revela que 2°C não é uma meta formal, mas que o grupo de países “reconhece a posição científica” de que a alta nas temperaturas deve ficar abaixo deste número. Os países deveriam informar até 1º de fevereiro de 2010 quais são suas propostas para cortar as emissões de carbono até 2020, mas o acordo não especifica punições para os países que fracassarem em cumprir suas promessas. Sobre os custos dessas ações, o documento previa US\$ 30 bilhões de ajuda para países em desenvolvimento nos próximos três anos. O texto também prevê o objetivo de oferecer US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para ajudar países pobres a lidar com os impactos da mudança climática. O acordo diz que os países ricos devem juntos chegar aos US\$ 100 bilhões e que o dinheiro deve vir de fontes variadas: públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo fontes alternativas de finanças. Um fundo verde para o clima também seria estabelecido pelo acordo. Ele financiaria projetos em países em desenvolvimento relacionados a ações de mitigação (redução de emissões), adaptação, construção de capacidade e transferência de tecnologia.

A implementação do acordo de Copenhague será revista em 2015, cerca de um ano e meio após a próxima avaliação científica do clima global pelo IPCC. No entanto, se em 2015 os participantes quiserem adotar uma nova meta, mais baixa, para o aumento da temperatura global, por exemplo 1,5°C em vez de 2°C, já seria tarde demais, de acordo com os pesquisadores (BBC, 2009g).

Em razão dos avanços tímidos registrados na COP 15, em 2009, os resultados obtidos na COP 16, realizada entre 29 de novembro e 10 de dezembro de 2010 de

Cancún, no México, foram considerados inesperados (Folha Online, 2010a). Contra a expectativa dos ambientalistas de que não haveria anúncios relevantes ao final do encontro, a conferência terminou com decisões importantes, embora ainda consideradas insuficientes, e resgatou um pouco da credibilidade perdida em Copenhague. Os principais acordos firmados diziam respeito a criação do Fundo Verde (Folha Online, 2010b) e a extensão do Protocolo de Kyoto para além de 2012, quando expira o tratado.

Na COP 15, os países desenvolvidos prometeram financiar os países pobres nos esforços para lidar com as mudanças climáticas. No entanto, somente na COP 16 foram definidos os mecanismos de implementação dos financiamentos de começo rápido, de longo prazo e do chamado Fundo Verde. Esse fundo estará sob responsabilidade da ONU, mas terá o Banco Mundial como tesoureiro nos primeiros três anos. Deverá ser governado por 24 países, divididos igualmente, entre ricos e pobres. Segundo a ministra do Meio Ambiente do Brasil à época, Izabella Teixeira, o fundo deve estar operando em 2011.

O texto diz ainda que uma grande parte de novos fundos multilaterais para adaptação às mudanças climáticas estará sob este fundo, que deverá apoiar projetos, programas, políticas e outras atividades em países em desenvolvimento. Um comitê de transição, com 15 membros dos países desenvolvidos e 25 dos em desenvolvimento, vai criar o fundo. O financiamento de começo rápido prevê o destino de U\$ 30 bilhões de 2010 a 2012, com uma alocação balanceada entre ações de redução e adaptação. O texto pede que os países desenvolvidos forneçam documentos em maio de 2011, 2012 e 2013 com informes dos recursos previstos para cumprir os compromissos e modos de como os países em desenvolvimento terão acesso ao dinheiro (Folha Online, 2010c).

Já sobre o financiamento em longo prazo ficou decidido que novos fundos devem ser criados em vista às necessidades urgentes e imediatas dos países em desenvolvimento que são vulneráveis às mudanças climáticas. O texto reconhece o compromisso dos países desenvolvidos em doar U\$ 100 bilhões por ano até 2020 e que estes recursos poderiam vir de setores privados e públicos e em acordo bi ou multilaterais (G1, 2010b).

Em relação ao Protocolo de Kyoto, os países concordaram em estendê-lo para além de 2012 (Folha Online, 2010d). O Protocolo é o único instrumento jurídico internacional que impõe aos países ricos reduções obrigatórias de suas emissões de gases de efeito estufa, e sua extensão foi o principal obstáculo superado pela COP-16. Aprovado como um protocolo anexo à Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CMNUCC), Kyoto foi concluído na cidade japonesa de mesmo nome em 1997, mas não entrou em vigor até fevereiro de 2005. Ele impõe aos 36 países industrializados que o ratificaram reduções em suas emissões das seis principais substâncias responsáveis pelo aquecimento global: dióxido de carbono (CO²), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e três gases flúor (HFC, PFC, SF₆).

As limitações referem-se principalmente à queima de combustíveis fósseis como petróleo, gás e carvão, responsáveis por dois terços das emissões mundiais de gases de efeito estufa. Os países em desenvolvimento não ficaram vinculados a um compromisso de redução de gases, limitando-se a um apelo geral para reduzir a poluição. O Protocolo de Kyoto conta atualmente com 183 Estados-membros, além da União Europeia, com a notável exceção dos Estados Unidos que se recusou a ratificá-lo. Os países industrializados, responsáveis por cerca de 30% das emissões mundiais, se comprometeram a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 5% no período entre 2008 e 2012 em relação ao ano de referência de 1990.

O protocolo impõe “objetivos diferentes”, segundo o país: por exemplo, de 8% para o conjunto da União Europeia ou de 6% para o Canadá e Japão. Os países emergentes - entre eles a China (recentemente tornou-se o maior poluidor mundial), Brasil e Índia - estão isentos das reduções da mesma forma que os países em desenvolvimento, apesar de seu crescimento excepcional. A primeira fase de compromissos do protocolo expiraria no final de 2012 e muitos países pediam uma extensão. Entretanto, chocaram-se em Cancun com a feroz oposição do Japão, e posteriormente da Rússia, que o classificou de injusto por não impor controle sobre as emissões dos dois maiores emissores que são também seus rivais comerciais: Estados Unidos e China. Finalmente, a negociação foi resolvida com uma formulação ampla o suficiente para agradar todos os países, de forma que possa garantir que não exista um hiato entre o primeiro e o segundo período de compromissos.

Os acordos também incluíram temas como a transferência de tecnologia e um fundo denominado Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação de floresta (REDD) (Folha Online, 2010e). Em transferência de tecnologia, a definição principal foi dar prioridade aos países menos desenvolvidos, desenvolvendo tecnologia nestes países e em parcerias bi ou multilaterais. Os países ricos devem desenvolver e organizar tecnologia, incluindo pesquisa cooperativa e programas de difusão de tecnologias e conhecimento em países em desenvolvimento, além de acelerar estas ações.

Foram determinadas regras para a criação do REDD, que provêm recursos para os países preservarem suas florestas (grandes armazenadores de CO₂). O texto diz que os países devem coletivamente seguir o objetivo de retardar, deter e reverter a perda de cobertura florestal e de carbono, de acordo com as circunstâncias de cada país. As chamadas salvaguardas, o respeito ao conhecimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais e sua participação como parte integrante, devem ser apoiadas. A mensuração ou verificação destas políticas de salvaguarda foi retirada do texto, à pedido do Brasil. O país já possui um precursor do REDD, o Fundo Amazônia, que recebe doações por diminuir o desmatamento da floresta. O REDD é uma maneira dos países em desenvolvimento contribuírem com a redução das emissões por desmatamento e degradação florestal. Estima-se que 20% de todas as emissões atuais sejam causadas pelo desmatamento. Brasil e Indonésia possuem os maiores índices no mundo (Folha Online, 2010e).

Nas discussões para ações em longo prazo, foi estabelecida uma temperatura limite de 2°C e uma revisão futura para 1,5 °C (Folha Online, 2010e). Além disso, as partes concordam com um objetivo final de identificar uma meta global para 2050. O texto reconhece ainda que as mudanças climáticas representam um urgente problema que precisa de solução por todas as partes e que os países em desenvolvimento precisam alcançar economia sustentada, erradicar pobreza e lidar com mudanças climáticas. A Bolívia foi o único a se posicionar contra as decisões da COP-16, argumentando que o plano não é suficiente para combater as mudanças climáticas. Segundo a delegação boliviana, elas são tão fracas, que poderiam colocar o planeta em risco. O país disse que

vai recorrer à Corte Internacional de Justiça de Haia para contestar o resultado da conferência.

O pacote de compromissos aprovado em Cancun não tem caráter vinculante (de cumprimento obrigatório), nem faz com que países assumam novas metas concretas de redução de emissões (CAMARA, 2010). No entanto, apesar de não ter a força esperada pelos ambientalistas, foi muito elogiado como uma peça que pode servir de base para avanços futuros, o que já é um avanço comparado com a estagnação oferecida pelo vago Acordo de Copenhague aprovado na COP 15.

As COP 17, realizada em 2011 em Durban (África do Sul), e COP 18, ocorrida em 2012 em Doha (Qatar), deram seguimento aos pontos iniciados nas edições anteriores, mas centraram os debates na proposta de um Fundo Verde Climático e na renovação do Protocolo de Kyoto. Por intermédio do Fundo Verde pretende-se que os países ricos transfiram recursos aos países em desenvolvimento para que estes possam se adaptar às consequências do aquecimento global e adotar políticas sustentáveis de crescimento econômico (REDE BRASIL ATUAL, 2012). O objetivo inicial era arrecadar US\$ 100 bilhões por ano –, mas ainda não foi colocado em prática após a COP 17 por conta da crise econômica que afetava o planeta. A COP 18 teve o mérito de estabelecer o debate sobre as bases da renovação do Protocolo de Kyoto, tais como as metas de redução de emissões que serão assumidas (e se elas serão iguais para todos os signatários) e o que ocorrerá com os países que emitiram além das metas estabelecidas pelo acordo para 2012 (EXAME, 2012).

Grande parte das razões que levaram os negociadores internacionais a não fecharem um acordo claro nas COP's sobre a adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social capaz de conciliar o progresso e o uso sustentável dos recursos naturais tem raízes na falta de apoio em seus respectivos países à medida que ocasionarão mudanças nos processos produtivos e nas relações de consumo. Apenas como exemplo, podemos citar que a redução nas emissões de gases do efeito estufa afeta as empresas petrolíferas (produtoras e vendedoras de combustíveis fósseis), o controle e regulamentação dos desmatamentos exige adaptações nas indústrias madeireiras, a diminuição do lançamento de resíduos sólidos no ambiente (lixo

doméstico e industrial) afeta os hábitos de consumo e os arranjos produtivos. Logo, é possível correlacionar o aumento no nível de informação sobre a questão ambiental, a tomada de decisão esclarecida sobre a adoção ou não das medidas necessárias para diminuir o aquecimento global com a efetiva ação governamental.

Exatamente neste ponto da necessária promoção do debate e no consequente aumento do nível de esclarecimento das pessoas sobre os problemas ambientais que os veículos de comunicação de massa podem dar uma valiosa contribuição ao democratizarem o conhecimento científico/ambiental. Para o jornalista André Trigueiro, em sua obra “Mundo Sustentável - Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação”, só a comunicação pode retirar as questões ambientais do gueto em que estão colocadas (fazendo de conta que são isoladas, apartadas) e levar a sociedade a entender que todas as ações humanas têm impacto sobre o concreto - a água, o solo, o ar, os seres vivos. E se é assim, tudo o que se relaciona com o meio ambiente precisa permear qualquer discussão na área econômica, política, social, cultural – enfim, todas as áreas.

2.3 – As Secas de 2005 e 2010

É no contexto das mudanças climáticas que ocorre no Estado do Amazonas duas das maiores vazantes registradas na região e cuja cobertura jornalística constitui-se no objeto de análise desta tese. Conforme demonstramos no item anterior, em 2005, quase todos os chefes de Estado do mundo desenvolvido mostraram-se preocupados com a questão ambiental. Devido a esse fato, a imprensa mundial passou a dar grande espaço em seus noticiários para as mudanças climáticas e seus efeitos. Os veículos de comunicação nacionais e internacionais transformaram as secas de 2005 e 2010 em indícios de que as mudanças climáticas, provocadas pelo aumento da temperatura do planeta, começaram a ter efeitos sobre a Amazônia.

Jornais, televisões, sítios na internet e rádios transmitiram ao mundo os relatos de uma vazante severa e sem precedentes, cujas consequências ameaçavam o modo de vida das populações tradicionais e a sobrevivência de milhares de espécies da fauna e da flora amazônica. No entanto, como demonstra um levantamento preliminar feito para a composição do projeto de pesquisa que deu origem a esta tese, dois anos após o

fenômeno tanto as causas quanto as consequências das secas de 2005 e 2010 foram, pouco a pouco, caindo por terra diante dos fatos científicos que vieram à tona, com menos destaque, nos mesmos veículos de comunicação.

“Desastre ambiental”²⁴, “Deserto na Amazônia”²⁵ e “Amazônia pede socorro”²⁶ foram algumas das manchetes dos principais jornais da região e até mesmo de veículos de comunicação nacionais e internacionais. Vejamos:

O gerente-executivo do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) no Amazonas, Henrique Pereira, afirmou nesta segunda-feira que o impacto da seca sobre a fauna aquática pode se prolongar por até dois anos. A maioria das espécies de peixes adquirem tamanho nos lagos. Com os lagos secos, os peixes não têm acesso aos rios, nos quais se reproduzem. ‘Os peixes estão morrendo nos lagos, isso causará impactos no recrutamento (crescimento) porque, sem adquirir tamanho, a pesca comercial estará afetada’, afirmou Pereira. Além dos peixes, o gerente do Ibama disse que os mamíferos aquáticos, como o peixe-boi e o boto, são as espécies mais vulneráveis. Os animais se tornam presas fáceis para caçadores. ‘Os rios enfrentam uma seca extrema, fora do normal, deixando a população vitimizada, e os animais ameaçados mais vulneráveis’, disse Henrique Pereira. Segundo ele, uma pesquisa do órgão na região de Coari (a 370 km de Manaus) detectou a matança de cem peixes-bois durante a vazante. (Impacto da seca nos rios do AM pode durar até dois anos, diz Ibama (Agência Folha. Manaus, 10 de out. 2005).

Praias inacessíveis e tomadas por lama, bancos de areia que viram armadilhas, casas flutuantes e embarcações encalhadas devido à pouca profundidade do rio e catraieiros sem clientes. Esse é o cenário do rio Negro em Manaus, cujo nível chegou, ontem, ao segundo menor da história. A cota de 14,09m de ontem perde apenas para a cota recorde registrada em 1963, de 13,64m. Mesmo cauteloso, o superintendente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), órgão que monitora as cotas d’água, Marco Antônio Oliveira, já admite que a seca deste ano seja recorde. A cautela de Oliveira deve-se à complexidade de se analisar o comportamento da vazante sem a existência de poços subterrâneos. Daí a ausência de um alerta de seca”, como acontece no período da cheia (Jornal A Crítica. Manaus, 21 de out. 2010).

A pergunta que orienta esta pesquisa consiste em saber se a mídia impressa regional deu conta do trabalho de ajudar, num cotidiano tão acostumado à percepção do

²⁴ Correio Amazonense, 23/10/2005, pg. A1, caderno de Cidades.

²⁵ A Crítica, 15/10/2005, pg. C2, caderno de Cidades.

²⁶ Estado do Amazonas, 17/11/2005, pg. 2, caderno Manaus.

imediatamente visível (MEDITSCH, 2005), a sociedade a compreender as causas e as consequências dos referidos fenômenos naturais e, conseqüentemente, a tomar decisões diante das questões de fundo do problema (mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, políticas públicas e etc.). Para responder a esta questão, propomos uma análise da cobertura das Secas de 2005 e 2010 no Amazonas feita pelos jornais “Diário do Amazonas” e “A Crítica” tendo como base os princípios do jornalismo, pois como demonstrado abaixo, diversos interesses políticos e econômicos manifestaram-se e guiaram suas ações tendo como base, em boa medida, o que foi veiculado por meio dos veículos de comunicação. Vejamos:

O governo do Amazonas havia entregado até a noite desta segunda-feira 17 mil cestas básicas a famílias atingidas pela seca dos rios. O total de cestas chegará a 100 mil, já que o decreto de calamidade pública, oficializado na semana passada, englobou os 62 municípios do Estado. Receberam alimentos e medicamentos as comunidades em situação mais crítica dos municípios de Anori, Anamã, Caapiranga, Manaquiri, Iranduba, Careiro da Várzea e Careiro Castanho. Um avião Hércules C 130, da FAB (Força Aérea Brasileira), decolou de Manaus para Tabatinga, na fronteira do Peru e da Colômbia, com 17 toneladas de alimentos para serem doados inclusive a comunidades indígenas. A reportagem da Folha acompanhou a entrega das cestas nas comunidades de Dominginho, Cachoeira e Taboca, nas quais vivem 60 famílias, em Caapiranga (222 km oeste de Manaus). Como estão isoladas porque secou o lago Grande de Manacapuru, que deságua no rio Solimões, o transporte dos alimentos e medicamentos foi realizado em um helicóptero do 4º Batalhão de Aviação do Exército (Governo do AM entrega cestas básicas a vítimas da seca nos rios. Agência Folha. Manaus, 17 de out. 2005).

Mais de um mês depois que os primeiros municípios amazonenses decretaram situação de emergência, a Defesa Civil do Estado, com o apoio da Aeronáutica, deu início ontem ao envio de alimentos, produtos de higiene pessoal e filtros de água para atender às vítimas da seca no interior do Amazonas. Hoje, 29 municípios estão em situação de emergência e pelo menos 44 mil famílias – mais de 130 mil pessoas - sofrem com a falta de água potável ou com problemas de acessibilidade. Anamã, Carauari, Iranduba e Rio Preto da Eva foram os últimos municípios a decretar situação de emergência e a região do Alto Solimões e as pequenas cidades nos arredores de Manaus são as mais prejudicadas (Vítimas da seca vão receber mantimentos. Jornal A Crítica. Manaus, 8 de out. 2010).

Os alertas feitos por Leff (2008) e os dados apresentados nos itens anteriores nos levam a crer que a humanidade precisará optar por novo paradigma econômico ou

adaptar o já existente às variáveis ambientais. Tal opção precisará ser global, e isso envolverá a participação esclarecida da sociedade civil organizada e dos governos. Uma das principais fontes de informação que irá subsidiar este debate será os *Mass Media* e, conseqüentemente, o jornalismo. A imprensa deverá ter papel central ao ajudar na mediação das informações científicas, ao contextualizar os fatos, ao dar oportunidade para que todos os discursos (contra e a favor das transformações) cheguem às pessoas e fiscalizar as ações governamentais. De acordo com Flannery (2007, p.29),

Um dos maiores obstáculos para se começar a agir em relação às mudanças climáticas é que ela se tornou um clichê antes mesmo de ser entendida. O que precisamos agora é de boa informação e de um planejamento cuidadoso, porque nos próximos anos essa questão vai eclipsar todas as outras. Vai se tornar a única questão. Precisamos reexaminá-la com um espírito verdadeiramente cético – para ver sua magnitude e com que rapidez está avançando.

Para Bueno (2007), diante da questão ambiental o papel do jornalismo na democracia volta-se para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável. A autora enfatiza que todos têm direito à informação e que a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica embutida nas questões ambientais. A mídia deve expressar a pluralidade de opiniões em matérias controversas e proporcionar um retrato não fragmentado da realidade. Bueno, por um lado, destaca o reconhecimento do papel mobilizador dos meios de comunicação e da necessidade de qualificar a informação para que ela funcione como instrumento de pressão, e por outro, defende a afirmação de um direito inalienável do homem que é o de ter/receber informações de natureza plural e não fragmentada.

Já Figueiredo (2001), afirma que a mídia, expressa através de veículos massivos (televisão, rádio, jornais, revista e Internet), pode ser considerada uma aliada poderosa junto à educação, pois tem importante papel a cumprir na sociedade uma vez que com o advento das novas tecnologias a sociedade moderna habituou-se a adquirir informações e conhecimentos por meio destes veículos. A interpretação de vários gêneros de matérias jornalísticas veiculadas pela mídia impressa e eletrônica proporciona ao público conhecer e transformar a qualidade de vida do cidadão na sociedade.

O papel da imprensa na questão ambiental também envolve implicações relacionadas à educação básica. Pesquisa realizada recentemente por Bortolozzi (1999) revela que boa parte das informações que os professores de escolas públicas recebem sobre meio ambiente vêm da mídia, especialmente da televisão. Não que a mídia não possa ser fonte, mas a questão é como esse material é trabalhado em sala de aula. A tendência mais comum é a de ser repassado como verdade absoluta. Na LDB 9.394/96, a educação ambiental foi incluída nos chamados temas transversais e incorporada aos currículos de escolas públicas e privadas do ensino fundamental e do ensino médio. Para a ONU, num documento preparatório para a Conferência sobre Meio Ambiente, citado por Dias (1993), a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (DIAS, 1993).

O autor acrescenta ainda que para fazê-lo, a educação ambiental deve capacitar os indivíduos para o pleno exercício da cidadania, fornecendo uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O direito à informação e ao acesso às tecnologias capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável, constituem, assim, um dos pilares desse processo de formação de uma nova consciência em nível planetário, sem perder a ótica local, regional e nacional. O desafio da educação, nesse particular, é o de criar as bases para a compreensão holística da realidade. Logo, se a imprensa é a fonte principal de informação dos professores, o conteúdo absorvido por meio das matérias apresentadas deve ser discutido com criticidade acerca da perspectiva e dos interesses do veículo.

Para Freire (1980), o homem se relaciona a todo instante com os outros homens e a natureza, sobretudo com o contexto em que está inserido – como a história e a cultura. É esta relação que permite integrar o homem na sociedade, e não somente estar em contato com a mesma. Para o autor, o contato é o que massifica e domina o homem ao fazê-lo externo à realidade, podendo apenas percebê-la superficialmente de acordo com o que lhe é passado. As relações sociais tem o poder de inserir o homem na sociedade levando-o a interagir, dinamizar e possibilitar a transformação da realidade. O homem integrado adquire funções intelectuais, abandonando aos poucos as funções instintivas e

emocionais, ou seja, a partir da educação, desenvolve seu senso crítico sobre o conjunto e o meio em que está inserido e o modo pelo qual são apresentados.

Ao passo em que considera a relação como forma de inserção do homem na sociedade, Freire (1980) pensa uma “Pedagogia da Comunicação”, que objetiva o diálogo para a compreensão do mundo pelo ser humano. Logo, o diálogo entre a educação e o homem é o que define a comunicação. Assim, o manejo de informações pode ser compreendido como um processo educacional já que se constitui de conhecimento sistematizado e possui potencial de transmissão para a aprendizagem. Prada (1990, p.268), também com base em Freire, afirma que “la educación se funda em procesos comunicacionales y se desarrolla em sistemas de información”. E continua: “La comunicación humana, em todo clima, bajo cualquier circunstancia y modalidad, como base de interacciones e interrelacionaes sociales, contiene elementos de aprendizaje y de educación” (PRADA, 1990, p.269). O autor intensifica a relação dialética explorada por Freire, no que se refere ao caráter educador da mídia, para explicitar o ideal de conscientização na Pedagogia da Comunicação e democratização do ensino.

O que Freire (1980) defende não é mais do que é garantido por lei a todos os cidadãos. Tanto a informação, quanto a educação e a comunicação são direitos garantidos pela Constituição (BITELLI, 2001). Esse direito, principalmente no que tange à comunicação, atribuindo à ela o seu sentido mediador de informação e educação, foi claramente exposto pelo Relatório MacBride²⁷, da UNESCO²⁸, no qual, tendo como referencial a realidade, entra em pauta a possibilidade democrática da comunicação.

Morin (1993), explica que a comunicação é uma das dimensões da cidadania e que uma leitura crítica não pode pretender, simplesmente, afastar-nos dos meios, mas procurar que a nossa participação seja mais atenta, democrática e crítica possível em

²⁷ Relatório da Comissão MacBride (Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação), da UNESCO, intitulado em inglês “Many Voices. One World” (Um Mundo e Muitas Vozes), que estudou as possibilidades da comunicação internacional para contribuir na formação de uma “Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação”. (N.A.).

²⁸ UNESCO - Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. (Relatório MacBride). *Um Mundo e Muitas Vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

cada momento. Para ele, a finalidade principal da educação para uma leitura crítica dos meios é ajudar a desenvolver em cada um a percepção mais ativa, atenta, de acompanhamento consciente do que significa viver em comunhão com o mundo e conseguir formas de comunicação mais forte, autênticas, expressivas, significativas, ricas, que superem o reducionismo empobrecedor das formas convencionais de relacionamento.

3º CAPÍTULO
APRESENTANDO A METODOLOGIA
DA PESQUISA

3.1 – A metodologia da pesquisa:

A desinformação é a mãe de vários outros problemas. Quem não sabe e nem se interessa em saber pelo que está acontecendo aceita passivamente à miséria e/ou a mediocridade que é o cotidiano da maioria. – Clóvis Rossi.

A metodologia utilizada na pesquisa fez uso de métodos quali-quantitativos. Utilizamos a análise de conteúdo, pois se apresenta como um dos métodos mais eficientes para rastrear informação dado a sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997). O método qualitativo é aplicado na análise de entrevistas em profundidade com jornalistas, leitores qualificados e fontes. Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias sobre as secas de 2005 e 2010. Tratamos aqui de procurar dar conta do que preconiza Melo (2009) ao ressaltar a importância não somente de realizar pesquisas relevantes sobre problemas cruciais, mas também de explicá-las de modo compreensível com objetivo de facilitar sua compreensão pelos agentes profissionais que poderão fazer uso dos resultados no interior do sistema produtivo. O autor chama a atenção para o fato de que,

Não se poder negligenciar a exposição das estratégias metodológicas e até mesmo das opções taxonômicas feitas no processo de construção das hipóteses de trabalho. Esse é um requisito imprescindível para o diálogo com interlocutores externos, muitos deles responsáveis pela tomada de decisões sobre o fenômeno científico (apoio à pesquisa), cujas leituras são feitas de acordo com códigos transdisciplinares (MELO, 2009, p.144).

Esta pesquisa lançou mão da análise de conteúdo pelo fato de ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, discrepâncias e para comparar conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. Conforme Santos (1997, p.125),

A análise de conteúdo é um método eficiente e replicável que serve para avaliar um grande volume de informação manifesta cujas palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com objetivo de fazer inferências lógicas sobre mensagens, consagrou-se na segunda metade do século XX com trabalhos seminais de Klaus Krippendorff e de Robert Weber.

Amparada nos pressupostos descritos acima, procedemos à análise do conteúdo jornalístico publicado nos jornais A Crítica e Diário do Amazonas sobre as secas de 2005 e 2010. A escolha destes periódicos diários deu-se pelo fato de serem o primeiro e o segundo de maior circulação no Amazonas respectivamente. O método consistiu no recolhimento e análise de 112 textos jornalísticos publicados de agosto a dezembro dos anos em que ocorreram os fenômenos (51 referentes à seca de 2005 e 61 à seca de 2010) nos jornais A Crítica (28 matérias em 2005 e 41 em 2010) e Diário do Amazonas (23 matérias em 2005 e 20 em 2010) com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias de análise. Os critérios adotados na seleção dos textos estão centrados no fato de esses trazerem as palavras-chave seca, estiagem ou vazante; terem sido publicados no 2º semestre dos anos de 2005 e 2010 (período da vazante dos rios na Amazônia); e pertencerem ao gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por Melo (2010).

O método de escolha das categorias teve como princípios os requisitos previstos por Bardin (2010). Uma vez definido o objetivo da análise (verificar a qualidade da informação científica e ambiental da cobertura jornalística das secas de 2005 e 2010 feitas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas) é pertinente definir o corpus da pesquisa (exposto no parágrafo anterior) e a escolha das categorias de análise baseadas nos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental. A escolha das

categorias teve também como base as seguintes premissas: a exclusão mútua (um elemento não pode ser classificado em duas ou mais categorias), a homogeneidade (num mesmo conjunto categorial só pode funcionar com uma dimensão de análise), a pertinência (as categorias deveriam estar adaptadas ao material de análise escolhido e pertencente ao quadro teórico escolhido), a objetividade e fidelidade (as diferentes partes de um mesmo material analisado devem ser codificadas da mesma maneira) e a produtividade (um conjunto de categorias é considerado produtivo quando oferece resultados férteis) (BARDIN, 2010).

Dadas as premissas para a categorização da análise de conteúdo das reportagens e sem perder de vista o objetivo de averiguar a qualidade da informação jornalística científica e ambiental tendo como base os princípios gerais do jornalismo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003), dos seus subgêneros científico (BUENO, 1984) e ambiental, para os quais definimos cinco categorias cujos elementos de análise estão presentes no corpo teórico descrito no primeiro capítulo: Precisão, Independência, Pluralidade, Contextualização e Sensibilização:

- Categoria Precisão: analisa a veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo. Engloba os elementos dos princípios gerais do jornalismo do compromisso com a verdade, da lealdade ao interesse público, da disciplina da verificação e do dever jornalista com sua consciência, bem como uma das qualidades do jornalismo ambiental de evitar o sensacionalismo.
- Categoria Independência: analisa se houve problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010. Agrega o princípio geral do jornalismo de ser um monitor independente do poder.
- Categoria Pluralidade: analisa o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.

Abrange os princípios gerais do jornalismo de promover um fórum para a crítica e o comentário público e da independência das fontes, e ainda as funções: social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica do jornalismo científico. Na mesma categoria incluem-se as qualidades da diversidade de fontes, de abrir o espaço para o debate e o caráter revolucionário e engajamento do jornalismo ambiental.

- **Categoria Contextualização:** analisa a contextualização das causas e consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Reúne as qualidades inerentes ao jornalismo ambiental de procurar evitar a fragmentação da cobertura e não resumir tudo às questões econômicas.
- **Categoria Sensibilização:** utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005 e 2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Congrega o princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante, a função educativa do jornalismo e qualidade de procurar aliar jornalismo e educação do jornalismo ambiental.

Uma vez estabelecidas as categoria de análise, elaboramos um formulário (Anexo VII) contendo questões com o objetivo de averiguar se as reportagens possuíam, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e de seus subgêneros científico e ambiental. As questões foram formuladas e distribuídas de acordo com os elementos temáticos de cada categoria, conforme ilustra o quadro abaixo:

Categoria de Análise	Elementos analisados nas reportagens nas categorias	Questões fechadas do formulário de análise das reportagens
Precisão	A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as	<ul style="list-style-type: none"> • Qual o enfoque principal da matéria?

	secas de 2005/2010 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a causa apontada para a seca de 2005/2010? • O texto das matérias referentes às causas e consequências possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?
Independência	Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • Questionou o poder público sobre as ações de combate às consequências das secas de 2005/2010? • A reportagem aborda a efetiva execução e a eficiências das medidas anunciadas pelo poder público para remediar os efeitos da seca? • Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades do poder público? • A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para prevenir ou remediar os efeitos das secas?
Pluralidade	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a natureza das fontes que foram ouvidas na matéria? • Que vozes tiveram espaço na reportagem? • Em se tratando dos pesquisadores da área de clima e meio ambiente, quantos

		<p>foram ouvidos na reportagem?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências ambientais da seca, quantas opiniões científicas são apresentadas?
Contextualização	<p>A contextualização das causas e consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A reportagem resgatou as raízes históricas do problema das secas? • A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos? • A matéria correlacionou o problema da seca com a questão ambiental global? • A matéria correlacionou o problema da seca a questões econômicas, políticas ou culturais?
Sensibilização	<p>Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, apresentar ao leitor informações para a compreensão dos eventos relativos a seca e a questão ambiental global? • A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, traduzir para o leitor termos e expressões referentes a temática ambiental pouco conhecidos?

		<ul style="list-style-type: none"> • A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores? • A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, mostrar ao leitor como os problemas ambientais os afetam ou como eles podem agir diante deles?
--	--	--

Quadro 1: Categorias de análise e questões do formulário de análise das reportagens
Fonte: Roteiro feito pelo pesquisador/2013

Por meio da análise de conteúdo das reportagens sobre as secas de 2005 e 2010 foi possível traçar um quadro sobre a cobertura dos fenômenos frente aos princípios do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental, bem como identificar os atores sociais envolvidos na produção das notícias (repórteres e fontes). Como veremos adiante, com base nos dados obtidos foi possível fazer inferências sobre a qualidade da informação científica e ambiental da cobertura.

3.2 – Entrevistas em profundidade

O estudo focado só nas mensagens (matérias) não oferece elementos suficientes para o conhecimento da lógica organizacional por trás da produção das mensagens (SHOEMAKER e REESE, 1996) e nem dos *feedbacks* das fontes e dos leitores. Segundo Laswell (1936), a análise de conteúdo descreve com objetividade e precisão apenas o que é dito sobre um determinado tema, num determinado lugar e num determinado espaço. Acreditamos que esta pesquisa avança em não restringir-se ao estudo apenas da mensagem, restrito ao polo emissor, como faz a maior parte dos estudos de jornalismo comparado que consultamos. Para dar conta dos objetivos traçados, focamos o processo de comunicação estabelecido entre os jornais e seus leitores de forma mais ampla. Para tanto, também lançamos mão do método qualitativo

das entrevistas em profundidade com os jornalistas envolvidos na produção, revisão e aprovação dos textos, com as fontes que os alimentaram de sentidos e leitores qualificados (cientistas, sociedade civil organizada e tomadores de decisões públicas).

Para Weber (1990), a combinação operacional de aspectos qualitativos e quantitativos produz os melhores estudos de análise de conteúdo em textos. A necessidade de integração dos campos quantitativo e qualitativo decorre do reconhecimento de que os textos sobre as secas de 2005 e 2010 não podem ser compreendidos fora do seu contexto. Ao tentar determinar e interpretar o possível significado de um texto para o público, a análise de conteúdo não pode perder-se em incompatibilidades metodológicas e sim reunir as duas visões para confirmar seus resultados (NEWBOLD et al., 2002; GAUNTLEET, 2002; CURRAN, 2002; MacNAMARA, 2003).

Com o intuito de ampliar o espectro analítico para além da mensagem (matérias) focalizando o processo comunicacional de forma mais ampla, incluindo o estudo das fontes, dos emissores (jornalistas) e dos receptores (leitores), aliamos os dados colhidos de forma quantitativa nas análises de conteúdo aos dados captados por meio do método qualitativo de entrevistas em profundidade. Desta forma buscamos não limitar os resultados da investigação apenas às inferências possíveis de serem feitas pelo método hipotético dedutivo tendo como base a análise de conteúdo, mas sim confrontá-las com as falas dos sujeitos de nossa pesquisa para nos aproximarmos de conclusões mais verossímeis. Os entrevistados foram divididos em três grupos: jornalistas envolvidos na cobertura das secas de 2005 e 2010 (emissores das mensagens), fontes citadas nas reportagens (cientistas e representantes de entidades ligadas aos municípios afetados pelas secas) e leitores qualificados (cientistas da área de clima e meio ambiente, líderes de organizações não governamentais, ambientalistas, políticos e gestores públicos envolvidos na formulação de políticas públicas para o meio ambiente).

Foi necessário estabelecermos um formulário de questões para cada grupo de entrevistados. Os formulários tiveram como base as mesmas categorias da análise de conteúdo das reportagens e as questões elencadas são similares às do formulário de analítico das reportagens, acrescidas de algumas questões referentes a fatores

impossíveis de serem investigados e analisados tendo como base apenas os textos (as mensagens), tais como o contexto organizacional da produção das matérias, as impressões das fontes sobre o trabalho dos jornalistas e dos *feedbacks* de leitores qualificados a respeito da qualidade das informações científicas e ambientais publicadas sobre as secas de 2005/2010. Em razão disso, os formulários são distintos contendo ora questionamentos com o objetivo de confrontar informações advindas da análise de conteúdo e ora com o intuito de obter dados relativos às categorias de análise que escaparam ao espectro da análise de conteúdo. Nos itens descritivos a seguir de cada um dos grupos de entrevistados teremos a oportunidade de explorar melhor os formulários e os seus critérios de composição.

1º Grupo – Jornalistas envolvidos na cobertura das secas de 2005/2010

A composição do Quadro 2 deu-se após a análise de conteúdo das matérias, quando se constatou que envolveram-se diretamente na cobertura 26 repórteres do jornal A Crítica e 17 do Diário do Amazonas. Foram escolhidos dois repórteres de cada jornal que mais atuaram na produção de reportagens em 2005 e 2010, informação esta também resultado da análise de conteúdo. Por meio de pesquisa de campo, identificamos os editores e os chefes de redação que atuaram nas coberturas.

Grupo	Subgrupo	Nome
Produtores das reportagens	Chefe de redação do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2005	Wilson Nogueira
	Chefe de redação do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2005	Sérgio Bartholo
	Chefe de redação do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2010	Aruana Brianezi
	Chefe de redação do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2010	Sérgio Bartholo
	Repórteres do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2005	Cristiane Silveira Antônio Ximenes
	Repórteres do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2010	Elaíze Farias Jorge Eduardo
	Repórteres do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2005	Valmir Lima Célia Santiago
	Repórteres do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2010	Tabajara Moreno Anielly Bezerra
	Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2005	Hudson Braga
	Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2010	Saulo Borges
	Editor do caderno de Cidades do jornal Diário	Sérgio Bartholo

	do Amazonas na cobertura da seca de 2005	
	Editor do caderno de Cidades do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2010	Hélida Tavares

Quadro 2 - Jornalistas Entrevistados

Fonte: Seleção feita pelo pesquisador/2013

Após a tabulação dos dados da análise de conteúdo, elaboramos os questionamentos com o objetivo de confrontar seus resultados com as falas dos jornalistas. Cada subgrupo de jornalistas mereceu um formulário específico (Anexos VIII, IX, X, XI, XII, XIII), já que participaram em níveis hierárquicos diferentes do processo produtivo das reportagens. Tornou-se necessário acrescentar aos formulários dos jornalistas questionamentos relativos a sua formação, preparo para atuar na área científica e ambiental e também questões relativas aos princípios gerais do jornalismo e de seus subgêneros científico e ambiental impossíveis de serem aplicadas na análise de conteúdo. Tais questões dizem respeito ao planejamento da cobertura; existência ou não de censura; escolha das fontes; origem das pautas; e se a opinião dos leitores era levada em conta (feedback). Todas, como demonstra o quadro a seguir, também estão correlacionadas com as categorias da análise de conteúdo e, conseqüentemente, estavam a serviço da averiguação da qualidade da informação científica e ambiental da cobertura das secas de 2005 e 2010 no Amazonas feitas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas.

Categoria de Análise	Elementos analisados nas categorias	Questões abertas e fechadas do formulário de entrevistas dos repórteres
Precisão	A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005-2010 no seu jornal ou na concorrência? • Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010?
Independência	Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • As matérias cujo Estado aparece como principal fonte, a maioria, não possui um tratamento crítico quanto à atuação dele em relação aos problemas causados pela seca de 2005/2010. Por que você acha que isso ocorreu? • Ao receber as pautas sobre a seca de 2005/2010 os editores faziam alguma recomendação sobre o enfoque das matérias ou qualquer

		<p>tipo de restrição quanto ao conteúdo?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao analisar a cobertura da seca de 2005/2010 pelo seu jornal, verifica-se a predominância de fontes ligadas ao Estado (governo e prefeituras), por que você acha que isso ocorreu? • Havia a possibilidade de criticar as ações do Estado (governo e prefeituras) tanto na preparação para enfrentar uma seca quanto nas providências para remediar os efeitos da seca de 2005-2010? • Você acha que houve uso eleitoral por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições? Seu jornal tratou o caso de que forma? • A edição das matérias suprimiu ou acrescentou elementos nas matérias produzidas por você? Em caso afirmativo, como você avalia essas mudanças?
Pluralidade	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • As pautas referentes à seca de 2005/2010 surgiam de forma na redação? Eram sugeridas pelos editores ou repórteres? Eram sugeridas por assessorias ou fontes ligadas a área ambiental? Outras formas? • Como você escolhia as fontes que foram ouvidas para a produção das reportagens? • Havia a preocupação de diversificar as fontes e ouvir pessoas ligadas ao governo, sociedade civil, pesquisadores e pessoas impactadas pela seca de 2005/2010? • Apesar de haverem institutos de pesquisa e universidades em Manaus onde se encontram pesquisadores da área de climatologia, biologia e outras áreas, eles aparecerem em poucas matérias. Por que você acha que isso ocorreu? • Quando as fontes científicas eram

		<p>consultadas, havia a preocupação de ouvir mais de um pesquisador para abrir a possibilidade de haver diferentes interpretações do fenômeno?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Você acha que durante a cobertura da seca no seu jornal, as principais vozes que precisavam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê? • O jornal teve algum feedback sobre a cobertura da seca de 2005/2010?
Contextualização	A contextualização das causas e consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Houve algum esquema especial para a cobertura da seca de 2005/2010? • Houve algum planejamento sistemático da redação para lidar com o assunto seca de 2005/2010? • Os efeitos da seca de 2005/2010 foram verificados em diversos pontos do Estado do Amazonas, houve a possibilidade de ir a estes locais fazer as matérias? • A maioria das reportagens preocupou-se com o factual do fenômeno, poucas exploraram suas raízes históricas, seu contexto, ofereceram análise de especialistas independentes ou lançaram prognósticos de futuro baseado em informações científicas. Por que você acha que isso ocorreu?
Sensibilização	Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • De que forma ou com quais critérios você acha que foi escolhido para participar da cobertura da seca de 2005/2010? • Fale um pouco da sua formação e atuação profissional como jornalista: • Você prefere ou atua em algum gênero jornalístico em particular? • Você fez algum curso ou pós-graduação em alguma área específica do jornalismo? • Em algum momento da cobertura

		<p> você chegou a achar que precisaria de alguma formação específica para fazer um melhor trabalho? Qual seria ela? </p> <ul style="list-style-type: none"> • Sua formação acadêmica lhe deu ferramentas suficientes para dar conta da cobertura da seca de 2005-2010? • O jornal em que você trabalha(ou) alocou as notícias sobre a seca de 2005/2010 em alguma editoria específica? Por quê? • O jornalismo também possui uma função educativa, você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel nela? Por quê? • Você considera que a sua atuação ou a do seu jornal na cobertura da seca de 2005-2010 estavam engajadas em difundir informações científicas e ambientais no sentido de permitir ao leitor perceber engajar-se na causa do uso sustentável dos recursos naturais? • Você acha que a cobertura da seca de 2005-2010 proporcionou uma maior compreensão por parte dos leitores sobre a questão dos eventos climáticos extremos na Amazônia, Mudanças Climáticas e desenvolvimento sustentável? Por quê?
--	--	--

Quadro 3 - Categorias de análise e questões formuladas aos repórteres

Fonte: roteiro elaborado pelo pesquisador/2013

Categoria de Análise	Elementos analisados nas categorias	Questões abertas e fechadas do formulário de entrevistas dos editores
Precisão	A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas	<ul style="list-style-type: none"> • Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010? • Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da

	causas e efeitos sem sensacionalismo.	seca de 2005-2010 no seu jornal ou na concorrência?
Independência	Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • Os editores faziam alguma recomendação sobre o enfoque das matérias ou qualquer tipo de restrição quanto ao conteúdo? • As matérias cujo Estado aparece como principal fonte em sua maioria não possuem um tratamento crítico quanto a atuação dele em relação aos problemas causados pela seca de 2005/2010. Por que você acha que isso ocorreu? • Havia a possibilidade criticar as ações do Estado (governo e prefeituras) tanto na preparação para enfrentar uma seca quanto nas providências para remediar os efeitos da seca de 2005-2010? • Você acha que houve uso eleitoral por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições? Seu jornal tratou o caso de que forma? • Houve alguma censura prévia ou após a produção dos textos referentes a seca de 2005/2010 ?
Pluralidade	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • As pautas referentes à seca de 2005/2010 surgiam de que forma na redação? Eram sugeridas pelos editores ou repórteres? Eram sugeridas por assessorias ou fontes ligadas a área ambiental? Outras formas? • Havia a preocupação de diversificar as fontes e ouvir pessoas ligadas ao governo, sociedade civil, pesquisadores e pessoas impactadas pela seca de 2005/2010? • Ao analisar a cobertura da seca de 2005/2010 pelo seu jornal, verifica-se a predominância de fontes ligadas ao Estado (governo e prefeituras), por que você acha que isso ocorreu? • Apesar de haverem institutos de pesquisa e universidades em

		<p>Manaus onde se encontram pesquisadores da área de climatologia, biologia e outras áreas, eles aparecerem em poucas matérias. Por que você acha que isso ocorreu?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quando as fontes científicas eram consultadas, havia a preocupação de ouvir mais de um pesquisador para abrir a possibilidade de haver diferentes interpretações do fenômeno? • Você acha que durante a cobertura da seca no seu jornal, as principais vozes que precisavam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê? • O jornal teve algum feedback sobre a cobertura da seca de 2005/2010?
Contextualização	A contextualização das causas e consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.	<ul style="list-style-type: none"> • O jornal em que você trabalha(ou) alocou as notícias sobre a seca de 2005/2010 em alguma editoria específica? Por quê? • Houve algum esquema especial para a cobertura da seca de 2005/2010? • Houve algum planejamento sistemático da redação para lidar com o assunto seca de 2005/2010? • Os efeitos da seca de 2005/2010 foram verificados em diversos pontos do Estado do Amazonas, houve a possibilidade de ir a estes locais fazer as matérias? • A maioria das reportagens preocupou-se com o factual do fenômeno, poucas exploraram suas raízes históricas, seu contexto, ofereceram análise de especialistas independentes ou lançaram prognósticos de futuro baseado em informações científicas. Por que você acha que isso ocorreu?
Sensibilização	Utilização do espaço das	<ul style="list-style-type: none"> • Fale um pouco da sua formação e

	<p>reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.</p>	<p>atuação profissional como jornalista:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Você prefere ou atua em algum gênero jornalístico em particular? • Você fez algum curso ou pós-graduação em alguma área específica do jornalismo? • Em algum momento da cobertura você chegou a achar que precisaria de alguma formação específica para fazer um melhor trabalho? Qual seria ela? • Sua formação acadêmica lhe deu ferramentas suficientes para dar conta da cobertura da seca de 2005-2010? • O jornalismo também possui uma função educativa, você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel nela? Por quê? • Você considera que a sua atuação ou a do seu jornal na cobertura da seca de 2005-2010 estavam engajadas em difundir informações científicas e ambientais no sentido de permitir ao leitor perceber engajar-se na causa do uso sustentável dos recursos naturais? • Você acha que a cobertura da seca de 2005-2010 proporcionou uma maior compreensão por parte dos leitores sobre a questão dos eventos climáticos extremos na Amazônia, Mudanças Climáticas e desenvolvimento sustentável? Por quê?
--	--	---

Quadro 4 - Categorias de análise e questões formuladas aos editores

Fonte: roteiro elaborado pelo pesquisador/2013

Categoria de Análise	Elementos analisados nas categorias	Questões abertas e fechadas do formulário de entrevistas dos chefes de redação
Precisão	A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010? • Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005/2010 no seu jornal ou na concorrência?
Independência	Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • Os repórteres recebiam alguma recomendação sobre o enfoque das matérias ou qualquer tipo de restrição quanto ao conteúdo? • Ao analisar a cobertura da seca de 2005/2010 pelo seu jornal, verifica-se a predominância de fontes ligadas ao Estado (governo e prefeituras), por que você acha que isso ocorreu? • As matérias cujo Estado aparece como principal fonte em sua maioria não possuem um tratamento crítico quanto a atuação dele em relação aos problemas causados pela seca de 2005/2010. Por que você acha que isso ocorreu? • Havia a possibilidade de criticar as ações do Estado (governo e prefeituras) tanto na preparação para enfrentar uma seca quanto nas providências para remediar os efeitos da seca de 2005-2010? • Você acha que houve uso eleitoral por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições? Seu jornal tratou o caso de que forma? • Houve interferência política junto à redação para influenciar a cobertura da seca de 2005/2010? • Houve alguma censura prévia ou após a produção dos textos referentes à seca de 2005/2010? • O jornal possuía compromissos políticos com o executivo

		federal, estadual ou municipal?
Pluralidade	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • Você acha que durante a cobertura da seca no seu jornal, as principais vozes que precisavam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê? • O jornal teve algum feedback sobre a cobertura da seca de 2005/2010?
Contextualização	Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • O jornal em que você trabalha(ou) alocou as notícias sobre a seca de 2005/2010 em alguma editoria específica? Por quê? • Houve algum planejamento sistemático da redação para lidar com o assunto seca de 2005/2010? • Havia acompanhamento da produção dos repórteres, como a preocupação de diversificar as fontes e ouvir pessoas ligadas ao governo, sociedade civil, pesquisadores e pessoas impactadas pela seca de 2005/2010? • Apesar de haverem institutos de pesquisa e universidades em Manaus onde se encontram pesquisadores da área de climatologia, biologia e outras áreas, eles aparecerem em poucas matérias. Por que você acha que isso ocorreu? • Quando as fontes científicas eram consultadas, havia a preocupação de ouvir mais de um pesquisador para abrir a possibilidade de haver diferentes interpretações do fenômeno? • Os efeitos da seca de 2005/2010 foram verificados em diversos pontos do Estado do Amazonas, houve a possibilidade de ir a estes locais fazer as matérias? • O jornal possuía condições financeiras de enviar

		<p>repórteres?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais os principais problemas enfrentados na cobertura? • A maioria das reportagens preocupou-se com o factual do fenômeno, poucas exploraram suas raízes históricas, seu contexto, ofereceram análise de especialistas independentes ou lançaram prognósticos de futuro baseado em informações científicas. Por que você acha que isso ocorreu?
Sensibilização	Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • Fale um pouco da sua formação e atuação profissional como jornalista: • Você tem alguma opinião formada sobre a questão ambiental na Amazônia e as mudanças climáticas? • O jornalismo também possui uma função educativa, você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel nela? Por quê? • Você acha que a cobertura da seca de 2005-2010 proporcionou uma maior compreensão por parte dos leitores sobre a questão dos eventos climáticos extremos na Amazônia, Mudanças Climáticas e desenvolvimento sustentável? Por quê?

Quadro 5 - Categorias de análise e questões formuladas aos chefes de redação

Fonte: roteiro elaborado pelo pesquisador/2013

2º Grupo – Fontes citadas nas reportagens das secas de 2005/2010

Composto por cientistas citados nas reportagens sobre as secas de 2005/2010 e representantes de entidades ligadas aos municípios afetados. A análise de conteúdo permitiu a identificação da principal fonte científica consultada para alimentar de sentidos as reportagens e o representante de entidade ligada aos municípios que mais apareceram nos textos (Quadro 4).

Grupo	Nome	Qualificação
Fontes citadas nas reportagens	Sidney Leite	Presidente da Associação Amazonenses de Municípios (AAM) em 2005 e 2010.
	Philip Martin Fearnside	Possui graduação em Biologia - Colorado College (1969), mestrado em Zoologia - University of Michigan - Ann Arbor (1974) e doutorado em Ciências Biológicas - University of Michigan - Ann Arbor (1978). Atualmente é pesquisador titular III do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Estuda problemas ambientais na Amazônia brasileira desde 1974. Realiza pesquisas ecológicas, incluindo a estimativa de capacidade de suporte de agro-ecossistemas tropicais para populações humanas e estudos sobre impactos e perspectivas de diferentes modos de desenvolvimento na Amazônia e sobre as mudanças ambientais decorrentes do desmatamento da região.

Quadro 6 - Quadro de Fontes Citadas nas Reportagens
 Fonte: roteiro elaborado pelo pesquisador/2013

Ao construir os formulários de entrevistas dos pesquisadores e representantes de entidades ligadas aos municípios afetados, nossa meta foi obter deles suas impressões sobre as informações científicas e sobre como os impactos da seca foram coletados e depois apresentados aos leitores. Procuramos obter também suas opiniões sobre o preparo e a postura dos profissionais que os entrevistaram, seus posicionamentos em relação às mudanças climáticas e possíveis efeitos na Amazônia e uma análise da cobertura de forma geral. Já os representantes de entidades ligadas aos municípios afetados foram provocados a fazer uma análise sobre como eles perceberam as consequências das secas, as ações de mitigação dos problemas e a realidade vivida pelos interioranos.

Categoria de Análise	Elementos analisados nas categorias	Questões abertas e fechadas do formulário de entrevistas das fontes citadas nas reportagens
Precisão	A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010? • Levando em conta as informações passadas pelo senhor aos jornalistas e o que foi publicado, como o senhor avalia o resultado final? • A edição das matérias suprimiu ou acresceu elementos às suas declarações? Em caso afirmativo, como você avalia essas mudanças? • Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005/2010?
Independência	Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • O senhor teve alguma declaração censurada pela imprensa? • Você acha que houve uso eleitoral por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições?
Pluralidade	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • Por qual razão o senhor foi escolhido para ser uma das fontes para as matérias da seca de 2005/2010? • O senhor foi procurado pela imprensa ou buscou os jornais? • Você acha que durante a cobertura da seca as principais vozes que precisavam ou deveriam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê? • O senhor chegou a procurar a imprensa para fazer alguma declaração e não foi atendido?
Contextualização	A contextualização das causas e consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Quais os principais problemas da cobertura da seca de 2005/2010? • Como o senhor analisa o preparo dos jornalistas com quem conversou para lidar com o assunto da seca de 2005/2010?

		<ul style="list-style-type: none"> • Existe algo que o senhor considera que ficou de fora da cobertura da seca de 2005/2010?
Sensibilização	Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • O senhor possui opinião formada sobre a questão das secas serem ou não provocadas pelas mudanças climáticas? • Qual a importância da cobertura pela imprensa de eventos climáticos extremos como as secas? • Você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel? Por quê?

Quadro 7 - Categorias de análise e questões formuladas às fontes

Fonte: roteiro elaborado pelo pesquisador/2013

3º Grupo – Leitores Qualificados

Os leitores qualificados foram escolhidos em uma amostra intencional, composta por cientistas da área de clima e meio ambiente na região, ambientalistas, lideranças da sociedade civil organizada ligadas a organizações não governamentais brasileiras e com sede em Manaus, além de políticos e gestores públicos envolvidos na formulação de políticas públicas para o meio ambiente. Todos concordaram em ler o conjunto de matérias das coberturas da seca de 2005 e 2010 antes de serem entrevistados e estão divididos em três subgrupos (Quadros 8, 9 e 10), a saber:

Grupo	Nome	Qualificação
Ligados a entidades da sociedade civil organizada envolvidas na questão ambiental.	Mariano Colini Cenamo	Engenheiro Florestal formado pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP) e tem experiência trabalhando com a temática de mudanças climáticas, conservação florestal e projetos de carbono ao longo dos últimos 10 anos. Mariano vive em Manaus e trabalha na Amazônia desde 2005, quando iniciou as atividades do Instituto de Conservação e

		Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam).
	Carlos César Durigan	Coordenador Executivo da Fundação Vitória Amazônica (FVA), geógrafo formado pela Universidade Estadual de São Paulo - Rio Claro e mestre em Ecologia pelo INPA.

Quadro 8 - Quadro de Leitores de representantes da sociedade civil organizada
 Fonte: seleção elaborada pelo pesquisador/2013

Grupo	Nome	Qualificação
Pesquisadores não entrevistados para as reportagens que atuam em pesquisas na área de clima e meio ambiente.	Antônio Ocimar Manzi	Graduou-se em Física (1982) pela Universidade Estadual Paulista/UNESP, em Rio Claro/SP; é Mestre em Meteorologia (1987) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE, em São José dos Campos/SP; e Doutor em Física da Atmosfera (1993) pela Universidade Paul Sabatier (Toulouse III), França. É pesquisador titular e Coordenador de Pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/INPA. De 2001 a 2010 foi Gerente Executivo do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia, Programa LBA, coordenado pelo INPA. Atua principalmente na linha de pesquisa Interação Biosfera-Atmosfera, com trabalhos observacionais e de modelagem dos processos físicos que ocorrem na parte inferior da atmosfera (incluindo as trocas de energia, de vapor d'água e de gás carbônico entre a vegetação e a

		atmosfera) e modelagem climática.
	Rita Valeria Andreoli de Souza	Possui graduação em Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995), mestrado e Doutorado em Meteorologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1998 e 2002) e pós-doutoramento no INPE (2004/2005). Atualmente é professora do curso de Meteorologia da Universidade do Estado do Amazonas e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Clima e Ambiente do INPA/UEA. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia, atuando principalmente nos seguintes temas: variabilidade climática em escalas de tempo interanual e decadal, variabilidade e previsibilidade da temperatura da superfície do mar e métodos estatísticos aplicados a climatologia. Atualmente desenvolve atividades conjuntas com os grupos de estudos observacionais do CPTEC e INPA atuando na área de climatologia.

Quadro 9 - Quadro de Leitores de Cientistas da área de clima e meio ambiente
 Fonte: seleção elaborada pelo pesquisador/2013

Grupo	Nome	Qualificação
-------	------	--------------

Parlamentares e funcionários públicos envolvidos na formulação de políticas públicas para a área de meio ambiente no Amazonas.	João Henrique Talocchi	Coordenador Geral do Centro Estadual de Mudanças Climáticas, unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação (UGMUC) foi criada pela Lei 3.244 DOE de 4 de abril de 2008, sendo vinculada à SDS. Sua missão é implementar a Lei de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Lei n. 3.135, de 5 de junho de 2007). As políticas de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Estado do Amazonas são desenvolvidas pelo Centro Estadual de Mudanças Climáticas (Ceclima), primeiro centro governamental do Brasil especializado em articular e implementar políticas públicas neste segmento.
	Luiz Castro	Deputado Estadual e Presidente da <i>Comissão de Meio Ambiente</i> da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM) durante a cobertura das secas de 2005 e 2010.

Quadro 10 - Quadro de Leitores de políticos e gestores públicos
 Fonte: seleção elaborada pelo pesquisador/2013

A escolha dos leitores qualificados e das questões dos seus formulários de entrevista foi norteada pela premissa, já abordada no primeiro capítulo, de que a função social do jornalismo nas democracias constitui-se em fornecer informações para que as pessoas possam tomar decisões esclarecidas. O grupo de leitores foi composto por membros que possuem conhecimento sobre as mudanças climáticas (cientistas da área de clima e meio ambiente) e, portanto, as questões lhes permitiram opinar se as reportagens conseguiram levar aos leitores informações suficientes para a compreensão dos fenômenos relativos às secas de 2005 e 2010. Os representantes da sociedade civil organizada, envolvidos na questão ambiental, e os ambientalistas foram inquiridos de forma a exporem um olhar crítico e representativo da sociedade sobre como as

reportagens trataram a questão ambiental e seus interesses. Em se tratando dos políticos e gestores públicos, estes foram perguntados se a qualidade das coberturas contribuiu para subsidiar de alguma maneira a formulação de políticas públicas para o meio ambiente ou informar melhor a população sobre a questão ambiental e as mudanças climáticas.

Categoria de Análise	Elementos analisados nas categorias	Questões abertas e fechadas do formulário de entrevistas dos leitores qualificados – cientistas da área de clima e meio ambiente
Precisão	A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Como o senhor avalia a qualidade da informação científica passada pela imprensa durante a cobertura da seca de 2005/2010? • Como o senhor avalia o trabalho dos jornalistas de traduzir ou mediar o conhecimento científico passado pelos pesquisadores junto ao público? • Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005/2010?
Independência	Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • O senhor chegou a procurar a imprensa para fazer alguma declaração e não foi atendido?
Pluralidade	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • Você acha que durante a cobertura da seca as principais vozes do meio científico que precisavam ou deveriam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê?
Contextualização	A contextualização das causas e consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Quais os principais problemas da cobertura da seca de 2005/2010? • O senhor acha que as informações publicadas pela imprensa sobre as causas e efeitos da seca 2005/2010 eram as que estavam disponíveis no momento no meio científico ou houve questões que ficaram de fora?

		<ul style="list-style-type: none"> • Como o senhor analisa o preparo dos jornalistas que cobriram a seca de 2005/2010 para lidar com a questão? • Existe algo que o senhor considera que ficou de fora da cobertura da seca de 2005/2010?
Sensibilização	Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • O senhor poderia dizer o seu nome completo, qual a sua formação e área de atuação? • O senhor possui opinião formada sobre a questão das secas serem ou não provocadas pelas mudanças climáticas? • O senhor acompanhou as notícias publicadas pela imprensa de Manaus sobre a seca de 2010? • Qual a importância da cobertura da imprensa de eventos climáticos extremos como as secas? • Você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel? Por quê?

Quadro 11 - Categorias de análise e questões formuladas aos cientistas

Fonte: roteiro elaborado pelo pesquisador/2013

Categoria de Análise	Elementos analisados nas categorias	Questões abertas e fechadas do formulário de entrevistas dos leitores qualificados – representantes da sociedade civil organizada, ambientalistas, políticos e gestores públicos envolvidos na formulação de políticas públicas para o meio ambiente.
Precisão	A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas	<ul style="list-style-type: none"> • Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010? • Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da

	causas e efeitos sem sensacionalismo.	seca de 2005/2010?
Independência	Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • O senhor chegou a procurar a imprensa para fazer alguma declaração e não foi atendido? • Você acha que houve uso eleitoral por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições?
Pluralidade	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> • Você acha que durante a cobertura da seca as principais vozes que precisavam ou deveriam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê?
Contextualização	A contextualização das causas e consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Quais os principais problemas da cobertura da seca de 2005/2010? • Como o senhor analisa o preparo dos jornalistas que cobriram a seca de 2005/2010? • Existe algo que o senhor considera que ficou de fora da cobertura da seca de 2005/2010?
Sensibilização	Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • O senhor possui opinião formada sobre a questão das secas serem ou não provocadas pelas mudanças climáticas? • O senhor acompanhou as notícias publicadas pela imprensa de Manaus sobre a seca de 2010? • Qual a importância da cobertura da imprensa de eventos climáticos extremos como as secas? • Em que medida a cobertura de eventos climáticos extremos como a seca de 2010 influenciam a formulação de políticas públicas para o meio ambiente? • Você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel?

		Por quê?
--	--	----------

Quadro 12 - Categorias de análise e questões formuladas aos representantes da sociedade civil organizada, políticos e gestores públicos.

Fonte: roteiro elaborado pelo pesquisador/2013

Os resultados da pesquisa obtidos a partir da análise de conteúdo das reportagens e das entrevistas foram analisados, tendo como base o grau de esclarecimento das narrativas jornalísticas sobre os problemas ambientais e a observância dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental, agrupados em cada uma das cinco categorias de análise. A partir desses dados, buscamos fazer inferências sobre a qualidade da informação recebida pelos leitores dos dois principais jornais impressos de Manaus (A Crítica e Diário do Amazonas) e, conseqüentemente, se a cobertura jornalística das secas no Amazonas em 2005 e 2010 contribuiu ou não para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores da principal capital da região amazônica sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais. A apresentação tanto dos dados quanto das inferências será feita no próximo capítulo.

4º CAPÍTULO
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO
DAS COBERTURAS

4.1 – A precisão da cobertura:

Para reconciliar o leitor com as notícias, e através destas com um mundo mais amplo, o jornalismo deve restabelecer a lealdade com os cidadãos que a indústria editorial ajudou, de forma, equivocada, a subverter. - Bill Kovach e Rosenstiel

A análise sob a ótica da categoria da precisão não permitiu averiguar por meio da análise de conteúdo e das entrevistas a veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as causas e consequências das secas de 2005 e 2010 e se houve sensacionalismo. Trataremos agora de cruzar os dados aferidos na análise de conteúdo com os relatos captados nas entrevistas para não somente indicar possíveis desvios, mas compreender o processo de produção das notícias e, a partir daí, buscar caminhos para melhorar a qualidade das informações científicas e ambientais das coberturas jornalísticas sobre eventos climáticos extremos na Amazônia. As análises levarão em conta os dados gerais das duas coberturas, pois os resultados alcançados por meio da análise dos textos e nas entrevistas não apontam diferenças entre os dois períodos em nenhuma das categorias estabelecidas, conforme é possível visualizar nos anexos XIV, XV, XVI, XVII e XVIII.

Os resultados da análise de conteúdo das reportagens das secas de 2005 e 2010 no âmbito da categoria de análise da precisão (Anexo XIV) mostraram que o foco principal das coberturas foram as suas consequências, os dramas vividos pelas populações atingidas e as ações governamentais de mitigação dos impactos sociais dos fenômenos. Do total de matérias publicadas pelos dois jornais, o tema principal em 63,4% foram os relatos de como a vazante isolou comunidades, afetou o abastecimento de água potável, fechou portos, prejudicou o transporte escolar, dificultou o comparecimento de eleitores às seções eleitorais nas eleições de 2010, limitou o trabalho dos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2005, dificultou a navegação pelos rios da Amazônia e, conseqüentemente, o transporte de cargas e passageiros em todo o Amazonas e alguns Estados vizinhos (Figuras 1 e 2). A mortandade de peixes em lagos com pouco oxigênio nas águas, a chegada de alimentos e de combustíveis às sedes municipais e as diversas ações governamentais para mitigar o sofrimento dos atingidos também tiveram destaque nas páginas de A Crítica e do Diário do Amazonas.

Enfocar apenas as consequências e abordar em pequena escala as causas das Secas de 2005 e 2010 afeta a precisão da cobertura. Bueno (2007, p.41) assinala que a pauta ambiental “deve enxergar as questões sobre as quais ela se debruça a partir de uma lente grande angular e não, de uma teleobjetiva. Não é razoável afunilar demais o foco (ver a árvore sem ter em mente a floresta) porque a problemática ambiental é abrangente”. Focar as coberturas só nas consequências não contribui, por exemplo, para que as populações possam entender as razões dos eventos climáticos extremos e, conseqüentemente, se prepararem para possíveis repetições no futuro. Isso nos remete ao princípio do jornalismo de lealdade ao interesse público, pois a escolha por um enfoque nas consequências está vinculada a busca por mostrar os aspectos mais dramáticos do acontecimento com objetivo de potencializar as vendas e atender às necessidades dos jornais enquanto empresas capitalistas. No entanto, é possível ir além desses interesses imediatos dos patrões e ainda assim alavancar o sucesso financeiro dos patrões oferecendo matérias com conteúdos mais amplos (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

Apesar da predominância das consequências das secas nos dois matutinos pesquisados, tanto em 2005 quanto em 2010 as abordagens foram diferentes. O jornal A Crítica, seguindo a tendência dos demais veículos locais e nacionais, apostou em uma cobertura na qual o fenômeno foi encarado como atípico e enviou seus repórteres e fotógrafos a alguns municípios afetados para retratar o sofrimento das pessoas atingidas pelos fenômenos. A cobertura fotográfica de A Crítica e as histórias contadas pelos repórteres abasteceram os leitores com imagens de barcos encalhados, lagos secos, peixes morrendo sem oxigênio, ribeirinhos caminhando sobre a “terra rachada” e relatos de pessoas sobre as dificuldades para conseguir água potável, alimentos e as histórias de quem tinha naquele momento que percorrer longas distâncias a pé por leitos onde antes navegavam com seus barcos e canoas a caminho das escolas e das sedes municipais. Os anúncios de ações governamentais, o monitoramento da cota dos rios, as atividades da Defesa Civil e a visita de políticos das esferas estadual e federal também compuseram o mosaico da cobertura de A Crítica. Por outro lado, o Diário do Amazonas tomou a decisão editorial de dispensar menos espaço aos desdobramentos das secas, focou suas matérias apenas na capital e posicionou-se de maneira reticente sobre os eventos serem

realmente algo inédito na região que merecessem grande repercussão da imprensa. Vejamos:

O que teve foi uma percepção de que era um acontecimento que merecia um acompanhamento diário e alocamos dois repórteres para acompanhar. E partir desse acompanhamento decidimos questões pontuais. No começo não tínhamos a percepção que seria uma coisa histórica. A partir daí nos reforçamos a coisa de ter essa pauta todos os dias no jornal e incitar os repórteres a ir atrás dos fatos. Foi mais uma coisa de agir a partir dos acontecimentos (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Todos os eventos extremos aqui são usados pelos nossos políticos para cometer crimes. Tivemos casos de superfaturamento de cestas básicas. Eles aproveitam a brecha que a lei permite para cometer desvio de dinheiro público. Esse ano (2010) a seca não chegou nem perto do extremo e o rio começou a subir e mesmo assim teve prefeito que se aproveitou. Se você for buscar de 2005 pra cá, nada de importante de infraestrutura para aquelas pessoas que sofreram com a seca foi feito. Outra crítica que faço é que a cobertura nacional sempre mostra a seca como se o caboclo não soubesse como lidar com ela. Eu acredito que as pessoas estão vivendo aqui há séculos e sabem viver com esta natureza. Não fizemos cobertura de sofrimento das pessoas porque a gente não acreditava que aquilo era um aproveitamento político, eleitoral e econômico. Não abusamos porque se o fizéssemos estaríamos corroborando com esse discurso que beneficia esses políticos (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Apesar da predominância das consequências das secas nas coberturas, os periódicos pesquisados, contrariamente às coberturas feitas por veículos nacionais e internacionais, não apresentaram os eventos climáticos extremos como resultados das mudanças climáticas globais. Em apenas 3,6% das matérias as mudanças climáticas globais são citadas, ficando atrás de outras possíveis causas, como o fenômeno El Niño²⁹, que aparecem em 14,3% dos textos. Questionados em relação a este dado, os dirigentes das redações, responsáveis em última instância pela manutenção das linhas editoriais e decisões a respeito dos rumos de uma cobertura, se demonstraram céticos

²⁹El Niño é um fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado por um aquecimento anormal das águas superficiais no oceano Pacífico Tropical, e que pode afetar o clima regional e global, mudando os padrões de vento a nível mundial, e afetando assim, os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias.

em relação às vazantes serem fruto das mudanças climáticas globais. Os três jornalistas entrevistados demonstram preocupação com a veracidade dos fatos noticiados e com a possibilidade de embarcar numa linha sensacionalista, que atribuem à imprensa nacional e internacional, ao divergirem sobre as explicações para os eventos climáticos extremos:

O que dá pra perceber diante dos dados disponíveis é que há uma necessidade de aprofundamento científico sobre o tema. Esse aprofundamento seria para definir qual a real situação do planeta. Com isso, eu não quero dizer que o problema não existe. A questão do aquecimento global na Amazônia aponta para um provável desfecho caso não sejam tomadas as devidas precauções em relação a um projeto de sustentabilidade. A meu ver também existem outras questões, como a política. Da política mundial por mercado, pelo uso de fontes de energia e mudança de energia. A Amazônia, por ser uma região sensível ecologicamente acaba entrando nessa discussão por conta de todas estas questões. Quando eu estava no jornal e até como leitor eu procurava contextualizar essas questões para estabelecer nossas estratégias de cobertura. E como leitor procuro estabelecer essas margens em torno do problema central que é a questão amazônica. Concordo que o problema existe e que é fundamental (Wilson Nogueira. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 03.11.2011).

O fato é que a vazante e a cheia são períodos cíclicos, ou seja, acontecem todos os anos na região. Isso faz parte, e, aliás, é bom que continue fazendo parte. Eu percebi sensacionalismo na imprensa que não é daqui. A imprensa nacional trabalhou isso muito próximo do espetáculo, como uma coisa para saltar aos olhos do leitor. Para o leitor comprar primeiro com os olhos. Parte disso pelo desconhecimento do jornalista que não é daqui. E segundo, pelo sensacionalismo mesmo (Hudson Braga. Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 09.12.2011).

Acho que jornalista tem que ser desconfiado de tudo. Eu sempre vou querer contrapor. Até hoje nenhuma versão me convence. Como não sou especialista não posso dizer que existe ou não aquecimento global. Quando se fala em aquecimento global não se fala que aumentou a atividade vulcânica no fundo do oceano. Só se coloca como fruto da atividade humana. Dados do governo e das ONG's dão conta que só 27% do aquecimento é causado por atividades econômicas. Eu desconfio de todas as versões, o que não quer dizer que não faço a minha parte como pessoa economizando água, energia e defendendo o uso de bicicletas. Eu não acredito que a seca e a cheia tiveram como causa a atividade humana.

Eu tenho um pequeno barco e ando no rio negro a 15 anos e tenho alguma experiência com os caboclos. Em 1963 não se falava em aquecimento e tiveram seca e cheia extrema. Não quero dizer que a atividade humana não tenha impacto sobre a natureza. Como jornalista tenho que botar todas as informações e não apenas um ponto de vista (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Ao contrário do cuidado em não supervalorizar os fatos da seca e também não seguir a linha dos veículos nacionais e internacionais relacionando-a as mudanças climáticas num primeiro momento, a divergência de opiniões entre as cúpulas das redações, interessante para os leitores interessados em formar opinião, teve espaço reduzido na produção jornalística. Os jornais trataram muito pouco de explicar quais as possíveis causas de tantos males e dramas retratados em suas páginas, principalmente em A Crítica. Em toda a cobertura, apenas 3,6% do material jornalístico produzido pelos dois matutinos pesquisados dedicou atenção à busca por explicações para os fenômenos que afetavam milhares de pessoas no interior do Estado e que mobilizavam autoridades das esferas públicas municipais, estaduais e federais com liberações de recursos públicos consideráveis, por exemplo, para compra de cestas básicas, construção de poços artesianos e distribuição de filtros purificadores de água. Chama a atenção que 82,1% das matérias não fazem qualquer referência a possíveis causas para as secas de 2005 e 2010. Para fontes e leitores qualificados da comunidade científica ouvidos nesta pesquisa, não há precisão nas coberturas na medida em que as matérias oferecem aos leitores informações fragmentadas e sem a devida correlação de causas e efeitos. A saber:

O problema maior é colocar as partes mais dramáticas e não explicar as causas para as pessoas entenderem o que está acontecendo. E não posso obrigar a imprensa a publicar tudo que digo numa entrevista (Philip Martin Fearnside. Pesquisador do INPA, estuda problemas ambientais na Amazônia brasileira desde 1974 e uma das fontes citadas na cobertura da seca de 2005).

Poucas matérias trouxeram informações mais científicas das causas da seca de 2010. Depois da seca ter ocorrido, a imprensa local reagiu a matérias publicadas em outros veículos, principalmente informações divulgadas pelo INPE. Uma das matérias, não muito grande, que apareceu na A Crítica em

novembro ou dezembro, confunde mais do que explica. Isso no primeiro dia. No segundo dia, ela traz mais informações e já explica melhor o que poderia ter acontecido e qual seria a causa. Então, a gente nota que ainda há um despreparo dos jornalistas que atuaram nesta área em decodificar e transmitir a informação científica de maneira clara e correta. As vezes ela nem é correta (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do Programa LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

A cobertura das secas de 2005 e 2010 não parece aos leitores e nem às fontes entrevistadas ter comprometido a veracidade dos fatos enveredando pela distorção deliberada no intuito de torná-los mais dramáticos com fins de aumentar as vendas dos jornais, o que Bucci (2000, p.30) situa no campo do chamado sensacionalismo e classifica como “uma mentira deslavada e consciente”. Ao dedicar espaço às explicações dos fenômenos inversamente proporcional ao dedicado aos relatos de seus impactos e dramas, as redações esqueceram-se que para a sociedade a informação sobre acontecimentos da monta de eventos climáticos extremos tem o peso adicional de dizer algo sobre a forma como podemos nos preparar para evitar novos problemas decorrentes deles. “Aí reside o que deveria ser um centro nervoso de uma cobertura jornalística sobre situações desse tipo” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 70). Acreditamos que o conhecimento ou a discussão sobre as causas das vazantes são itens fundamentais para uma reflexão sobre a prevenção de impactos futuros. Diante disso, acreditamos que esse aspecto fragilizou a observância dos princípios da lealdade ao interesse público e a disciplina da verificação durante a cobertura.

4.2 – A independência da cobertura

A magnitude dos impactos sociais e ambientais provocados pelas vazantes extremas ocorridas em 2005 e 2010 inevitavelmente colocaram o Estado como um dos protagonistas das coberturas. Cabia às diversas esferas de poder e seus órgãos executores dar respostas às demandas dos atingidos pelas secas por meio do planejamento e execução de ações emergenciais de mitigação dos problemas causados pelos fenômenos. Analisar os textos jornalísticos sob a lente da categoria de análise da independência direcionou-nos a investigar se houve uma abordagem das ações e responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005 e 2010 à

luz do princípio geral do jornalismo de ser um monitor independente do poder (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003). Os resultados quantitativos da análise de conteúdo, como dito anteriormente, mostram-se semelhantes entre os dois jornais se considerados apenas os números finais das duas coberturas nos quesitos analisados na categoria independência (Anexo XV). Os dados apontam no sentido de os periódicos terem eleito os órgãos governamentais como principal fonte de informação e não terem tido com estes uma postura crítica a respeito de suas responsabilidades. Todavia, as entrevistas revelaram motivos distintos no interior das redações para esses resultados aparentemente iguais numericamente, motivo pelo qual trataremos separadamente os ocorridos no Diário do Amazonas e em A Crítica.

O jornal Diário do Amazonas teve o poder público como fonte principal de suas matérias sobre as secas. Nas duas coberturas, em 95,6% (média geral de 2005 e 2010) não houve qualquer tipo de citação ao efetivo cumprimento das ações anunciadas com grande espaço editorial nas páginas do matutino pelo poder público. Apenas 16,1% em média de todas as reportagens houve alguma problematização sobre quais seriam as responsabilidades do Estado frente aos problemas causados pelas vazantes e em 4,3% aparecem menções à ausência de políticas públicas de saneamento básico, educação, transporte e dinamização econômica voltadas para os municípios do interior do Estado como um elemento importante no agravamento dos impactos sentidos pelas populações afetadas pelos eventos climáticos extremos no Amazonas. Jornalistas entrevistados atribuem estes dados a influências governamentais junto à empresa, o que teria impedido uma postura mais independente do jornal.

Sempre há interferência do dono do jornal. Ou de forma explícita ou implícita. Já existem ordens dadas anteriormente. As orientações eram para "tomar cuidado". Existia o cuidado de não dizer que a seca estava sendo explorada politicamente de forma populista e assistencialista. O que nós fazíamos, de forma criativa e transversa, era colocar um box onde tinha uma informação sobre uma dispensa de licitação ou dizendo que a decretação de emergência permitia a compra sem licitação. Nós já sabíamos o que podia e não podia fazer (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Produzi uma matéria sobre a visita do ministro Ciro Gomes que estava pronta e editada. Sei porque eu fiquei no jornal e escrevi a matéria direto na página e saí do jornal acreditando que ela iria ser publicada. E para uma surpresa desagradável não foi, mas estava lá meu nome e vai ficar pra sempre. Quando cheguei no outro dia na redação que vi, eu chorei muito e disse: já que vocês são pagos pelo Governo do Estado, porque vocês não tiraram meu nome da matéria? E a pessoa responsável respondeu: desculpa, eu esqueci! Essa seca tem essa marca pra mim, é triste ver como certas pessoas não tem compromisso ético nenhum. E a matéria nem era tão crítica assim (Célia Santiago. Repórter do Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Em 2005, o jornal A Crítica consegue em 60,7% de suas matérias buscar juntos aos governos municipal, estadual e federal informações sobre o que estes estavam fazendo ou porque não estavam agindo para prevenir e mitigar as consequências das vazantes. Em 2010, o jornal seguiu a tendência do Diário do Amazonas, que desde 2005 na grande maioria dos textos contentou-se somente com os anúncios e números oficiais, deixando o balanço geral das duas coberturas nos dois matutinos com 61,6% das reportagens onde os governantes não foram questionados criticamente sobre suas ações ou omissões diante da crise. Inversamente do que ocorreu no concorrente, os jornalistas de A Crítica, apesar de reconhecerem a influência do poder público na empresa, não relatam qualquer tipo de interferência na cobertura com o objetivo de evitar uma postura crítica em relação às ações ou omissões do Estado. Vejamos:

De um modo geral isso acontece devido a todo processo logístico. Há na realidade um descuido nesse sentido, pois existe sempre a ideia de que a melhor fonte para o assunto da

seca é o DNPM³⁰ e outros órgãos. São consideradas fontes qualificadas. Eu não concordo com isso. Acho que os caboclos e os ribeirinhos também têm suas ideias e suas formas de se organizar diante dos fenômenos. Têm também a sua observação sobre a recorrência destes fenômenos acumulando conhecimento. Mas as fontes do governo predominam graças a uma coisa que existe não só aqui, mas no Brasil que é essa coisa das coberturas oficiais. Fontes como o DNPM, INMET³¹ e Defesa Civil são fontes que os jornalistas equivocadamente acabaram privilegiando nessas coberturas (Wilson Nogueira. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 03.11.2011).

Quando ocorreu a cobertura, nós não tínhamos o cargo de diretor de redação. Tínhamos dois editores executivos. Isso não mudou de lá pra cá. Eu comecei na editoria de política e desde lá nunca houve uma censura prévia. Se faltou profundidade foi por despreparo nosso e não porque a empresa cerceou de alguma forma (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

O caso do jornal A Crítica merece uma atenção maior, já que no Diário do Amazonas os relatos dão conta de que a cobertura se viu afetada por “poderes alheios, dissimulados ou não, que correm pelas vias e veias da expressão jornalística” (CHAPARRO, 2001, p.8). Para entender melhor o ocorrido em A Crítica, precisamos levar em conta outro dado de que o Estado também não teve que se preocupar com a vigilância dos jornais em relação ao cumprimento das medidas anunciadas e repercutidas nas coberturas. A efetiva execução das ações, como a entrega das cestas básicas e dos kits de purificação de água, a construção dos poços e as demais aplicações dos recursos públicos liberados para socorrer as populações atingidas e ainda qualquer questionamento sobre se as medidas eram mesmo eficientes ou exequíveis mereceram espaço em 4,5% das matérias nas duas coberturas de ambos os jornais. As explicações dadas pelos jornalistas podem ser confirmados na teoria de Frome (2008), segundo a qual nada envelheceu tanto nesse meio tempo quanto o despreparo das redações para

³⁰ O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é uma autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e circunscrição em todo o Território Nacional, com representação por superintendências e delegacias.

³¹ A análise, o monitoramento e a previsão do tempo e do clima no Brasil são feitos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

lidar com as questões ambientais. Vejamos agora o que dizem os repórteres desses jornais fontes da nossa pesquisa:

Nós não tínhamos a capacidade de ter um olhar mais amplo para aquele fenômeno. Isso é fato. Sem precisar reler as matérias, só mesmo pelo que nós conseguimos fazer, pelo que nós tentamos fazer e pelo que foi publicado que a gente não sabia contrapor esse discurso (do governo). Não sabíamos se seria viável fazer tudo aquilo que estava previsto de acontecer. Não tínhamos condições de monitorar para saber se aquilo tudo aconteceu. Não tínhamos referências anteriores. Tivemos uma seca em 2005 e não conseguimos resgatar as informações para meio que comparar aquilo ali. Tivemos dois erros. O primeiro foi de não fazer essa mea-culpa, de assumir que não tínhamos como ir contra esse discurso (do governo) e o que podemos fazer para colocar um segundo elemento discursivo nisso aqui que está sendo posto pelo governo. O segundo erro era a questão da própria cobertura em geral não prestar atenção nisso. Naquele momento eu não prestei atenção porque estava envolvido na questão de estar indo pra rua e de meter o pé no barro. Acho que as pessoas que deviam prestar atenção no que estava sendo publicado não o fizeram, ou não souberam dar o toque ou não tiveram o *insigth* para nós irmos para outro lado. Tanto é que em determinado momento o grupo de repórteres que estava cobrindo sentiu que estava ocorrendo um pouco de repetição e as diferenças das matérias eram puramente geográficas (Jorge Eduardo. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Naquele momento, nós jornalistas, não tínhamos a percepção que o problema era bem maior que apenas a falta de comida e falta de água. O problema era a crônica e histórica falta de planejamento das autoridades com as questões humanas e ambientais em grande escala. Nós tínhamos espaço na redação para publicar, mas estávamos despreparados para trabalhar essa crítica (Antônio Ximenes. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 07.12.2011).

Os relatos acima chamam a atenção para o fato de que as secas de 2005 e 2010 terem provocado consequências mais graves em função da ausência de políticas públicas de saneamento básico e de inclusão social voltadas para os municípios do interior do Amazonas. O isolamento das comunidades, a falta de água potável, interrupção das aulas, racionamento de combustíveis e outras mazelas teriam menor impacto se as cidades interioranas tivessem redes de tratamento de esgotos, estações de

coleta e distribuição de água. No entanto, devido ao que dizem os jornalistas, este fato aparentemente notório escapou a cobertura das secas, pois em 94,6% de todas as matérias o assunto não é tratado podendo ter passado a impressão aos leitores de que a crise vivida àquela altura era fruto apenas e simplesmente de uma fatalidade climática.

O ponto negativo foi deixar o governo, não sei se intencionalmente ou não, se aproveitar para obter bônus político. Ao invés disso os jornais deveriam ter chamado para uma reflexão. Era o grande momento de chamar para um processo de educação ambiental, de alertar estudantes, professores e etc. que precisamos tomar cuidado com o clima. Destacar mais a opiniões dos cientistas, que ficaram em pequenos boxes. O grande destaque foi para as ações governamentais. Acho que a proporção deveria ser inversa, registrar as ações governamentais sem ufanismos, fazendo justiça às ações do governo e da Defesa Civil sem tom laudatório e dar espaço maior para os cientistas, para os professores, para os pesquisadores. Promover o debate no meio político. Em nenhum momento, por exemplo, se ouviu a opinião da Comissão de Meio Ambiente. Acho que a cobertura do que aconteceu foi boa, mas o espaço laudatório do governo deveria ter sido substituído pela reflexão sobre o fenômeno (Luiz Castro. Deputado Estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM durante as secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 23.12.2011).

Os jornalistas Antônio Ximenes e Jorge Eduardo nos permitem observar um fator importante para o entendimento das coberturas das vazantes: não houve acúmulo de conhecimento dentro das redações no período de tempo entre os dois eventos climáticos extremos. O primeiro jornalista revela que em 2005 não havia uma compreensão mais ampliada da equipe de reportagem sobre os fenômenos que estavam cobrindo e, por isso, não conseguiram perceber que as secas não eram a causa dos problemas por ele retratados e sim a ausência histórica do Estado nos municípios do interior do Amazonas. O segundo jornalista deixa claro que pouco ou quase nada foi aproveitado das experiências vividas pelos repórteres de A Crítica na primeira cobertura e, portanto, a conclusão a qual chegou Antônio Ximenes e os demais integrantes da equipe, cinco anos antes, em nada ajudou na segunda cobertura os seus sucessores a realizar um trabalho jornalístico de maior amplitude e criticidade. A análise de conteúdo das coberturas demonstra que só 13,4% das matérias publicadas abordam os deveres do

Estado em relação a prevenção e a mitigação das consequências das secas foram abordados.

A seca de 2005 ocorreu um ano antes das eleições para presidente da república, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais e a de 2010 antes e durante o mesmo período eleitoral. As ações de mitigação dos efeitos das vazantes junto às populações afetadas envolveram a distribuição de cestas básicas, construção de poços artesianos e outras capitaneadas, principalmente, pelo governo estadual com recursos da União. Isso acrescentou um elemento a mais na importância da independência da cobertura jornalística dos fenômenos, que poderiam ter efeitos diretos sobre os resultados dos pleitos. A nossa pesquisa procurou também investigar junto a jornalistas e leitores qualificados sobre o possível uso eleitoreiro dos esforços empreendidos no sentido de atender aos afetados pelas secas, se essa possibilidade foi percebida pelas redações e, em caso afirmativo, como trataram a questão editorialmente. Todos os jornalistas entrevistados, desde os chefes de redação aos repórteres, passando pelos editores de cadernos, disseram ter consciência do risco real do uso eleitoreiro de ações emergências como as de combate aos efeitos da seca. É o que podemos perceber:

Houve (uso eleitoreiro) não só na seca, mas em todas as grandes tragédias. Os políticos locais e do resto do país tem se aproveitado destas situações. Aqui houve muitos casos de desvio de recursos. Infelizmente é recorrente isso. Acho que o papel da imprensa é fazer esse tipo de alerta, de suspeitar. Agora vamos levar em consideração que fica complicado detectar essas coisas no calor da tragédia. Fica muito mais fácil fazer esse acompanhamento na prestação de contas do que em cima da hora. Não sei responder precisamente se havia condições de fazer uma denúncia naquele momento (Wilson Nogueira. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 03.11.2011).

Acho que os políticos usam tudo. Eles usam e não ia ser diferente com a seca. Ainda mais que é um fenômeno que mobiliza e atinge muita gente. Você juntou aí eleitor e verbas. Usaram assim como usaram em 2005. Na de 2010, quando tomou a dimensão histórica a eleição estava resolvida e não houve muito tempo dos políticos aproveitarem esse cenário e nem da gente mostrar essa situação. Em 2005, nós mostramos mais esse negócio de desvio de cestas básicas (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Totalmente (uso eleitoreiro) (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Com certeza houve uso eleitoreiro. Inevitavelmente o Estado se beneficiaria de uma ação assistencial às vésperas de uma eleição devido a uma catástrofe que ele não tinha nenhuma responsabilidade, uma catástrofe natural. Ainda mais com o tom laudatório de certas matérias com declarações de autoridades destacadas isso se amplia (Luiz Castro. Deputado Estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM. Entrevista concedida em 23.12.2011).

Neste item dedicado a categoria de análise da independência, buscamos averiguar como as responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das de 2005 e 2010 foram tratadas nas reportagens, ou seja, se os jornais pesquisados assumiram o posto de monitores independentes do poder durante as coberturas. O conjunto dos dados obtidos na análise de conteúdo e as entrevistas revelam o fato de que seja pela influência nefasta de interesses políticos no interior das redações, seja pela incapacidade momentânea de contrapor o discurso oficial e de elegê-lo como principal fonte de informações para as matérias, os dois matutinos não ofereceram aos seus leitores textos jornalísticos capazes de cumprir a função social do jornalismo de ser um interlocutor daqueles que não podem estar nos gabinetes das autoridades ou no palco dos acontecimentos e formular as perguntas de interesse público (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003). Frome (2008, p.43), alerta que se os jornalistas “não podem fazer alguma forma de apreciação, ou contextualização, tornam-se vítimas de pessoas que fazem as declarações mais extravagantes e de interesse próprio”.

4.3 – A pluralidade da cobertura

O escopo pretendido para a categoria de análise da pluralidade foi o de estudar o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas e interessadas na cobertura das secas de 2005 e 2010. A premissa da investigação teve como base os princípios gerais do jornalismo na promoção de um fórum para a crítica e o comentário público envolvendo as funções: social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica do jornalismo científico. Os resultados da

análise de conteúdo dessa categoria (Anexo XVI) e as entrevistas também serviram para aferir as qualidades da diversidade de fontes, no sentido de abrir o espaço para o debate sobre as diversas questões associadas à questão ambiental e aos eventos climáticos extremos e suas causas e consequências. “A teoria democrática aponta claramente para os meios de comunicação o papel de ‘mercado de ideias’ numa democracia, em que as diversas opiniões da sociedade podem ser ouvidas e discutidas” (TRAQUINA, 2005a, p.128).

Os dados apresentados no item anterior referente à categoria de análise da independência, já apontavam para coberturas fortemente influenciadas pelo discurso oficial dos órgãos de Estado. A análise de conteúdo da categoria pluralidade não deixa dúvidas sobre esse fato ao registrar que em 82,1% das matérias o poder público aparece como fonte, já representantes de sindicatos, associações da classe empresarial e pesquisadores foram ouvidos em 46,4% delas (este item do formulário de análise das matérias permitia a marcação de mais de uma resposta). Os jornalistas entrevistados confirmam e lamentam a predominância das fontes oficiais. No entanto, a unanimidade também se estende a uma espécie de resignação quanto a suposta dependência inarredável de informações oficiais emanadas daqueles que possuem os meios e a oportunidade para se aproveitar de momentos de crise para obter dividendos políticos. Vejamos:

Aconteceu porque a gente, na verdade, não pautou esse assunto para fazer. A gente fazia uma cobertura pontual daquilo que os órgãos estavam realizando e do que as prefeituras estavam reivindicando. Então, partindo desse princípio a gente ouvia geralmente as fontes que eram oficiais (Valmir Lima. Repórter do Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 20.10.2011).

É que a gente precisava de informações que tivessem um mínimo de credibilidade. Então, o que acontecia é que determinada região estava sofrendo com a seca e só havia uma ou duas associações ali e elas não sabiam quantas famílias estavam sofrendo com isso. Também teve comunidade que dizia que um número ‘x’ de pessoas estava sofrendo e a gente sabia por outros meios que não tinha aquele número de famílias ali, o número era maior. Então havia essa falta. Isso fez com que nos voltássemos para o Estado, porque de alguma forma dali tinha que sair uma informação oficial. Entre números que

não sabíamos se tinham credibilidade e as informações oficiais, ficamos com os oficiais (Jorge Eduardo. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Os relatos dos jornalistas citados acima vão ao encontro do que postula Frome (2008, p.40), ou seja, que “muito frequentemente o repórter não vai além das fontes oficiais de notícias, ou fontes onde a notícia foi embalada perfeitamente para ele”. Chaparro (2001, p.18), também oferece uma contribuição para entendermos o que ocorreu nas coberturas das secas ao apontar a capacitação das fontes, incluídas as oficiais, com uma grande evolução. No entanto, o autor faz um alerta que é preciso resistir aos encantos dessa nova competência nas redações, “cujo efeito danoso é a preguiça para o trabalho indispensável de investigar, comparar, aferir, conferir, aprofundar, em benefício da veracidade e da informação plena”. O relato abaixo de um dos editores do jornal A Crítica aponta no sentido da validade dos postulados de Frome e Chaparro também para os rincões do vale amazônico, a saber:

Poderíamos ter ouvido associações de moradores, conselhos tutelares, as secretarias de saúde e as próprias assessorias dos municípios e fazer um balanço dessas informações para o leitor ter uma possibilidade maior de fazer a sua análise final. Porém, no cotidiano a gente acabava sem fazer esse monitoramento que acredito tem que ser religioso. Vela à pena pincelar também, que hoje você não encontra tantos jornalistas compromissados com as questões sociais, com o que o povo está vivendo, e a seca é um desses assuntos, como a gente já viu um dia. Antes os repórteres não precisavam ser cobrados dentro da redação sobre que postura ele deveria ter em relação aos fatos. Acho que os repórteres estão mais interessados em chegar na redação, cumprir com o horário dele e sair da redação. Não vejo mais aquela preocupação em fazer essa cobrança diária para ele mesmo. E isso não está restrito aos repórteres, atinge os editores e os comandantes dos jornais (Saulo Borges. Editor do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Traquina (2005a) registra a consciência dos jornalistas de que as fontes são, geralmente, pessoas ou instituições interessadas em ter seus discursos veiculados pela imprensa. O autor ainda sugere que para averiguar a confiabilidade das informações obtidas na apuração dos fatos, os repórteres utilizam alguns critérios para avaliação das

fontes: a autoridade (preferência pelo indivíduo de maior autoridade); “a produtividade (capacidade de fornecer as informações suficientes para subsidiar a matéria, que permite economia de tempo); e a credibilidade (as informações precisam ser críveis ao ponto de permitir o mínimo de checagem)” (TRAQUINA, 2005a, p.191). Ao levarmos em conta os critérios elencados e os respectivos processos produtivos da notícia ligados a cada um, torna-se mais compreensível o porquê das fontes oficiais exercem tanto poder de atração das redações. Elas, as fontes oficiais, atendem melhor às necessidades de uma redação carente de pessoal ou de organização, pois o trabalho jornalístico é condicionado pelo tempo e fontes estáveis e acessíveis que acabam por ser preferidas nestes ambientes. O efeito “colateral” desta preferência é a frustração do papel da imprensa nas democracias caso a diversidade de fontes não seja uma das premissas do trabalho jornalístico. De acordo com Pena (2005, p.29) afirma que,

A mídia (a imprensa como parte dela) assumiu privilegiada condição de palco contemporâneo do debate público. E a palavra palco não foi escolhida aleatoriamente. Na contemporaneidade, as representações substituem a própria realidade. Um assunto exposto na esfera pública não é necessariamente de interesse público. Ele pode ser forjado nos esquemas de marketing que visam modelar o gosto do público e agendar seus debates.

Esclarecemos que não se defende nesta pesquisa o repúdio às fontes oficiais nas reportagens, mas sim a defesa de uma ampliação do elenco destas e, conseqüentemente, da diversidade, da capacidade de “produzir e de colocar nos circuitos sociais os discursos por meio dos quais lutam e interferem no presente” (CHAPARRO, 2001, p.38). Neste esforço, buscou-se também identificar quais vozes especificamente tiveram espaço nas coberturas, fora o Poder Público presente em 82,1%. Os pesquisadores da área de clima e meio ambiente aparecem em 6,3%, as populações afetadas pela seca em 22,3% e os sindicatos e associações de classe em 18,8%. Identificar os grupos de fontes e saber quais foram os espaços por eles ocupados ajudou na verificação da qualidade da informação transmitida aos leitores durante a cobertura das secas porque a compreensão da lógica por trás da produção noticiosa passa pelo entendimento de três fatores: a) da seriedade que existe na relação entre jornalistas e fontes; b) do investimento que é feito no cultivo das fontes; e c) dos critérios de avaliação que os membros da tribo jornalística utilizam na sua interação com os diversos agentes sociais (TRAQUINA,

2005a). A pouca participação dos pesquisadores nas matérias afetou, na opinião dos leitores qualificados entrevistados, diretamente o potencial no sentido da cobertura de oferecer elementos para a compreensão ampliadas dos fenômenos climáticos extremos de 2005 e 2010. Vejamos:

Não aparecem entrevistas diretas com pesquisadores. Então, o que tem de informações são as que o CPRN³² deu. Eles estão qualificados para acompanhar o que está acontecendo, eles têm experiência em fazer previsão sobre cheias, mas sobre secas existe uma incerteza grande. Tanto é que as previsões da CPRN sobre a seca não alcançar níveis muito baixos não se concretizam, pois foi batido o recorde histórico aquele ano. O SIPAM³³ poderia dar mais informações sobre o que se esperava de chuvas no mês seguinte e num nível mais profundo poderia ter buscado no Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, que não é do Amazonas, mas que poderia trazer um pouco mais de informações qualificadas porque eles também fazem um acompanhamento diário das chuvas passadas e das previsões para os próximos três meses. Acho que a imprensa local poderia buscar mais atores científicos. Localmente nós temos competência nos INPA e na UEA que poderiam ter sido consultadas (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

Muitas vezes o que acontece por conta da urgência, o repórter não consegue encontrar a tempo o especialista indicado para falar sobre um tema e acaba buscando uma alternativa não tão qualificada. Isso termina fazendo com que a matéria não tenha o impacto que poderia ter. Também tem a questão de ir a campo, não dá pra falar de queimadas sem ir lá e conversar com quem está queimando (Carlos César *Durigan*. Geógrafo formado pela USP, mestre em Ecologia pelo INPA e coordenador Executivo da FVA. Entrevista concedida em 06.02.2012).

³² Atua na geologia e na hidrologia, com o desenvolvimento concomitante das áreas de aplicações, como geologia ambiental, hidrogeologia e riscos geológicos. Sai a atuação empresarial e fortalece-se a atuação em parcerias institucionais com outros órgãos da administração federal, estados e municípios

³³ O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) desenvolve ações que vão desde o desenvolvimento de estudos e projetos, com eixos temáticos definidos (desflorestamento, detecção de raios e meteorologia) com vistas a avaliar e monitorar os impactos da ação antrópica, até a aplicação de técnicas de geoprocessamento e de sensoriamento remoto, ambos voltados à caracterização desses impactos e de suas medidas mitigadoras, apoiadas por uma logística local implantada.

Olhando mais atentamente para a porcentagem de 6,3% das matérias onde fontes científicas foram citadas na busca por diagnósticos e prognósticos para a crise ocasionada pelas secas, notamos que 75% dos textos contaram apenas uma versão para os fatos e em somente 25% aparecem dois pesquisadores dando suas opiniões. Os dados contrastam com o número de três instituições de ensino e pesquisa situadas em Manaus (Ufam, INPA e UEA), onde diversos pesquisadores atuam na área de clima e meio ambiente e, possivelmente, poderiam ser contatados pelas redações. O número de pesquisadores ouvidos refletiu-se também nos dados sobre quantas opiniões científicas foram apresentadas sobre as causas das secas, pois os leitores tiveram acesso a apenas uma explicação em 78,9% das matérias. Os jornalistas entrevistados creditam a pouca participação do meio científico nas coberturas a uma espécie de consenso em torno das vazantes serem fruto das mudanças climáticas e as dificuldades para encontrar pesquisadores disponíveis e dispostos a dar suas versões. É o que podemos perceber nos seguintes relatos:

Tínhamos um problema complicado aí, porque quando a gente tentava diversificar as fontes não sentíamos nem segurança e nem consistência nos discursos que as fontes traziam pra gente. A gente não conseguiu diversificar porque não encontramos pesquisadores que bancassem outras versões ou outros modos de ver a questão. A gente chegava a acionar as instituições, mas elas diziam que não queriam se envolver, não queriam criticar, outros diziam que só falariam se o nome não aparecesse (Eláize Farias. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Tem muitos cientistas que não priorizam a divulgação de suas pesquisas aqui (Amazonas) preferindo dar um furo de reportagem para um grande jornal ou site nacional. Foram ouvidas algumas autoridades do INPA, mas parece existir uma unanimidade. O maior nome nessa área de meio ambiente é o Philip *Fearnside*, mas você não encontra contraponto para as teses dele aqui. E não podíamos repetir a mesma versão todo tempo. Até pelas agências de notícias vinham entrevistas com ele. E as agências também só publicavam uma visão, de que a seca era uma consequência do aquecimento global e que nós como jornalistas ficávamos desconfiados e achávamos que tinham outras coisas também para se falar. A nossa editora executiva nasceu no interior, é cabocla e sabia que essas coisas ocorrem todo ano. Todo ano os jornais cobrem a cheia e a vazante e são coberturas parecidíssimas (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

As duas falas trazem em comum um fator conhecido da relação entre jornalistas e cientistas que pode estar presente na dificuldade de acesso às fontes científicas relatadas: a desconfiança. Os pesquisadores sabem que os meios de comunicação são empresas interessadas no lucro cujo produto é a notícia e os seus consumidores são os leitores no caso dos jornais pesquisados. Também não lhes escapa em saber que o fato determinante para a publicação da notícia não será a vontade dos cientistas em divulgar seus resultados e sim o que gerar maior interesse e, por consequência, maiores vendas (IVANISSEVICH, 2005). Por outro, a comunidade científica tem consciência do erro em ignorar um instrumento com grande poder de alcance como são os meios de comunicação e, por isso, vários cientistas tem considerado a imprensa como aliada na tentativa de divulgar a ciência. Neste contexto, ocorrem os choques inevitáveis como os relatados citados anteriormente e cujas causas principais são:

Enquanto a ciência exige um trabalho metódico, de passos lentos, complexos e precisos, o jornalismo em geral pede agilidade, apelo e simplicidade. Os jornalistas querem saber em quarenta segundos em uma linguagem simples exatamente o que os pesquisadores vêm fazendo, com sua metodologia complexa, há vários anos. Os cientistas sentem-se seguros quando se amparam em seu jargão técnico, e boa parte deles acredita que os conceitos só podem ser transmitidos corretamente se empregado o seu vocabulário. Por sua vez, os jornalistas são generalistas – ou, como costumam ser chamados “especialistas em generalidades” – e sabem que o público, da mesma forma que eles, é incapaz de abarcar um mundo de significados tão extenso quando lhes pode ser proposto em uma única página de jornal ou revista ou em um simples programa de rádio ou TV (IVANISSEVICH, p. 14-15, 2005).

Os pesquisadores entrevistados nesta pesquisa, do grupo de fontes e leitores qualificados, se disseram disponíveis para os meios de comunicação e negaram a adoção de uma postura esquivada em relação à imprensa. Apesar disso, demonstraram receios, com base em experiências anteriores, quanto a probabilidade de os jornalistas distorcerem, fragmentarem e simplificarem demais as informações por eles prestadas e defendem uma melhor formação dos profissionais de imprensa que lidam com a cobertura sobre ciência, a saber:

Acho que ainda, por ser uma questão muito complexa, há a necessidade de maior especialização dos nossos jornalistas que cobrem a ciência. Até acho que é muito interessante que possam ter uma formação acadêmica na área de biológicas e ciências da terra. As reportagens que vimos por aqui tem uma parte de informações bem colocadas, mas tem sempre algumas informações que não são corretas. É melhor omitir uma informação do que passá-la com incerteza ou como informação errada. Eu atribuo essa dificuldade a complexidade do assunto e depois a falta de preparo técnico dos jornalistas para lidar com a área científica (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia - LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

O papel das fontes de informação no jornalismo não se manifesta somente quando estas são procuradas para abastecer de sentidos as matérias. Elas também possuem uma função crucial de sugerir pautas que escapam ao radar de repórteres e editores. Ter fontes bem informadas e dispostas a avisar quando um potencial “furo jornalístico” ocorreu ou irá ocorrer é um dos patrimônios mais valiosos de um jornalista e de seu veículo. Por isso, durante as entrevistas, uma das preocupações na investigação da pluralidade da cobertura das secas foi saber onde se originaram a maioria das pautas executadas, pois quanto mais diversas foram as origens (fontes) maior pluralidade. Neste quesito, as pautas sugeridas dentro da própria redação e a partir de informações oficiais tiveram primazia em relação àquelas advindas das comunidades afetadas, organizações não governamentais, setores do empresariado e comunidade científica. Para nossos entrevistados:

Na maioria das vezes surgiam dos boletins da CPRN, que emitia mensalmente esses boletins sobre o nível dos rios e sobre a previsão de chuvas. A gente foi acompanhando as TVs que tem correspondentes no interior, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros (Hélida Tavares. Editora do caderno Amazonas do jornal Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 13.12.2011).

Tinha de tudo um pouco, mas a maior parte pelo que eu lembro era da redação. Nós tínhamos acesso às informações de institutos de meteorologia, as fontes dos próprios repórteres que estavam acompanhando o assunto, as fontes oficiais de governo e tinha o clamor das comunidades que iam ficando isoladas e ligavam para o jornal. Em cima disso tudo nós íamos

trabalhando pautas. Mas eu lembro que isso era uma política da editoria, a maioria das pautas eram produzidas na editoria (Hudson Braga. Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 09.12.2011).

As pautas surgidas nas redações e aquelas originadas de fontes oficiais possuem uma relação cujos efeitos já foram demonstrados nos itens referentes à precisão e à independência das coberturas. Repórteres e editores geralmente sugerem pautas a partir do próprio material que estão produzindo naquele momento ou no de outros veículos movidos pela concorrência. Em decorrência de a equipe de cobertura à época estar lidando tanto na capital quanto no interior com os afetados pelas vazantes, as novas pautas acabavam por retroalimentar o foco voltado para os impactos dos eventos climáticos extremos, deixando em segundo plano os seus contextos. Já as pautas oriundas dos boletins oficiais dos órgãos do Estado e das assessorias, contribuíram com o amplo espaço destinado às atividades do poder público e a pouca problematização de suas ações e omissões. Os riscos destas características das coberturas nos remete a Teoria do Agendamento. De acordo com McCombs (2009, p. 17-18):

Na sua seleção diária e apresentação de notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naquelas que são as questões mais importantes do dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada da função agendamento dos veículos noticiosos.

É fato que os meios de comunicação não são capazes de dizer às pessoas o que falar, mas conseguem surpreendente eficiência em influenciar as audiências sobre o que debater (McCOMBS, 2009). Em outras palavras, os jornais pesquisados tiveram a capacidade de estabelecer uma agenda para a discussão pública sobre os eventos relativos às secas de 2005 e 2010, que não contemplou a discussão das possíveis causas dos eventos e nem o papel do Estado na prevenção e mitigação dos impactos sociais e ambientais. Lippmann (1922) argumenta que os veículos noticiosos são janelas para o mundo, e a opinião pública não responde ao ambiente, mas a um pseudoambiente construído, de forma intencional ou não, pela imprensa. Em termos eminentemente hipotéticos, os leitores que se informaram sobre as secas só pelos jornais pesquisados poderiam ter tido acesso a um pseudoambiente construído durante as coberturas onde os

fenômenos, não importando suas causas, foram os únicos responsáveis pelo sofrimento das populações ribeirinhas e o Poder Público figuraria como agente promotor da mitigação dos impactos e sem qualquer responsabilidade em relação às suas causas.

Retomando o objetivo deste item dedicado à categoria de análise da pluralidade, no qual buscamos estudar o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas e interessadas na cobertura das secas de 2005 e 2010. Os resultados da análise de conteúdo apontam para coberturas onde o discurso oficial teve prevalência em relação às demais vozes necessárias para um entendimento ampliado dos eventos climáticos como pesquisadores, sociedade civil organizada e afetados pelas secas. Mesmo quando se dispuseram a debater as possíveis causas das vazantes nas poucas matérias dedicadas a esta temática, a diversidade de fontes e versões mostrou-se pequena. A origem das pautas executadas pelos jornalistas dentro das redações e a partir de fontes oficiais pode, simultaneamente, servir para ilustrar um pouco das origens e das consequências dos demais fatores elencados evidenciando a fragilidade do trabalho jornalístico realizado em criar fóruns para “alertar o público para temas que de certa forma estimulam julgamentos (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p.206).

4.4 – A contextualização da cobertura:

A análise das matérias e das entrevistas sob a ótica da categoria de análise da contextualização objetivou permitir inferências acerca da promoção ou não do debate sobre as causas e consequências das secas de 2005 e 2010, bem como as suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas evitando com isso a fragmentação da cobertura e não resumindo tudo às questões econômicas. Os resultados da análise de conteúdo (Anexo XVII) revelou que quase nenhum espaço foi destinado nas páginas dos jornais pesquisados para a busca e o debate de explicações sobre o contexto histórico do fenômeno, pois apenas 1,8% das matérias fizeram alguma referência às secas anteriores e aos problemas causados por elas e o que foi feito ou não para prevenir novas crises. Sem estas informações contextuais os leitores tiveram poucas chances de compreender a complexidade dos eventos climáticos extremos e suas diversas implicações, como fica evidente na fala dos leitores qualificados:

Não percebo a diversidade de opiniões. Essa é a grande dificuldade. Acho que quando não há consenso, as opiniões deveriam aparecer na mesma matéria e não em matérias separadas. Acho que isso é extremamente importante para o jornal, trazer as diferentes visões, opiniões e resultados de maneira coordenada, de maneira que o leitor possa ver isso. Porque se o leitor lê um jornal um dia ele pega um resultado e um outro leitor que não leu pega o jornal num outro dia e vê um cenário completamente diferente, o jornal não vai conseguir passar para os dois as incertezas que existem nas duas posições sem com isso minimizar o problema. Esse é um problema muito sério que a imprensa nacional tem dificuldade em tratar (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

A questão climática não foi totalmente abordada. Apenas em algumas reportagens de forma pouco abrangente (Rita Valeria Andreoli de Souza. Professora do curso de Meteorologia da UEA e membro dos grupos observacionais do CPTEC e INPA na área de climatologia. Entrevista concedida em 27.04.2012).

Uma coisa que faltou foi discutir, além das causas do evento climático, as medidas que podem ser tomadas para se adaptar a esse risco climático. A gente nota que as matérias são focadas em relatar o caso na hora e até de forma sensacionalista mostrar a situação crítica. No entanto, eu não via que abordasse o que o governo pode fazer pra resolver essa situação em longo prazo, já que ela comprovadamente tem possibilidade de acontecer no futuro. (Mariano Colini Cenamo. Engenheiro Florestal formado pela ESALQ-USP com experiência trabalhando com a temática de mudanças climáticas, conservação florestal e projetos de carbono ao longo dos últimos 10 anos e dirigente do Idesam).

Confrontados com os dados referentes a pouca contextualização da cobertura, os jornalistas entrevistados creditaram o fato às decisões editoriais, no caso do Diário do Amazonas, e a falhas no processo produtivo das notícias, sempre escravo do tempo e do espaço nas páginas, em A Crítica. A saber:

A nossa cobertura foi assim (sem contexto) porque havia uma decisão de mostrar que aquela seca era mais um evento que acontecia de tempo em tempos na Amazônia e não algo novo ou extraordinário (Valmir Lima. Repórter do Diário do

Amazonas durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Acho que o que aconteceu foi que em determinado momento o trabalho ficou todo sobre os repórteres, nós acabamos nos envolvendo muito com o factual. Tínhamos a preocupação de ter o material no dia seguinte e a gente meio que matava um leão por dia. Acho que mesmo se a gente quisesse, não teríamos o distanciamento necessário para ter uma visão mais ampla desse processo. Esse foi um dos grandes erros que a gente teve. Por que a gente deveria ter gente na redação, que é paga pra fazer isso, de ter um olhar mais distanciado e conseguir refletir um pouco mais sobre a seca e não fez. As coisas ficaram muito na costa dos repórteres e nós por estarmos muito na rua e ter sempre a preocupação com o dia seguinte acabamos ficando muito no factual. A gente tinha condições de fazer análises mais apuradas, de buscar outras fontes de informação que demorasse mais, mas que nos dessem mais subsídios. E não conseguimos fazer isso. Nós até percebemos que isso estava acontecendo, mas já no fim da história, quando o rio já estava subindo, as pessoas tendo assistência e chegou perto de eleição e o jornal começou a apontar o radar para outras coisas e nós fomos levados junto. E a gente não sabe o que ficou desse fenômeno, o que ficou de prejuízo, que tipo de lições aprendidas a gente teve, o Estado teve, as prefeituras e as comunidades. A gente não sabe porque a gente não teve uma leitura mais ampla. A gente teve retratos 3x4 de várias situações, mas não temos uma grande panorâmica que nos permita hoje fazer uma leitura abrangente sobre tudo aquilo (Jorge Eduardo. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 20.10.2011).

As duas falas nos remetem a refletir sobre como alguns veículos ainda tratam as questões ambientais editorialmente e a respeito do processo produtivo noticioso no interior das redações dos jornais impressos. Para Geraque (2004, p.93), em muitos veículos da imprensa brasileira e mundial inexistem coberturas recorrentes, aprofundadas e multifacetadas. Isso não significa que “faltam profissionais interessados ou preparados para discutir e abordar a biodiversidade em toda a sua complexidade. O que ocorre é que os bons profissionais não encontram eco (não foi um trocadilho) dentro nem fora de seu ambiente de trabalho”. Apesar dos processos de produção da notícia, que são reféns de espaço milimétrico (porque raro) e tempo regulamentar (porque periódico – feito em compasso de fechamento) (PEREIRA JÚNIOR, 2006), nos parece que a decisão de tratar as secas com a mesma metodologia dos assuntos do dia a dia da cidade de Manaus, decisão que veremos comprovada nas falas de chefes de

redação e editores mais à frente, foi determinante para desencadear problemas como os narrados acima pelo jornalista Jorge Eduardo, de A Crítica. Para o conjunto dos sujeitos da pesquisa que entrevistamos,

O que teve foi uma percepção que era um acontecimento que merecia um acompanhamento diário e alocamos dois repórteres para acompanhar. E partir desse acompanhamento decidimos questões pontuais. No começo não tínhamos a percepção que seria uma coisa histórica. A partir daí nos reforçamos a coisa de ter essa pauta todos os dias no jornal e incitar os repórteres a ir atrás dos fatos. Foi mais uma coisa de agir a partir dos acontecimentos (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Nesse caso específico não. Se ocorresse algum acontecimento específico a gente pautava, mas nenhum planejamento específico (Hélida Tavares. Editora do caderno Amazonas do jornal Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 13.12.2011).

Lembro de nós termos uma reunião de editores quando foram chegando as primeiras informações de que a vazante daquele ano seria atípica. O que nós discutimos nessa reunião era que nós teríamos todo o apoio para cobrir aquele assunto. Isso era uma política do jornal, pois ele tinha um certo poder de investimento de bancar viagens e coisas do gênero. Lembro de nós viajarmos para alguns municípios vizinhos de Manaus e isso requer investimento. Então, lembro apenas dessa reunião onde decidimos acompanhar o caso. A partir daí nós tínhamos um a dois repórteres que acompanhavam isso todo dia e conforme o noticiário e as notícias que nós íamos apurando dávamos um espaço maior ou menos aquele dia, mas foi a partir de uma decisão da cúpula do jornal que decidimos valorizar aquele assunto (Hudson Braga. Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 09.12.2011).

O jornal não setorizou a situação da seca de uma forma oficializada, como separar uma página para o evento como ocorreu em outros casos. Nas reuniões de editoria nós falávamos com os repórteres sobre a importância de ficar monitorando os órgãos como a SNPH, que faz a medição do Rio Negro, para saber qual era a cota do rio e o quanto ele

secava a cada dia (Saulo Borges. Editor do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 27.10.2011).

A gente tinha reuniões diárias de pauta e uma segunda-feira com toda a redação. Fazia parte do nosso planejamento tratar a seca não como fenômeno extremo (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Conforme descreve Medina (1988, p.72), os acontecimentos de grande consumo tendem a motivar as redações a assumirem esquemas especiais de cobertura. Fatos e seus efeitos de interesse nacional e internacional, “provocam esforços nas cúpulas das redações para completar as matérias com contexto, antecedentes, opiniões especializadas e um nível mais profundo de humanização”. Como exemplos deste tipo de coberturas podemos citar acidentes aéreos, um grande incêndio, a morte de uma personalidade e queda de um governo. Por outro lado, continua a autora, “na cobertura diária normal em que os telegramas refletem a rotina, a informação de consumo é o fato imediato de significação primariamente emocional (IB IDEM, p.72). Ao considerarem as vazantes históricas de 2005 e 2010 fatos rotineiros, as redações, continuaram a se preocupar só com o trabalho que estavam acostumadas a fazer. Seu foco concentrou-se na descrição dos impactos e deixaram em segundo plano as explicações contextuais mais aprofundadas e a missão dos repórteres de cobrir um acontecimento de grandes proporções, com quase as mesmas condições com que cobrem as pautas sobre o trânsito, condições das vias públicas e transporte coletivo.

Com o agravamento das secas, as coberturas, que em média duraram quatro meses (de agosto a novembro), as redações foram despertando para o fato de não ser mais possível tratar os fenômenos como pautas corriqueiras e buscaram também oferecer aos leitores possibilidades para compreender melhor os acontecimentos. Essas tentativas incluíram a oitiva de especialistas para que os mesmos pudessem oferecer diagnósticos e prognósticos sobre a situação, o esforço mostrou-se tímido uma vez que 75,9% das matérias não oferecem tais informações aos leitores e na grande maioria, como demonstrado no item referente à pluralidade da cobertura, apenas uma versão foi apresentada. Bueno (2007), alerta para o fato de que o saber ambiental não deve ser

propriedade dos que detêm o monopólio da fala, ao inverso, deve estar comprometido com o pluralismo e a diversidade. Os repórteres ouvidos em nossa pesquisa revelam o seguinte:

Acho que ainda há um preconceito muito grande com a opinião dos cientistas. Isso por dois motivos: a relação entre jornalistas e cientistas precisa crescer muito ainda no Estado, existe uma barreira muito grande e o cientista vê o jornalista como inimigo. A gente até tenta o contato com eles, mas fica complicado as vezes entender o que ele está falando e parece que está dificultando de propósito. E às vezes parece reticente mesmo da imprensa e prefere não ceder entrevista. Mas sempre que possível eu procuro colocar um pesquisador porque ele é quem domina realmente o assunto. As fontes oficiais dominam o fato em si e o que está sendo providenciado. O cientista pode discorrer sobre um tema de forma mais abrangente e crítica. Acho também que às vezes a gente acaba se contentando com uma fonte só e considerar a opinião de um pesquisador como absoluta. E não é (Anielly Bezerra. Repórter do caderno Amazonas do jornal Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Nós não tínhamos o discernimento crítico e científico até mesmo para questionar um especialista. Mas posso dizer que era melhor errar com o cientista do que errar sem o cientista. Eu acabei sendo conduzido pelo desconhecimento. Todos nós jornalistas em algum momento somos conduzidos por algum estudioso que queria fazer predominar o seu ponto de vista na academia. Errou-se mais jornalisticamente do que se acertou na seca de 2005. Penso que nas próximas tragédias ambientais se errará menos (Antônio Ximenes. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 07.12.2011).

O pouco espaço nas matérias para o debate sobre os diagnósticos e prognósticos das vazantes e a pequena diversidade de vozes científicas são creditadas novamente aos conflitos entre jornalistas e cientistas, já abordado anteriormente, e a falta de preparo dos jornalistas. “Quando temas complexos são abordados por profissionais despreparados, o resultado evidente é a difusão indiscriminada de equívocos e lugares comuns – e o mais grave é que com frequência são apresentados como informação científica” (FONSECA, 2004, p.142). O preparo dos jornalistas que atuaram nas coberturas das secas de 2005 e 2010 foi um dos itens pesquisados juntos às fontes e leitores qualificados entrevistados, a saber:

Podia ser melhor, mas eu faço o possível para explicar o assunto. Se o próprio repórter não entende o assunto quem vai ler a reportagem também não vai. É muito importante ser explicado o assunto em termos que as pessoas possam entender, afinal de contas as coisas não são tão complicadas que não possam ser explicadas. É um erro o cientista acreditar que só ele entende do assunto (Philip Martin Fearnside. Pesquisador do INPA, estuda problemas ambientais na Amazônia brasileira desde 1974 e é uma das fontes citadas na cobertura da seca de 2005).

Tivemos jornalistas que precisavam estudar mais sobre a matéria. Tivemos jornalistas que não tinham conhecimento geográfico e conhecimento da realidade. E isso fez com que saíssem matérias que não condiziam com a realidade das características dos municípios. Quem conhece apenas o Rio Negro não consegue entender muita coisa. O período de chuvas no alto Rio Negro não é o período de chuvas no restante do Amazonas. Os municípios do Alto Solimões têm características totalmente diferentes do Purus. Então, falta um pouco desse conhecimento, de leitura de coisas que não são de hoje e que já estão escritas há algum tempo. Taí Samuel Benchimol e tantos outros que escreveram sobre esses fatos que ocorrem em relação ao meio ambiente no Amazonas. Entendo que precisa de um pouco mais de estudo e conhecimento para lidar com esse tema (Sidney Leite. Prefeito do município de Maués e presidente da AAM durante as secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 13.12.2011).

Acho que, em geral, os jornalistas não têm preparo. As empresas que empregam esses jornalistas é que deveriam se preocupar em dar melhor treinamento a eles. As escolas que formam esses jornalistas também deveriam, pelo menos em relação a grandes questões como a climática, dar uma formação melhor nessa área para seus estudantes (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

Vou falar de uma experiência que nós tivemos aqui na UEA. Tentando passar mais informações para os jornalistas nós propomos um minicurso sobre as questões climáticas. Nós não tivemos muito retorno de pessoas com interesse em participar, mas acredito que esses tipos de cursos seriam importantes para melhorar (Rita Valeria Andreoli de Souza. Professora do curso de Meteorologia da UEA e membro dos grupos observacionais do CPTEC e INPA na área de climatologia. Entrevista concedida em 27.04.2012).

Os leitores qualificados da comunidade científica apontam para uma melhor formação dos jornalistas que atuam na cobertura de eventos ambientais, seja no interior dos cursos de jornalismo ou de forma continuada promovida pelas empresas ou até em parceria com instituições de ensino e pesquisa. Talvez sejam caminhos a serem considerados tanto pela academia quanto pelos profissionais e pelas empresas para atender aos desafios e exigências da prática do jornalismo ambiental, definido por Frome (2008, p.12):

Escrever com uma finalidade, planejada para apresentar ao público dados sólidos e precisos, como base de uma participação bem informada no processo de tomada de decisão sobre questões ambientais. Ele exige uma compreensão sobre a natureza e finalidade da comunicação de massa, uma capacidade de pesquisar e relatar descobertas com precisão e um amor pela língua que facilite a expressão com clareza. Exige mais do que aprender “como escrever”, mas aprender o poder da emoção e das imagens, em pensar não apenas em quem, o quê, quando, onde, e porque – mais pensar no todo, com amplitude e perspectiva.

Cobrir os eventos climáticos extremos na Amazônia com a amplitude e a perspectiva sugeridas por Frome (2008) supõe não somente dar voz a diversas correntes científicas. Existem desafios logísticos para os jornalistas e seus veículos chegarem aos locais onde os impactos das secas e a ausência do Estado se manifestam. Os custos e o tempo gastos com o deslocamento para as localidades onde as distâncias não são medidas em quilômetros, pois não se chega por estradas, e nem em horas de voo, devido a inexistência de aeroportos, são obstáculos reais à realização de coberturas abrangentes geograficamente. Muitas vozes deixaram de ecoar nas matérias devido as equipes de reportagem não terem tido a oportunidade de estar perto dos personagens mais afetados pelas consequências das vazantes. Esta questão aparece nos discursos dos chefes de redação, responsáveis pela mediação entre os interesses dos proprietários das empresas e os da redação, como justificativa às limitações de suas coberturas. “Quando fomos, foi para um evento oficial num avião do governo. Não houve investimento da empresa”, diz Sergio Bartholo, chefe de redação do Diário do Amazonas durante a cobertura das secas de 2005 e 2010. “Nos municípios próximos a cobertura fotográfica foi bem feita”, afirma Wilson Nogueira, chefe de redação do jornal A Crítica durante a cobertura da

seca de 2005. Contudo, as respostas mudam quando o assunto é se as empresas teriam ou não condições financeiras de enviar as equipes. Vejamos:

As informações econômicas que eu tinha da empresa eram ótimas. Nós tínhamos recursos para enviar repórteres. Não havia o interesse em investir nisso. Aqui só quem investe nestas viagens é A Crítica (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Acredito que o jornal tenha condições de bancar as viagens sim, mas temos uma luta na redação para termos um orçamento próprio. Todas as viagens que vamos fazer tem que passar pelo crivo dos diretores administrativos e financeiros e temos dificuldade de convencê-los, pois há uma visão de que o jornal deve ser voltado para a capital. Pois no interior o jornal impresso não chega todo dia e às vezes nem chega. Agora com o portal de internet nós temos um novo argumento, pois temos como medir de onde vêm os acessos e temos muitos acessos do interior (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Faltou uma cobertura mais profunda em campo. Acho que as inserções de questões captadas no campo ficaram restritas a locais mais próximos. Ir a campo e documentar os fatos que vimos ser citados seria fundamental. Cito um caso de uma denúncia de mortandade de peixes-boi em Silves e Novo Airão durante uma dessas secas extremas e a gente só viu ser veiculado a partir de fontes secundárias. Não vimos imagens e entrevistas com os locais que fariam a diferença. Acho que também falta identificar mesmo a fonte do problema (Carlos César Durigan. Geógrafo, mestre em Ecologia pelo INPA e Coordenador Executivo da FVA).

Podemos concluir que os custos e o tempo são obstáculos cujos jornais pesquisados tinham condições financeiras de superar, mas devido a decisões tomadas por seus dirigentes isso não ocorreu conforme vemos nos relatos dos chefes de redação dos periódicos. Um dos critérios utilizados pelas empresas jornalísticas para tornar um acontecimento em notícia é a territorialidade ou proximidade (PEREIRA JÚNIOR, 2006). Diante desta premissa, “um acidente de avião com duas vítimas em Cascais poderá ser notícia num jornal de Lisboa, e possivelmente, com maior dificuldade, num jornal do Porto, mas dificilmente num país estrangeiro” (TRAQUINA, 2005b, p. 80).

No caso das secas, uma comunidade sem água potável em Tabatinga³⁴ tem pouco apelo noticioso para os jornais cujos leitores na grande maioria moram em Manaus a julgar pelos relatos dos jornalistas a respeito dos critérios de investimento dos dirigentes das respectivas empresas jornalísticas.

As vazantes históricas de 2005 e 2010 ocorreram em um momento histórico em que a questão ambiental e as mudanças climáticas estavam na agenda dos governos e da sociedade civil organizada, daí a sua grande repercussão nacional e internacional. No entanto, a sua cobertura mencionou a questão das mudanças climáticas em somente 4,5% da cobertura. Quanto a posição de desconfiança dos jornalistas envolvidos nas coberturas, desconfiar é um item fundamental no jornalismo, explica parte do fato de as secas terem sido apresentadas como fruto de um processo de mudança do clima global devido às atividades do homem, principalmente a queima de combustíveis fósseis que emitem gases do efeito estufa. Em todo caso, a nosso ver os matutinos perderam duas grandes oportunidades de tratar do tema em profundidade. Pois conforme Bueno (2007, p.42),

A pauta deve inserir uma cor local, buscar o “gancho” (os jornalistas sabem bem como esse recurso é vital para seduzir a audiência) com a realidade concreta dos leitores, internautas, radiouvintes, telespectadores etc. porque será sempre mais fácil e mais produtivo conscientizar e mobilizar a partir de situações que digam respeito à experiência de vida daqueles com os quais os jornalistas interagem.

A Amazônia está no centro das discussões sobre as questões ambientais devido aos interesses econômicos e a sua sóciobiodiversidade. Pautar esses assuntos no dia a dia das publicações matutinas durante quatro meses seria um desafio sem um “gancho” capaz de atrair a atenção dos leitores por tanto tempo. Foi exatamente isso que a cobertura das secas de 2005 e 2010 proporcionou aos periódicos pesquisados, a possibilidade de, além de noticiar os aspectos mais dramáticos dos eventos, também

³⁴ Distante 1108 Km de Manaus, Tabatinga está localizada no meio da maior floresta tropical do planeta, à margem esquerda do [Rio Solimões](#) fazendo fronteira com a [Colômbia](#) e o [Peru](#). Possui uma área de 3.239,3 km².

informar as pessoas sobre questões ambientais mais amplas e como elas têm impacto direto nas suas vidas. Deveria, pois, chamar a atenção para o uso sustentável dos recursos naturais da floresta em prol de suas populações, questionar as políticas públicas ou a ausência delas e como isso ampliar ou mitigar os impactos dos eventos climáticos extremos, que providências os governos e os cidadãos precisam tomar para prevenir novos problemas ambientais e muitas outras questões poderiam ter sido exploradas ao longo de toda a cobertura. É preciso reconhecer, com efeito, o fato de que as matérias conseguiram associar pontualmente (embora sem as conexões necessárias ao entendimento amplo) os problemas da seca às questões econômicas, políticas e culturais como parte da estratégia de mostrar ao leitor como os problemas ocasionados pelas secas afetavam o seu dia a dia nas cidades onde esses efeitos eram pouco visíveis, esse mote alcançou 93,8% das publicações.

Das categorias de análise escolhidas, a da contextualização nos parece ser aquela na qual os dados obtidos a partir das reportagens e aqueles oriundos das falas tem maior convergência. Existe quase uma unanimidade construída entre jornalistas, fontes, leitores e análises estatísticas no sentido de que a promoção de um debate sobre as diversas implicações dos fenômenos ficou fora das coberturas, quando não apenas arranharam a superfície da temática. A compreensão dos acontecimentos como algo com grandes impactos sociais e ambientais chegou tardiamente em algumas redações, o que dificultou um planejamento para as coberturas capaz de oferecer uma logística e recursos humanos capazes de dar um tratamento mais ampliado ao assunto. Na opinião dos próprios jornalistas e de suas fontes, quando houve esforço para oferecer ao leitor matérias sobre as possíveis causas das vazantes o despreparo terminou por limitar o alcance dos textos jornalísticos. O chamado “gancho jornalístico” proporcionado pelos eventos climáticos extremos também deixou de ser explorado para trazer à tona temas como o desenvolvimento sustentável, as mazelas da ausência histórica do Estado nos municípios do interior, a participação dos cidadãos na questão ambiental e muitos outros. Esses fatores somados dificultaram uma efetiva contextualização das causas e consequências das secas de 2005 e 2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.

4.5 – A sensibilização da cobertura

A última categoria de análise das coberturas tratou de investigar se houve ou não a utilização do espaço das matérias não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005 e 2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomadas de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Os motivos para a necessidade de uma sensibilização da sociedade sobre a questão ambiental tiveram os aspectos expostos no segundo capítulo desta tese, onde discorremos sobre a questão ambiental, o papel do jornalismo diante dela e o alcance das secas extremas ocorridas na região. No entanto, retomaremos sucintamente o que diz Bueno (2007) a despeito do jornalismo ambiental (que é jornalismo em primeiro lugar) dever colocar-se de forma engajada com a causa do desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Esse engajamento proposto por Bueno não deve ser compreendido aqui como posturas panfletárias em prol do ambientalismo, mas dentro da perspectiva de “dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar questões ambientais, politizar o debate” (BUENO, 2007, p. 22). Frome (2008, p.29) ajuda a compreender melhor esse engajamento jornalístico ao desconstruir o discurso da suposta objetividade que a imprensa diária diz perseguir como um valor inquestionável. A saber:

Para mim, jornalista não poder ser imparcial, porque tem que ser um advogado das boas causas. Precisa defender a liberdade de expressão, brigar pelo direito à verdade, ser contra a corrupção, a favor de tirar a roupa do rei e deixá-lo nu diante da opinião pública. Como poderia fazer isso sendo imparcial?

Essas premissas de Bueno e Frome têm como fundamento a concepção do dever do jornalismo de ser um veículo de informação “para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos de voz na expressão das suas preocupações” (CHRISTIANS, FERRE e FACKLER, 1993). Para tanto, segundo Boyce (1978), a imprensa deve atuar como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes, ou seja, o jornalismo precisa ser visto como um serviço público e orientar suas atividades como tal (NOBLAT, 2002). Isso nos remete, novamente, a principal finalidade da atividade jornalística que é de “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”

(KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31). A razão de retomarmos esses conceitos está associada a percepção que tivemos durante as entrevistas com fontes e leitores qualificados de que eles não fazem parte de uma crença restrita aos teóricos do jornalismo ou a comunidade interpretativa transnacional dos jornalistas (TRAQUINA, 2005b). Na verdade, essas concepções sobre o papel da imprensa nos regimes democráticos são conhecidos e embasam as opiniões sobre a importância e as críticas sobre as coberturas aqui pesquisadas. O conjunto dos sujeitos ouvidos nesta pesquisa revela o seguinte:

Acho que tem uma importância grande (as coberturas). Infelizmente nós temos hoje no Brasil políticos e governos que respondem mais a um evento coberto pela mídia do que relatórios científicos e comunicados das sociedades científicas. Nós trabalhamos com políticas públicas e nós temos encontros com deputados, senadores e governadores e a gente vê que geralmente que eles reagem mais a eventos divulgados na mídia comum do que quando sai comunicados em jornais científicos. Então, a cobertura tem um papel forte em gerar ação dos políticos (Mariano Colini Cenamo. Engenheiro Florestal formado pela ESALQ-USP com experiência trabalhando com a temática de mudanças climáticas, conservação florestal e projetos de carbono ao longo dos últimos 10 anos e dirigente do Idesam).

A imprensa tem um papel fundamental hoje que é não só noticiar eventos e suas conexões sociais, ambientais e econômicos, mas também de gerar base de mobilização da sociedade. O papel da imprensa é fundamental nesse sentido. Até porque estamos no meio de um debate que tem que ser público com os elementos sendo discutidos e avaliados trazendo a voz de especialistas, de gestores públicos e de pessoas da sociedade dizendo o que estão sentindo dos problemas que estamos vivenciando nos últimos anos (Carlos César Durigan. Geógrafo, mestre em Ecologia pelo INPA e Coordenador Executivo da FVA).

As matérias não deixam de ter efeito, esse efeito não é muito mensurável do ponto de vista de trabalho legislativo, mas elas influenciam muito as equipes técnicas de governo e a Comissão de Meio Ambiente que eu presido. Acho que elas influenciam na formação de uma opinião geral. A gente sabe pelas pesquisas que o povo brasileiro é um dos mais preocupados com a questão ambiental no mundo, superando populações de vários países europeus. A preocupação tem crescido, mas não necessariamente a ação (Luiz Castro. Deputado Estadual e

presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM. Entrevista concedida em 23.12.2011).

É muito importante que a mídia divulgue estes assuntos, mas não só divulgue o fato. É muito fácil divulgar o fato, ou seja, dizer que houve uma seca e tem tantas pessoas sem acesso a água em uma cidade isolada, ou teve uma cheia e tem tantas pessoas inundadas. A mídia precisa olhar pra isso e dizer do onde isso está vindo, quais as causas, o que deveria ter sido feito, o que está sendo feito e por aí vai. Todo ano tem seca e cheia. Todo ano casas inundam e um monte de gente fica sem acesso. Isso poderia mudar. A gente sabe que vai acontecer e tem que trabalhar pra mudar. Então, a mídia quando vai reportar o fato ela tem que investigar se as defesas civis estão qualificadas para lidar com esse processo e se existe um plano de monitoramento e alerta prévio, por exemplo. É muito importante que a população seja informada para que ela possa demandar seus governantes e possa até fazer mudanças nos seus hábitos pessoais, mas pra isso precisa ter uma orientação inicial sobre de onde os problemas estão vindo para poder se sensibilizar (João Henrique Talocchi. Coordenador Geral do Centro Estadual de Mudanças Climáticas. Entrevista concedida em 02.04.2012).

A última fala, de João Talocchi, chama a atenção que o trabalho de sensibilização das pessoas passa, necessariamente, pelo fornecimento de informações de qualidade. A imprensa sozinha não dá conta desse desafio, é necessário a associação de outras instituições (como a escola) para dar conta desta missão. Feita esta ressalva, na categoria de análise da sensibilização, nos ocupamos em verificar se as matérias sobre as vazantes tentaram dar contribuições informativas nesse trabalho de sensibilização ou se havia esta preocupação entre os jornalistas, o que Bueno (2007) prefere chamar de engajamento. Os resultados da análise de conteúdo (Anexo XVIII) mostram que das matérias analisadas somente 16,1% buscaram, para além de noticiar os efeitos da seca, apresentar ao leitor informações para a compreensão dos eventos relativos às secas e a questão ambiental. A saber:

Não foi uma preocupação fazer isso. A preocupação era noticiar os fatos. Não houve a preocupação de discutir o tema de forma educativa (Valmir Lima. Repórter do Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Acho que não. Foi um dos pontos que a gente pecou: não fazer matérias de serviço. Acho que não tem nenhuma. Matérias contextuais, trazendo a causa daquele problema e trazendo qual seria a responsabilidade do Estado. Essas coisas ficaram implícitas no material que eu publicava, mas em nenhum momento foi a causa principal de uma matéria. É o tipo de matéria que fica faltando quando você vai ver o conjunto de coisas que foram publicadas. Acho que em pouquíssimas ou nenhuma matérias nós correlacionamos a questão das mudanças climáticas com a seca daquele momento. Então se formos pensar o que foi feito de caráter educativo ou de esclarecimento, não ficou nada ou pouquíssima coisa (Jorge Eduardo. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Uma coisa é você querer fazer e outra coisa é você poder fazer. A questão econômica interfere. A cobertura ficou muito focada apenas na cheia e na vazante (Saulo Borges. Editor do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Acho que nem a TV, nem o rádio e nem jornal conseguiu fazer. Nós tentamos. Eu acho que muito também parte do outro lado. O nosso leitor é o brasileiro médio que não tem o ensino adequado, não que ele seja burro e não entenda, mas a prioridade dele não é isso saber sobre aquecimento global. Tenho dúvidas se isso é uma coisa que os interessa. Acho que seria simplista dizer que os leitores não sabem sobre desenvolvimento sustentável porque o jornal nunca mostrou (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Os relatos dos repórteres não deixam dúvidas sobre a ausência de uma preocupação dos periódicos em fornecer informações capazes de sensibilizar seus leitores e o fato de os editores chefes apresentarem justificativas calcadas em limitações financeiras além de um suposto desinteresse dos leitores pelo tema. Embora tenhamos enfrentado a questão das dificuldades logísticas para os veículos de comunicação na Amazônia promoverem coberturas abrangentes geograficamente e a decisão dos dirigentes (não jornalistas) de não fazê-lo mesmo tendo os recursos no item referente a contextualização, a questão financeira é retomada desta vez como limitadora do enriquecimento informativo das matéria na fala do jornalista Sérgio Bartholo, do Diário do Amazonas. Ivanissevich (2005, p.21) não deixa de fora o componente econômico ao

lembrar que, por ser um negócio, “não podemos esperar dos jornais a divulgação da ciência por motivos altruístas, e nem é esse nosso enfoque nesta pesquisa”. A autora cobra criatividade e engajamento das redações neste quesito, quando diz que “para ser veiculada a ciência tem que ser capaz de despertar interesse, manter a atenção do leitor, ouvinte ou telespectador até o fim do artigo ou programa, e ser bem entendida pelo grande público” (IBIDEM, p.21). Já Bueno (1984, p.49) considera que o interesse ou não dos leitores em determinado tema passa também por estratégias editoriais. Como podemos perceber:

Muitas vezes, pela insensibilidade dos editores, o jornalista vê-se obrigado a tratar a matéria científica de maneira superficial, como se ela, por sua especificidade, não demandasse atenção maior. Os editores estão conscientes de que o trabalho de divulgação exige maior empenho e que uma matéria incompleta e imprecisa, além de não preencher os objetivos e funções do jornalismo científico, legitima a tradicional reclamação dos homens da ciência. Dessa forma, editores descuidam-se do próprio trabalho de edição, veiculando matérias sem nenhum atrativo. Tal fato estabelece uma concorrência desvantajosa, principalmente nos jornais, para o noticiário científico, que, sem ilustrações, sem boas chamadas, com títulos herméticos, é obrigado a disputar a atenção do leitor, normalmente desviada para temas que já povoam o seu cotidiano (esporte, lazer, política, polícia, etc.).

Atrair a atenção dos leitores para o debate de temas centrados nas implicações de fenômenos climáticos extremos como as secas de 2005 e 2010 exige competência das redações para adotarem formas e conteúdos atrativos nas matérias capazes de desmistificar os preconceitos a respeito dos assuntos relacionados à ciência serem chatos e de difícil compreensão. Esta pesquisa revelou que em apenas 13% dos textos se buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, traduzir para o leitor termos e expressões pouco conhecidos referentes à temática ambiental. “A utilização de um código fechado, técnico e/ou especializado, dificulta o acesso às teorias científicas e pode inviabilizar o processo decorrente de divulgação, se a tradução (ou decodificação) não for levada a bom termo” (BUENO, 1984, p.46). Um dos caminhos indicados pelo autor para evitar falhas no processo de mediação do conhecimento científico é suprir lacunas com pesquisa e consultas persistentes e evitar que, por modismo ou falsa erudição, se faça uso indiscriminado de vocábulos técnicos. O papel de mediador do

conhecimento científico junto à população também adentra a função educativa da comunicação e, conseqüentemente, do jornalismo. Todavia, só 3,6% das matérias buscaram também transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores. Vejamos o relato dos nossos entrevistados:

Não sei se essa cobertura em específico, mas a questão ambiental tem estado presente na imprensa em várias escalas. Mas não acredito que a cobertura tenha afetado as pessoas em seu cotidiano a ponto de fazê-las mudar comportamentos como parar de lavar a calçada com a torneira. Se ocorreu, foi muito pouco (Saulo Borges. Editor do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Acredito que na medida do possível nos conseguimos colocar nas matérias as explicações científicas. A nossa característica é colocar nos abres (leads) da matéria com o factual, mas também colocamos em algumas peças tentar buscar os “porquês”. Em geral o repórteres inexperientes empacam nos “porquês” e dão conta muito bem do quando e onde (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

O jornal não tinha o interesse nessas questões. Tanto é que a maioria das matérias sobre meio ambiente não saiam no jornal. A linha editorial dele não é abordar os assuntos de sustentabilidade a não ser questões bem extremas e pontuais (Tabajara Moreno. Repórter do caderno Amazonas do jornal Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 10.12.2011).

Não de forma profunda, mas dentro das discussões dos especialistas acho que a população acabou se inteirando do que estava acontecendo sem se aprofundar. Acho que a cobertura poderia ter sido melhor neste sentido, mas quando a cobertura entrou no nível dos debates com os especialistas e com a sociedade civil eu acho que isso fez com que as pessoas entendessem um pouco mais sobre esses fenômenos (Cristiane Silveira. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Em coberturas de eventos climáticos extremos como foram as secas de 2005 e 2010, que são classificados muitas vezes como tragédias pelos veículos de comunicação dependendo do alcance dos impactos sociais e ambientais, a imprensa deveria assumir-se como um sistema de “alarme preventivo” da sociedade (PEREIRA JÚNIOR, 2006).

Se não puder antecipar o desastre eminente, deveria depois de passado o momento de percepção da tragédia, quando focam nas matérias principalmente os aspectos dramáticos do evento, voltarem-se para uma cobertura capaz de alertar para possíveis problemas futuros caso medidas não sejam tomadas pelas autoridades e mudanças de comportamento não ocorram entre a população no caso dos problemas ambientais. “Mais útil do que comover depois da ‘sangueira’ é a sensibilidade capaz de advertir para os perigos que se articulam” (IBIDEM, p. 71). No caso das matérias sobre as vazantes históricas, somente 1,8% dos textos voltaram-se, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, mostrar ao leitor como os problemas ambientais os afetam ou como eles podem agir diante deles visando a sua prevenção e o papel do Estado nas ações preventivas e mitigadoras. De acordo com as fontes entrevistadas,

Elas tiveram o contributo de fazer o registro do fenômeno, de mostrar que as coisas estão acontecendo, que os impactos são muito preocupantes e que podem vir situações muito mais difíceis no futuro. Porém, muito pouco sobre oferecer elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel na questão ambiental. Acredito que os jornais cumpriram com metade do dever de casa, a outra metade ficou por ser cumprida (Luiz Castro. Deputado Estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM. Entrevista concedida em 23.12.2011).

Na minoria das vezes não temos matérias completas, nas quais se pode entender o contexto das coisas. Na maioria das vezes são pequenos informes, um resumo básico sem análises mais profundas (João Henrique Talocchi. Coordenador Geral do Centro Estadual de Mudanças Climáticas. Entrevista concedida em 02.04.2012).

A maioria das matérias fala basicamente dos impactos da situação extrema. Pouquíssimas são as matérias que falam de causas e efeitos. Pensando regionalmente, nós deveríamos passar para os leitores onde eles podem atuar. Quando a gente começa a ocupar áreas de várzea que passam alguns anos sem serem inundadas mas que certamente voltarão a ser, pois faz parte do clima, aí tem um papel importante dos dirigentes, das prefeituras de conseguir ordenar a ocupação destas áreas. Outra questão importante está relacionado ao desmatamento, principalmente de margens de rios. Em 2010, tem apenas uma matéria que fala do fenômeno das terras caídas (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

A análise do conjunto do trabalho jornalístico realizado pelos dois periódicos pesquisados, levando em conta os elementos da categoria da sensibilização, deixaram evidentes as dificuldades encontradas pelas redações no sentido de sensibilizar seus leitores sobre a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental e, em alguns casos, a inexistência desta pretensão. Fontes e leitores qualificados entrevistados revelaram ter a perspectiva de um papel fundamental da imprensa na cobertura de eventos climáticos extremos pelo seu potencial de promover o debate e permitir aos leitores tomar decisões esclarecidas diante de um trabalho jornalístico crítico e engajado. Todavia, poucas matérias dedicaram espaço a transmissão de informações que permitissem a compreensão dos eventos relativos às secas de 2005 e 2010; assumiram o papel de mediadoras do conhecimento científico; apresentaram este conhecimento de forma atraente e acessível e; tiveram a preocupação de realizar um trabalho também norteado por uma ótica educadora capaz de mostrar a audiência qual seria o papel do Estado e dela própria nas ações preventivas e mitigadoras dos impactos sociais e ambientais fartamente retratados na cobertura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste estudo explicitamos nosso objetivo de estudo que, sucintamente, é centrado numa indagação que procura saber se a imprensa escrita de Manaus conseguiu informar eficientemente seu público sobre os fenômenos das secas de 2005 e 2010 e suas implicações. Para obtermos êxito em nossa investigação propusemos uma trilha teórico-metodológica que compreendeu o estabelecimento dos princípios teóricos norteadores da função social do jornalismo nas democracias e dos seus gêneros científico e ambiental (primeiro capítulo). Caracterizamos a questão ambiental e seus impactos na Amazônia e o papel do jornalista diante deles (segundo capítulo), definimos os parâmetros metodológicos (terceiro capítulo) e, finalmente, apresentamos as respostas à pergunta que orientou a pesquisa a partir da análise e da interpretação das coberturas à luz dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental neste capítulo.

Escolhemos como categorias de análise, cada uma contendo elementos referentes à qualidade de uma cobertura fiel aos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental, e em todas elas foram encontradas fragilidades. Na categoria precisão, percebemos uma cobertura que não omitiu e tampouco supervalorizou os fatos (sensacionalismo), mas pôs-se predominantemente a retratar os dramas e as ações governamentais negligenciando informações sobre suas causas, fundamentais para uma reflexão sobre a prevenção de impactos futuros.

A independência das coberturas se viu sitiada pelas relações inconfessáveis entre governos e veículos de comunicação em uma redação e pela falta de preparo dos jornalistas envolvidos para contrapor os discursos oficiais. Esses dois fatores elegeram as fontes oficiais, ligadas ao Estado, como principais origens das informações publicadas e converteram a maior parte do conjunto das matérias publicadas em canais acrílicos a veiculação das ações do poder público em 2005 (ano pré-eleitoral) e durante as eleições de 2010. Com isso, os leitores dos matutinos pesquisados não puderam contar com a contribuição do jornalismo como monitor independente do poder e capaz de reverberar seus pleitos e alertá-los sobre a não observância dos seus direitos, função essa legada ao jornalismo nas sociedades democráticas.

Com a independência comprometida, conseqüentemente, a pluralidade e a contextualização das coberturas também evidenciaram problemas. Pesquisadores, representantes da sociedade civil organizada, afetados pelas secas e empresários tiveram espaço nas coberturas, mas nada comparado com a primazia dada às fontes oficiais que foram ouvidas em todas as matérias. Em razão disso, o cenário retratado pelas matérias ofereceu poucas possibilidades para a manifestação das várias vozes que poderiam tanto humanizar a cobertura quanto ampliar seu valor informativo. Sem diversidade de fontes para abastecer de sentidos o trabalho jornalístico, a maior parte dos textos deixou de fora a questão ambiental, a falta de políticas públicas que possam amenizar os impactos dos eventos climáticos extremos, as possíveis causas dos fenômenos, a ausência do Estado nos municípios do interior do Amazonas e outros temas possíveis de debater ao longo de quatro meses de cobertura.

Os resultados das categorias precisão, independência, pluralidade e precisão muitas vezes foram justificados pelos jornalistas entrevistados, em especial os editores e chefes de redação, como frutos, em parte, da falta de estrutura, dos desafios logísticos de se fazer jornalismo na Amazônia e por influências governamentais nas redações. O conjunto dos dados apresentados, as entrevistas e suas interpretações apontam no sentido de saber que esses fatores existiram e influenciaram em alguns casos. A categoria sensibilização nos mostrou a falta de um posicionamento engajado das redações em assumirem o papel de mediadoras do conhecimento científico, apresentar o relevante de forma interessante, cumprir um papel educativo capaz de fornecer aos leitores uma visão do papel do Estado e deles próprios diante das crises ambientais cujos efeitos foram amplamente noticiados. Ressalte-se que não detectamos posicionamentos de rejeição a realização de um trabalho jornalístico mais amplo, a maioria dos jornalistas entrevistados corajosamente deixa claro que houve uma percepção tardia de que ele era possível e necessário.

Embora tenhamos feito as análises utilizando categorias distintas e mutuamente exclusivas, os elementos que as constituem são imbricados e não podem ser entendidos de forma estanque. Se reunidos no fazer jornalístico, os elementos constitutivos das categorias escolhidas teremos a possibilidade de atender à múltipla capacidade de

produzir significados, cujos requisitos são: resgatar o protagonismo social, expandir-se na contextualização cultural, pesquisa das raízes histórias e promover a escuta de especialistas sobre o tema da pauta. Os resultados obtidos por esta pesquisa não apontam para o atendimento destas premissas. Por isso, acreditamos ser possível afirmar que a cobertura das secas feitas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas nos anos de 2005 e 2010 não conseguiu informar eficientemente seu público sobre os fenômenos e suas implicações.

Tanto a iniciativa da pesquisa quanto as suas conclusões têm como fatores motivadores a qualificação do jornalismo praticado na Amazônia e o desenvolvimento regional. A crença no papel fundamental da imprensa em iluminar e promover o debate esclarecido dos problemas da região de maior interesse econômico e ecológico do planeta e, com isso, contribuir com seu crescimento e a inclusão social sustentada de suas populações, constituíram-se no esforço investigativo.

Muito da imagem que o mundo atual possui da Amazônia é fornecida pela imprensa. A internet permite aos internautas de todo o planeta acessar os portais noticiosos de Manaus e de todo país, as agências de notícias repercutem na grande imprensa mundial “as últimas” da região amazônica e as redes sociais dão a cada pessoa com acesso a elas a condição de não só acessar estes conteúdos como também ressignificá-los e amplificar sua audiência. Logo, o trabalho jornalístico feito na e a partir da Amazônia tem ou teria grande impacto em como pessoas e governos percebem sua gente, seus problemas, suas necessidades e demais características específicas.

Coberturas focadas apenas nos dramas dos eventos climáticos extremos ou no exotismo da fauna e dos costumes das populações tradicionais fazem da mídia a moderna uma versão dos europeus que por aqui aportaram no século XVI. Gondin (2007) assinala que a Amazônia não foi descoberta, mas inventada pelo imaginário dos colonizadores influenciado pelas fantasias e estórias pouco verossímeis. Os relatos escritos dos peregrinos, missionários, viajantes e naturalistas ajudaram a inventar a região no imaginário coletivo da época, principalmente na Europa, ora como paraíso terreno e hora como inferno verde denso de feras até então desconhecidas. Os jornalistas

em sua “literatura apressada” do século XXI e também conhecidos como historiadores do tempo presente, precisam romper com essa visão caricata da Amazônia.

Esse rompimento torna-se mais importante nesse momento de discussão sobre a mudança ou não de modelo de desenvolvimento econômico para outro que leve em conta a finitude dos recursos naturais e a garantia das necessidades das gerações futuras. A Amazônia tem papel central nesta discussão e torna-se importante dar conhecimento a sociedade e relembrar os governos que promover o desenvolvimento da região impõe vencer um grande desafio no campo do conhecimento científico, do crescimento econômico, da melhoria da qualidade de vida e de sua inserção no cenário nacional e mundial. A imprensa precisa fomentar debate sobre políticas públicas para vencer este desafio, e as secas deram a oportunidade, não aproveitada, de incluir nas pautas algumas chaves para solucionar o “enigma da esfinge” de Batista (1976). Ou seja, deve promover a produção de conhecimento científico e tecnológico, apontar as práticas destrutivas do ecossistema amazônico e sugerir o desenvolvimento de uma agrotécnica capaz de favorecer a produção de alimentos e o aproveitamento racional do solo.

Fontes, leitores e alguns jornalistas identificam o desconhecimento e o despreparo das redações para lidar com estas questões da Amazônia. As escolas de jornalismo e as empresas poderiam desempenhar um papel importante em formar profissionais conhecedores dos desafios da região que irão cobrir, a falta desta compreensão influi fortemente em resultados como os aferidos nesta pesquisa em relação à fragilidade da qualidade da informação prestada aos leitores e, conseqüentemente, no potencial esclarecedor delas. Acreditamos que o jornalista formado ou que atue na Amazônia tem um dever com ela, com seus povos, com o país e, porque não dizer com a humanidade de estar comprometido com seu destino. E para isso precisa se preparar nas faculdades, se já no mercado por meio de capacitações promovidas pelos veículos ou por iniciativa própria em resposta a função social da profissão.

Não podemos cobrar do jornalismo a missão de consertar o que está errado na sociedade, mas sim o dever de denunciar tudo que a impede de progredir com justiça social. Precisamos de uma imprensa comprometida numa cruzada contra a ausência histórica de políticas públicas eficientes e que levem em conta as reais necessidades da

Amazônia. Sem essas políticas, os povos da floresta ficam a mercê das forças ambientais. A Amazônia não é nem inferno verde e tampouco paraíso terreno, é sim uma região com suas particularidades que contém um modo de vida também particular, adaptado às intempéries do clima e às exigências do regime das águas.

Referências

AQUECIMENTO global pode afetar Brasil até 20% mais que a média, diz Inpe. **BBC**. São Paulo, 09 de dez. de 2009e. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091211_c15_ebc_rc.shtml> Acesso em: 17 de fev. 2010.

BABBIE, Earl. **The practice of social research**. 5 ed. Belmont/Ca: Wadsworth, 1989.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Conquista: 1976.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.

BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

BELTRÃO, L; QUIRINO, N. de O. **Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa**. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

BITELLI, Marcos Alberto Sant'anna (org). **Coletânea de Legislação de Comunicação**. 2001.

BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & Informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.

Social. São Paulo: RT, 2001.

BOURDIEU, P. **Sobe a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **O poder simbólico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar que dizer**. São Paulo: Companhia das Letras: 1996a.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. **As razões práticas: sobre a teoria da ação**. 4ª Ed. Campinas: Papyrus, 1996c.

BOORSTEIN, D. (1971). **The image: Or What Happened to the American Dream?** New York: Atheneum.

BORTOLOZZI, A. **Comunicação, ensino e temática ambiental**. Comunicação & Educação, n 14, jan./abr., pág. 42-48, 1999.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Depto. de Jornalismo e Editoração. Doutorado. São Paulo, 1984.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

CALADO, Liliane. **Jornalismo Científico: o sentido da ciência em reportagens da revista VEJA**. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande no Norte, 2007.

CAMARA, Eric Brücher. Reunião de Cancún termina com acordo não-vinculante. **BBC**. Cancún (México), 10 de dez. 2010h. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/12/101211_cancun2_ebc_rc.shtml?s> Acesso em: 11 de dez. 2010.

CAMARA, Eric Brücher. Pré-acordo sobre clima prevê meta para ricos e ação de emergentes. **BBC**. Copenhague, 09 de dez. de 2009b. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2009/12/091211_rascunhoc015ebc_rg.shtml> Acesso em: 17 de fev. de 2010.

CONFERÊNCIA do clima aprova Fundo Verde para ajudar países em desenvolvimento. **Folha Online**. São Paulo, 11 de dez. 2010b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/844268-conferencia-do-clima-aprova-fundo-verde-para-ajudar-paises-em-desenvolvimento.shtml>> Acesso em 11 de dez. 2010.

CONFERÊNCIA do Clima da ONU aprova pacote de decisões. **G1**. São Paulo, 11 de dez. 2010a. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/12/conferencia-do-clima-da-onu-aprova-pacote-de-decisoes.html?utm_source=g1&utm_medium=email&utm_campaign=sharethis> Acesso em: 11 de dez. 2010.

COP16: alguns tímidos passos. **Greenpeace**. São Paulo, 11 de dez. 2010. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/COP16-morre-na-praia/?sms_ss=email&at_xt=4d04d2910ff88a48%2C0> Adicionar comentário> Acesso em: 11 de dez. 2010.

COPENHAGUE marca 'virada na reação' à mudança climática, diz representante da ONU. **BBC**. Copenhague, 09 de dez. de 2009d. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091206_copenhague_boer_ebc_cq.shtml> Acesso em: 17 de fev. 2010.

CÚPULA de Cancún surpreende na reta final e toma decisões sobre clima. **Folha Online**. São Paulo, 11 de dez. 2010a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/844292-cupula-de-cancun-surpreende-na-reta-final-e-toma-decisoes-sobre-clima.shtml>> Acesso em 11 de dez. 2010.

CAPOZOLI, Ulisses. **Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Editora Minerva: Coimbra, 2001.

CORBIN, A. **O território do vazio: a prática e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CURRAN, James. **Media and power**. London: Routledge, 2002.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 2 ed. Ver. Ampl. São Paulo: Gaia, 1993.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª ed. São Paulo: Annablume, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e Preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

ENTENDA importância do Protocolo de Kyoto contra o efeito estufa. **Folha Online**. México, 11 de dez. 2010d. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/844309-entenda-importancia-do-protocolo-de-kyoto-contra-o-efeito-estufa.shtml>> Acesso em 11 dez. 2010.

EXTENSÃO de Kyoto é ótimo desfecho para COP, diz Azevedo. **EXAME**. São Paulo, 28 de nov. de 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/extensao-de-kyoto-e-otimo-desfecho-para-cop-diz-azevedo>> Acesso em: 26 de dez. 2012.

FALHAS de medição invalidam tese do aquecimento global, diz cientista. **BBC**. São Paulo, 15 de fev. de 2010a. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2010/02/100215_aquecimento_pu.shtml> Acessado em 17/02/2010> Acesso em: 17 de fev. de 2010.

FARIS, Stephan. **Mudança Climática: as alterações do clima e as consequências diretas em questões morais, sociais e políticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Lilian. Mesmo com Bolívia contra, COP-16 chega a acordo sobre mudanças climáticas. **UOL**. México, 11 de dez. 2010c. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciasaude/ultimas-noticias/2010/12/11/mesmo-com-bolivia-contra-cop-16-chega-a-pacote-de-decisao-sobre-mudancas-climaticas.jhtm>> Acesso em 11 de dez. 2010.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio de Sousa; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; NASCIMENTO, Ana Claudeise; NILSONETTE, Marco Lopes. Comunicação Comunitária. In: Seminário Anual de Pesquisa (SAP), 2, Tefé. *Anais*. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2001.

FONSECA, André Azevedo da. Água de fonte só: a magnitude do problema em um experiência concreta. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

FLANNERY, Tim. **Os senhores do clima**. Editora Record: São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Homens, engenharias e rumos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FROME, Michael. **Green Ink**: uma introdução ao jornalismo ambiental. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GAUNTLEET, David. **Media, gender & identity**. London: Routledge, 2002.

GERAQUE, Eduardo. Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**. Rio de Janeiro: FENAJ, 2007 (www.adelmo.com.br).

GIRARDI JR, Liráucio. **Pierre Bourdieu: questões de sociologia e Comunicação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GORE, Albert. **Uma verdade inconveniente – o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global**. Barueri – SP: Manole, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HYMES, D.H. (1980). **Fuctions of Speech**. In: D.H. Hymes, Languages in Education, Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.

IMPASSE sobre recursos divide nações em Copenhague. **BBC**. Copenhague, 09 de dez. 2009f. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091211_copenhaguesexta.shtml> Acesso em: 17 de fev. 2010.

IVANISSEVICH, Alícia. Como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.

Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente): prevê a divulgação de dados e informações ambientais para a formação de consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico (art. 4º, V). No art. 9º diz que entre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente está a garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente, obrigando-se o Poder Público produzi-la, quando inexistentes, inclusive. (N.A)

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia da Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LASWELL Harold D. **Politics: who gets what? when? how?** New York: Whittlesey House, 1936.

Lei n. 6938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente).

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Cortez. 2001.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIÇÕES da COP-15 devem inspirar COP-16, dizem ONGs. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 04 de fev. 2010a. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,lico-es-da-cop-15-devem-inspirar-cop-16-dizem-ongs,506406,0.htm>> Acesso em: 17 de fev. 2010.

LIPPMANN, W. (1922). **Public Opinion**. New York: Free Press.

LOPES, M.I.V. (Org.). **Diversidade & interdisciplinaridade**: Tese e Dissertações – Ciências da Comunicação – ECA/USP – 1979-2002. São Paulo: NUPEM – Núcleo de Pesquisa de Mercado de Trabalho em Comunicações em Comunicações e Artes – ECA/USP, 2003. v. 1. 543 p.

MacNAMARA, Jim R. **Media content analysis its uses, benefits & best practice methodology** [Disponível em www.masscom.au/book/papers/media_content.html. 2003 - Capturado em 15/06/2005].

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda**: a mídia e a opinião. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARCONI, Maria Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Metodologia Científica.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana industrial.** 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial.** 4ª ed. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos.** São Paulo: Summus, 2008.

MEDITSCH, E. B. V. (Org.). **Jornalismo e conhecimento.** Florianópolis: PosjorUFSC/Insular, 2005.

MELO, José Marques de. **Estudos de Jornalismo Comparado.** São Paulo: Pioneira, 1972.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo.** São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MELO, José Marques. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras.** São Paulo: Paulus, 2006.

MELO, José Marques de. **Jornalismo: compreensão e reinvenção.** São Paulo: Saraiva, 2009.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MENDES, Vannildo. Desmate cai e governo fala em antecipar meta de 2020. **Estado de São Paulo.** Brasília, 03 de fev. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100203/not_imp505477,0.php> Acesso em: 17 de fev. 2010.

MORETZSONH, Sylvia. **Pensando contra os fatos.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean; MAFFESOLI, Michel. **A decadência do futuro e a construção do presente.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda – a mídia e a opinião pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutemberg.** São Paulo: Nacional, 1972.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **O que é Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>> Acesso em: 15 de dez. 2010.

NAPCHAN, Luciana; WALTER Berh. 2005. **Parques Nacionais da América latina**. São Paulo: Ed. Do autores.

NEWBOLD, Chris et al. **The media book**. London: Arnold, 2002.

NEUNDORF, Kimberly. **The content analysis guide book**. Thousand Oaks/CA: Sage, 2002.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um Jornal Diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Fabíola Imaculada de. **Jornalismo Científico e Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros**. Dissertação de (Mestrado em Comunicação), Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1990.

ÓRGÃO da ONU admite erro em previsão sobre aquecimento global. **BBC**. São Paulo, 10 jan. 2010b. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100119_geleira_himalaia_ipcc_np.shtml> Acesso em: 17 de fev. de 2010.

ONU tenta salvar mercado de créditos de carbono na COP-18. **REDE BRASIL ATUAL**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/ambiente/2012/11/onu-tenta-salvar-mercado-de-creditos-de-carbono-na-cop-18>> Acesso em: 26 de dez. 2012.

PACOTE aprovado na Conferência do Clima cria 'Fundo Verde'. **G1**. São Paulo, 11 de dez. 2010b. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/conferencia-do-clima-aprova-fundo-verde-1.html?utm_source=g1&utm_medium=email&utm_campaign=sharethis> Acesso em: 11 de dez. 2010.

PADUA, Suzana Machado. **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Rio de Janeiro: IPÊ, Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **Guia para edição jornalística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

POLÊMICAS lançam dúvidas sobre aquecimento global. **BBC**. Washington, 12 de dez. 2009c. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091206_copenhague_boer_ebc_cq.shtml> Acesso em: 17 de fev. 2010.

PRADA, Raúl Rivadeneira. **Periodismo: la teoría general de los sistemas y la ciencia de la comunicación**. 3ªed. México: Trillas, 1990, p. 268.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis-São Paulo: Vozes-Edusp, 1983.

REUNIÃO do clima acaba sem consenso sobre acordo. **BBC**. Copenhague, 09 de dez. 2009g. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091219_copenhaguebankimoon_is.shtml> Acesso em: 17 de fev. 2010.

Relatório da Comissão MacBride (Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação), da UNESCO, intitulado em inglês “Many Voices. One World” (Um Mundo e Muitas Vozes), que estudou as possibilidades da comunicação internacional para contribuir na formação de uma “Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação”. (N.A.)

SAIBA quais são as principais medidas adotadas em Cancun. **Folha Online**. São Paulo, 11 de dez. 2010e. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/844293-saiba-quais-sao-as-principais-medidas-adotadas-em-cancun.shtml>> Acesso em: 11 de dez. 2010.

SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra, Minerva, 2000.

SOUSA, Filipa Ambrósio de. ONU arrasa previsões dos cientistas sobre Amazônia. **Diário de Notícias**. Portugal, 01 fev. 2010. Disponível em: http://dn.sapo.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1483539&seccao=Biosfera> Acesso em: 17 de fev. 2010.

SCHARF, Regina. Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Sthepen D. **Mediating the message, theories on influences on mass media content**. 2 ed. White Plains/NY: Longman, 1996.

SCHUDSON, Michael (1983). **The profession of journalism in the United States**. No livro de Nathan Hatch, *The Professions in American History*. South Bend, Indiana: University of Notre Dame Press.

TAUTZ, Carlos. Oxigênio para a energia: entenda a ideia de um “jornalismo para o desenvolvimento”. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

THOMPSON, John B. “Social Theory and Media”. In: CROWLEY, David; MITCHELL, David. **Communication Theory Today**. California: Stanford University Press, 1994.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”**. Lisboa, Vega, 1997.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – por que as notícias são como são**. 2ª. Ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b.

TUFFANI, Maurício. As regras do jogo acima do método e da razão. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.

TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida: Uma Interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

VEJA os principais pontos do acordo de Copenhague. **BBC**. São Paulo, 09 de dez. 2009a. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091219_acordoanalise.shtml> Acesso em: 17 de fev. de 2010.

VERÍSSIMO, José. **A instrução e a imprensa**. Livro de Centenário. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

VIOLA, E. **Movimento ecológico no Brasil (1974-1986)**. Do ambientalismo à ecológica. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais 7(3): 5-28. 1986.

WEBER, Robert P. **Basic content analysis**. 2 ed. Newbury Park/CA: Sage, 1990.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

WEBER, Max. **Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa**. In: Revista Acadêmica Semestral – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina. v.2, n.1, julho 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. São Paulo: Editora Presença: 1995.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6ª ed. Lisboa: Presença, 2001.

ZELIZER, Barbie (1993). **Journalism as Interpretative Community**. *Critical Studies in Mass Communication*, Vol. 10.

ANEXOS

ANEXO I

Grupo	Sub-grupo	Nome
Produtores das reportagens	Chefe de redação do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2005	Wilson Nogueira
	Chefe de redação do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2005	Sérgio Bartholo
	Chefe de redação do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2010	Aruana Brianezi
	Chefe de redação do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2010	Sérgio Bartholo
	Repórteres do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2005	Cristiane Silveira Antônio Ximenes
	Repórteres do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2010	Elaíze Farias Jorge Eduardo
	Repórteres do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2005	Valmir Lima Célia Santiago
	Repórteres do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2010	Tabajara Moreno Anielly Bezerra
	Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2005	Hudson Braga
	Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica na cobertura da seca de 2010	Saulo Borges
	Editor do caderno de Cidades do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2005	Sérgio Bartholo
	Editor do caderno de Cidades do jornal Diário do Amazonas na cobertura da seca de 2010	Hélida Tavares

Quadro 13 - Jornalistas Entrevistados

ANEXO II

Grupo	Nome	Qualificação
Fontes citadas nas reportagens	Sidney Leite	Presidente da Associação Amazonenses de Municípios em 2005 e 2010.
	<i>Philip Martin Fearnside</i>	Possui graduação em Biologia - Colorado College (1969), mestrado em Zoologia - University of Michigan - Ann Arbor (1974) e doutorado em Ciências Biológicas - University of Michigan - Ann Arbor (1978). Atualmente é pesquisador titular III do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Estuda problemas ambientais na Amazônia brasileira desde 1974. Realiza pesquisas ecológicas, incluindo a estimativa de capacidade de suporte de agro-ecossistemas tropicais para populações humanas e estudos sobre impactos e perspectivas de diferentes modos de desenvolvimento na Amazônia e sobre as mudanças ambientais decorrentes do desmatamento da região.

Quadro 14 - Fontes Citadas nas Entrevistadas

ANEXO IV

Grupo	Nome	Qualificação
Ligados a entidades da sociedade civil organizada envolvidas na questão ambiental.	Mariano Colini Cenamo	Engenheiro Florestal formado pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP) e tem experiência trabalhando com a temática de mudanças climáticas, conservação florestal e projetos de carbono ao longo dos últimos 10 anos. Mariano vive em Manaus e trabalha na Amazônia desde 2005, quando iniciou as atividades do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam).
	Carlos César <i>Durigan</i>	Coordenador Executivo da Fundação Vitória Amazônica (FVA), geógrafo formado pela Universidade Estadual de São Paulo - Rio Claro e mestre em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Quadro 15 - Leitores Qualificados Entrevistados

ANEXO V

Grupo	Nome	Qualificação
Pesquisadores não entrevistados para as reportagens que atuam em pesquisas na área de clima e meio ambiente.	Antônio Ocimar Manzi	Graduou-se em Física pela Universidade Estadual Paulista/UNESP, em Rio Claro/SP; Mestre em Meteorologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE; Doutor em Física da Atmosfera pela Universidade Paul Sabatier (Toulouse III), França. É pesquisador titular e Coordenador de Pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/INPA. De 2001 a 2010 foi Gerente Executivo do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia, Programa LBA, coordenado pelo INPA. Atua principalmente na linha de pesquisa Interação Biosfera-Atmosfera, com trabalhos observacionais e de modelagem dos processos físicos que ocorrem na parte inferior da atmosfera e modelagem climática.
	Rita Valeria Andreoli de Souza	Possui graduação em Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestrado e Doutorado em Meteorologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e pós-doutoramento no INPE. Professora do curso de Meteorologia da Universidade do Estado do Amazonas. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia. Atualmente desenvolve atividades conjuntas com os grupos de estudos observacionais do CPTEC e INPA atuando na área de climatologia.

Quadro 16 - Leitores Qualificados - Pesquisadores

ANEXO VI

Grupo	Nome	Qualificação
Parlamentares e funcionários públicos envolvidos na formulação de políticas públicas para a área de meio ambiente no Amazonas.	João Henrique Talocchi	Coordenador Geral do do Centro Estadual de Mudanças Climáticas, unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação (UGMUC) foi criada pela Lei 3.244 DOE de 4 de abril de 2008, sendo vinculada à SDS. Sua missão é implementar a Lei de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Lei n. 3.135, de 5 de junho de 2007). As políticas de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Estado do Amazonas são desenvolvidas pelo Centro Estadual de Mudanças Climáticas (Ceclima), primeiro centro governamental do Brasil especializado em articular e implementar políticas públicas neste segmento.
	Luiz Castro	Deputado Estadual e Presidente da <i>Comissão de Meio Ambiente</i> da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas durante a cobertura das secas de 2005 e 2010.

Quadro 17 - Parlamentares e gestores públicos

ANEXO VII

Ficha de Avaliação das Matérias sobre a Seca de 2005/2010

Data: _____ Editoria: _____ Página: _____
 Jornal: _____ Autor: _____

Categoria: Precisão

1. Qual o enfoque principal da matéria?
 Consequências da seca Causas da seca Outros

2. Qual a causa apontada para a seca de 2005/2010?
 Mudanças Climáticas
 Ciclo hidrológico normal
 Não apontou causas
 Outros:.....

3. O texto das matérias referentes às causas e consequências possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?
 Sim Não

Categoria: Independência

4. Questionou o poder público sobre as ações de combate às consequências das secas de 2005/2010?
 Sim Não

5. A reportagem aborda a efetiva execução e a eficiências das medidas anunciadas pelo poder público para remediar os efeitos da seca?
 Sim Não

6. Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades do poder público?
 Sim Não

7. A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para prevenir ou remediar os efeitos das secas?
- Sim Não

Categoria: Pluralidade

8. Qual a natureza das fontes que foram ouvidas na matéria?
- Oficiais – mantidas pelo Poder Público.
 Oficiosas – protegidas pelo anonimato.
 Independentes – ONG's, pesquisadores, sociedade civil e outras sem vínculo com o Estado.
9. Que vozes tiveram espaço na reportagem?
- Poder Público.
 Pesquisadores.
 Pessoas afetadas pela seca
 Outros
10. Em se tratando dos pesquisadores da área de clima e meio ambiente, quantos foram ouvidos na reportagem?
- 1 2 Mais de 2
11. Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências ambientais da seca, quantas opiniões científicas são apresentadas?
- 1 2 Mais de 2

Categoria: Contextualização

12. A reportagem resgatou as raízes históricas do problema das secas?
- Sim Não
13. A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos?
- Sim Não

14. A matéria correlacionou o problema da seca com a questão ambiental global?

Sim Não

15. A matéria correlacionou o problema da seca a questões econômicas, políticas ou culturais?

Sim Não

Categoria: Sensibilização

16. A matéria buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, apresentar ao leitor informações para a compreensão dos eventos relativos a seca e a questão ambiental global?

Sim Não

17. A matéria buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, traduzir para o leitor termos e expressões referentes a temática ambiental pouco conhecidos?

Sim Não

18. A matéria buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores?

Sim Não

19. A matéria buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, mostrar ao leitor como os problemas ambientais os afetam ou como eles podem agir diante deles?

Sim Não

ANEXO VIII

Formulário de Entrevista dos Repórteres

1. Fale um pouco da sua formação e atuação profissional como jornalista:
2. Você prefere ou atua em algum gênero jornalístico em particular?
3. Você fez algum curso ou pós-graduação em alguma área específica do jornalismo?
4. Em algum momento da cobertura você chegou a achar que precisaria de alguma formação específica para fazer um melhor trabalho? Qual seria ela?
5. Sua formação acadêmica lhe deu ferramentas suficientes para dar conta da cobertura da seca de 2005-2010?
6. Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010?
7. O jornal em que você trabalha(ou) alocou as notícias sobre a seca de 2005/2010 em alguma editoria específica? Por quê?
8. Houve algum esquema especial para a cobertura da seca de 2005/2010?
9. Houve algum planejamento sistemático da redação para lidar com o assunto seca de 2005/2010?
10. De que forma ou com quais critérios você acha que foi escolhido para participar da cobertura da seca de 2005/2010?
11. As pautas referentes a seca de 2005/2010 surgiam de que forma na redação? Eram sugeridas pelos editores ou repórteres? Eram sugeridas por assessorias ou fontes ligadas à área ambiental? Outras formas?
12. Ao receber as pautas sobre a seca de 2005/2010 os editores faziam alguma recomendação sobre o enfoque das matérias ou qualquer tipo de restrição quanto ao conteúdo?
13. Como você escolhia as fontes que foram ouvidas para a produção das reportagens?
14. Havia a preocupação de diversificar as fontes e ouvir pessoas ligadas ao governo, sociedade civil, pesquisadores e pessoas impactadas pela seca de 2005/2010?
15. Ao analisar a cobertura da seca de 2005/2010 pelo seu jornal, verifica-se a predominância de fontes ligadas ao Estado (governo e prefeituras), por que você acha que isso ocorreu?

16. As matérias cujo Estado aparece como principal fonte em sua maioria não possuem um tratamento crítico quanto a atuação dele em relação aos problemas causados pela seca de 2005/2010. Por que você acha que isso ocorreu?
17. Havia a possibilidade de criticar as ações do Estado (governo e prefeituras) tanto na preparação para enfrentar uma seca quanto nas providências para remediar os efeitos da seca de 2005-2010?
18. Apesar de haverem institutos de pesquisa e universidades em Manaus onde se encontram pesquisadores da área de climatologia, biologia e outras áreas, eles aparecerem em poucas matérias. Por que você acha que isso ocorreu?
19. Quando as fontes científicas eram consultadas, havia a preocupação de ouvir mais de um pesquisador para abrir a possibilidade de haver diferentes interpretações do fenômeno?
20. Os efeitos da seca de 2005/2010 foram verificados em diversos pontos do Estado do Amazonas, houve a possibilidade de ir a estes locais fazer as matérias?
21. Quais os principais problemas enfrentados por você na produção das reportagens?
22. A maioria das reportagens preocupou-se com o factual do fenômeno, poucas exploraram suas raízes históricas, seu contexto, ofereceram análise de especialistas independentes ou lançaram prognósticos de futuro baseado em informações científicas. Por que você acha que isso ocorreu?
23. O jornalismo também possui uma função educativa, você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel nela? Por quê?
24. Você considera que a sua atuação ou a do seu jornal na cobertura da seca de 2005-2010 estavam engajadas em difundir informações científicas e ambientais no sentido de permitir ao leitor engajar-se na causa do uso sustentável dos recursos naturais?
25. Você acha que a cobertura da seca de 2005-2010 proporcionou uma maior compreensão por parte dos leitores sobre a questão dos eventos extremos na Amazônia, Mudanças Climáticas e desenvolvimento sustentável? Por quê?
26. Você acha que durante a cobertura da seca no seu jornal, as principais vozes que precisavam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê?

27. Você acha que houve uso eleitoreiro por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições? Seu jornal tratou o caso de que forma?
28. Houve alguma censura prévia ou após a produção dos textos referentes a seca de 2005/2010 ?
29. A edição das matérias suprimiu ou acresceu elementos nas matérias produzidas por você? Em caso afirmativo, como você avalia essas mudanças?
30. Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005-2010 no seu jornal ou na concorrência?
31. O jornal teve algum feedback sobre a cobertura da seca de 2005/2010?

ANEXO IX

Formulário de Entrevista dos Editores

1. Fale um pouco da sua formação e atuação profissional como jornalista:
2. Você prefere ou atua em algum gênero jornalístico em particular?
3. Você fez algum curso ou pós-graduação em alguma área específica do jornalismo?
4. Em algum momento da cobertura você chegou a achar que precisaria de alguma formação específica para fazer um melhor trabalho? Qual seria ela?
5. Sua formação acadêmica lhe deu ferramentas suficientes para dar conta da cobertura da seca de 2005-2010?
6. Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010?
7. O jornal em que você trabalha(ou) alocou as notícias sobre a seca de 2005/2010 em alguma editoria específica? Por quê?
8. Houve algum esquema especial para a cobertura da seca de 2005/2010?
9. Houve algum planejamento sistemático da redação para lidar com o assunto seca de 2005/2010?
10. As pautas referentes a seca de 2005/2010 surgiam de forma na redação? Eram sugeridas pelos editores ou repórteres? Eram sugeridas por assessorias ou fontes ligadas a área ambiental? Outras formas?
11. Os editores faziam alguma recomendação sobre o enfoque das matérias ou qualquer tipo de restrição quanto ao conteúdo?
12. Havia a preocupação de diversificar as fontes e ouvir pessoas ligadas ao governo, sociedade civil, pesquisadores e pessoas impactadas pela seca de 2005/2010?
13. Ao analisar a cobertura da seca de 2005/2010 pelo seu jornal, verifica-se a predominância de fontes ligadas ao Estado (governo e prefeituras), por que você acha que isso ocorreu?
14. As matérias cujo Estado aparece como principal fonte em sua maioria não possuem um tratamento crítico quanto a atuação dele em relação aos problemas causados pela seca de 2005/2010. Por que você acha que isso ocorreu?

15. Havia a possibilidade de criticar as ações do Estado (governo e prefeituras) tanto na preparação para enfrentar uma seca quanto nas providências para remediar os efeitos da seca de 2005-2010?
16. Apesar de haverem institutos de pesquisa e universidades em Manaus onde se encontram pesquisadores da área de climatologia, biologia e outras áreas, eles aparecerem em poucas matérias. Por que você acha que isso ocorreu?
17. Quando as fontes científicas eram consultadas, havia a preocupação de ouvir mais de um pesquisador para abrir a possibilidade de haver diferentes interpretações do fenômeno?
18. Os efeitos da seca de 2005/2010 foram verificados em diversos pontos do Estado do Amazonas, houve a possibilidade de ir a estes locais fazer as matérias?
19. A maioria das reportagens preocupou-se com o factual do fenômeno, poucas exploraram suas raízes históricas, seu contexto, ofereceram análise de especialistas independentes ou lançaram prognósticos de futuro baseado em informações científicas. Por que você acha que isso ocorreu?
20. O jornalismo também possui uma função educativa, você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel nela? Por quê?
21. Você considera que a sua atuação ou a do seu jornal na cobertura da seca de 2005-2010 estavam engajadas em difundir informações científicas e ambientais no sentido de permitir ao leitor engajar-se na causa do uso sustentável dos recursos naturais?
22. Você acha que a cobertura da seca de 2005-2010 proporcionou uma maior compreensão por parte dos leitores sobre a questão dos eventos extremos na Amazônia, Mudanças Climáticas e desenvolvimento sustentável? Por quê?
23. Você acha que durante a cobertura da seca no seu jornal, as principais vozes que precisavam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê?
24. Você acha que houve uso eleitoral por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições? Seu jornal tratou o caso de que forma?
25. Houve alguma censura prévia ou após a produção dos textos referentes a seca de 2005/2010 ?
26. Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005-2010 no seu jornal ou na concorrência?

27. O jornal teve algum feedback sobre a cobertura da seca de 2005/2010?

ANEXO X

Formulário de Entrevista dos Chefes de Redação

1. Fale um pouco da sua formação e atuação profissional como jornalista:
2. Você tem alguma opinião formada sobre a questão ambiental na Amazônia e as mudanças climáticas?
3. Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010?
4. O jornal em que você trabalha(ou) alocou as notícias sobre a seca de 2005/2010 em alguma editoria específica? Por quê?
5. Houve algum planejamento sistemático da redação para lidar com o assunto seca de 2005/2010?
6. Os repórteres recebiam alguma recomendação sobre o enfoque das matérias ou qualquer tipo de restrição quanto ao conteúdo?
7. Havia acompanhamento da produção dos repórteres, como a preocupação de diversificar as fontes e ouvir pessoas ligadas ao governo, sociedade civil, pesquisadores e pessoas impactadas pela seca de 2005/2010?
8. Ao analisar a cobertura da seca de 2005/2010 pelo seu jornal, verifica-se a predominância de fontes ligadas ao Estado (governo e prefeituras), por que você acha que isso ocorreu?
9. As matérias cujo Estado aparece como principal fonte em sua maioria não possuem um tratamento crítico quanto a atuação dele em relação aos problemas causados pela seca de 2005/2010. Por que você acha que isso ocorreu?
10. Havia a possibilidade de criticar as ações do Estado (governo e prefeituras) tanto na preparação para enfrentar uma seca quanto nas providências para remediar os efeitos da seca de 2005-2010?
11. Apesar de haverem institutos de pesquisa e universidades em Manaus onde se encontram pesquisadores da área de climatologia, biologia e outras áreas, eles aparecerem em poucas matérias. Por que você acha que isso ocorreu?
12. Quando as fontes científicas eram consultadas, havia a preocupação de ouvir mais de um pesquisador para abrir a possibilidade de haver diferentes interpretações do fenômeno?

13. Os efeitos da seca de 2005/2010 foram verificados em diversos pontos do Estado do Amazonas, houve a possibilidade de ir a estes locais fazer as matérias?
14. O jornal possuía condições financeiras de enviar repórteres?
15. Quais os principais problemas enfrentados na cobertura?
16. A maioria das reportagens preocupou-se com o factual do fenômeno, poucas exploraram suas raízes históricas, seu contexto, ofereceram análise de especialistas independentes ou lançaram prognósticos de futuro baseado em informações científicas. Por que você acha que isso ocorreu?
17. O jornalismo também possui uma função educativa, você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel nela? Por quê?
18. Você acha que a cobertura da seca de 2005-2010 proporcionou uma maior compreensão por parte dos leitores sobre a questão dos eventos extremos na Amazônia, Mudanças Climáticas e desenvolvimento sustentável? Por quê?
19. Você acha que durante a cobertura da seca no seu jornal, as principais vozes que precisavam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê?
20. Você acha que houve uso eleitoral por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições? Seu jornal tratou o caso de que forma?
21. Houve interferência política junto à redação para influenciar a cobertura da seca de 2005/2010?
22. Houve alguma censura prévia ou após a produção dos textos referentes à seca de 2005/2010?
23. O jornal possuía compromissos políticos com o executivo federal, estadual ou municipal?
24. Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005/2010 no seu jornal ou na concorrência?
25. O jornal teve algum feedback sobre a cobertura da seca de 2005/2010?

ANEXO XI

Formulário de Entrevista das Fontes Citadas nas Reportagens

1. Por qual razão o senhor foi escolhido para ser uma das fontes para as matérias da seca de 2005/2010?
2. O senhor possui opinião formada sobre a questão das secas serem ou não provocadas pelas mudanças climáticas?
3. Qual a importância da cobertura pela imprensa de eventos extremos como as secas?
4. Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010?
5. Quais os principais problemas da cobertura da seca de 2005/2010?
6. O senhor foi procurado pela imprensa ou buscou os jornais?
7. Você acha que durante a cobertura da seca as principais vozes que precisavam ou deveriam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê?
8. O senhor chegou a procurar a imprensa para fazer alguma declaração e não foi atendido?
9. Como o senhor analisa o preparo dos jornalistas com quem conversou para lidar com o assunto da seca de 2005/2010?
10. Existe algo que o senhor considera que ficou de fora da cobertura da seca de 2005/2010?
11. Levando em conta as informações passadas pelo senhor aos jornalistas e o que foi publicado, como o senhor avalia o resultado final?
12. A edição das matérias suprimiu ou acrescentou elementos às suas declarações? Em caso afirmativo, como você avalia essas mudanças?
13. O senhor teve alguma declaração censurada pela imprensa?
14. Você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel? Por quê?
15. Você acha que houve uso eleitoral por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições?
16. Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005/2010?

ANEXO XII

Formulário de Entrevista dos Leitores Qualificados - Cientistas

1. O senhor poderia dizer o seu nome completo, qual a sua formação e área de atuação?
2. O senhor possui opinião formada sobre a questão das secas serem ou não provocadas pelas mudanças climáticas?
3. O senhor acompanhou as notícias publicadas pela imprensa de Manaus sobre a seca de 2010?
4. Qual a importância da cobertura da imprensa de eventos extremos como as secas?
5. Como o senhor avalia a qualidade da informação científica passada pela imprensa durante a cobertura da seca 2005/2010?
6. Como o senhor avalia o trabalho dos jornalistas de traduzir ou mediar o conhecimento científico passado pelos pesquisadores junto ao público?
7. Quais os principais problemas da cobertura da seca de 2005/2010?
8. Você acha que durante a cobertura da seca as principais vozes do meio científico que precisavam ou deveriam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê?
9. O senhor acha que as informações publicadas pela imprensa sobre as causas e efeitos da seca 2005/2010 eram as que estavam disponíveis no momento no meio científico ou houve questões que ficaram de fora?
10. O senhor chegou a procurar a imprensa para fazer alguma declaração e não foi atendido?
11. Como o senhor analisa o preparo dos jornalistas que cobriram a seca de 2005/2010 para lidar com a questão?
12. Existe algo que o senhor considera que ficou de fora da cobertura da seca de 2005/2010?
13. Você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel? Por quê?
14. Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005/2010?

ANEXO XIII

Formulário de Entrevista dos Leitores Qualificados – Representantes da sociedade civil organizada, ambientalistas, políticos e gestores.

1. O senhor possui opinião formada sobre a questão das secas serem ou não provocadas pelas mudanças climáticas?
2. O senhor acompanhou as notícias publicadas pela imprensa de Manaus sobre a seca de 2010?
3. Qual a importância da cobertura da imprensa de eventos extremos como as secas?
4. Em que medida a cobertura de eventos extremos como a seca de 2010 influenciam a formulação de políticas públicas para o meio ambiente?
5. Como você avalia a cobertura da seca de 2005/2010?
6. Quais os principais problemas da cobertura da seca de 2005/2010?
7. Você acha que durante a cobertura da seca as principais vozes que precisavam ou deveriam ser ouvidas tiveram espaço para se manifestar? Por quê?
8. O senhor chegou a procurar a imprensa para fazer alguma declaração e não foi atendido?
9. Como o senhor analisa o preparo dos jornalistas que cobriram a seca de 2005/2010?
10. Existe algo que o senhor considera que ficou de fora da cobertura da seca de 2005/2010?
11. Você acha que as matérias sobre a seca ofereceram elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel? Por quê?
12. Você acha que houve uso eleitoral por parte do Estado da seca de 2005-2010, visto que elas antecederam eleições?
13. Você acha que houve sensacionalismo na cobertura da seca de 2005/2010?

ANEXO XIV

Tabela 1
Resultados da Análise de Conteúdo na Categoria Precisão

Qual o enfoque principal da matéria?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Consequência das secas	67,9	63,4	65,2	55,0	63,4
Causas das secas	7,1	4,9	0,0	0,0	3,6
Outros	17,9	31,7	34,8	55,0	33,0
Qual a causa apontada para a seca de 2005	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Mudanças Climáticas	7,1	4,9	0,0	0,0	3,6
Ciclo hidrológico normal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não apontou causas	78,6	87,8	73,9	85,0	82,1
Outros	14,3	7,3	26,1	15,0	14,3
O texto das matérias referentes às causas e consequências possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	33,3	0,0	0,0	0,0	10,0
Não	66,7	100,0	100,0	100,0	90,0

ANEXO XV

Tabela 2
Resultados da Análise de Conteúdo na Categoria Independência

Questionou o poder público sobre as ações de combate às consequências das secas de 2005/2010?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	60,7	34,1	34,8	20,0	38,4
Não	39,3	65,9	65,2	80,0	61,6
A reportagem aborda a efetiva execução e a eficiência das medidas anunciadas pelo poder público para remediar os efeitos da seca?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	0,0	7,3	8,7	0,0	4,5
Não	100,0	92,7	91,3	100,0	95,5
Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades do poder público?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	3,6	17,1	17,4	15,0	13,4
Não	96,4	82,9	82,6	85,0	86,6
A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para prevenir ou remediar os efeitos das secas?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	10,7	2,4	8,7	0,0	5,4
Não	89,3	97,6	91,3	100,0	94,6

ANEXO XVI

Tabela 3
Resultados da Análise de Conteúdo na Categoria Pluralidade

Qual a natureza das fontes que foram ouvidas na matéria?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Oficiais – mantidas pelo Poder Público	82,1	82,9	87,0	75,0	82,1
Oficiosas – protegidas pelo anonimato	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Independentes – ONGs, pesquisadores, sociedade civil e outras sem vínculo com o Estado.	53,6	46,3	52,2	30,0	46,4
Que vozes tiveram espaço na reportagem?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Poder Público	82,1	82,9	87,0	75,0	82,1
Pesquisadores	3,6	4,9	13,0	5,0	6,3
Pessoas afetadas pela seca	28,6	29,3	17,4	5,0	22,3
Organizações não governamentais	28,6	12,2	17,4	20,0	18,8
Outros	14,3	0,0	4,3	0,0	4,5
Em se tratando dos pesquisadores da área de clima e meio ambiente, quantos foram ouvidos na reportagem?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
1	100,0	80,0	8,7	66,7	75,0
2	0,0	0,0	8,7	33,3	25,0
Mais de 2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências ambientais da seca, quantas opiniões científicas são apresentadas?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
1	83,3	80,0	66,7	66,7	78,9
2	16,7	0,0	33,3	33,3	21,1
Mais de 2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Nota: o formulário permitia a marcação de mais de uma alternativa nas duas primeiras questões.

ANEXO XVII

Tabela 4
Resultados da Análise de Conteúdo na Categoria Contextualização

A reportagem resgatou as raízes históricas do problema das secas?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	0,0	0,0	8,7	0,0	1,8
Não	100,0	100,0	91,3	100,0	98,2
A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	17,9	29,3	21,7	25,0	24,1
Não	82,1	70,7	78,3	75,0	75,9
A matéria correlacionou o problema da seca com a questão ambiental global?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	7,1	4,9	0,0	5,0	4,5
Não	92,9	95,1	100,0	95,0	95,5
A matéria correlacionou o problema da seca às questões econômicas, políticas ou culturais?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	100,0	90,2	91,3	95,0	93,8
Não	0,0	9,8	8,7	5,0	6,3

ANEXO XVIII

Tabela 5

Resultados da Análise de Conteúdo na Categoria Sensibilização

A matéria buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, apresentar ao leitor informações para a compreensão dos eventos relativos a seca e a questão ambiental global?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	14,3	12,2	21,7	20,0	16,1
Não	85,7	87,8	78,3	80,0	83,9

A matéria buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, traduzir para o leitor termos e expressões referentes a temática ambiental pouco conhecidos?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	7,1	12,2	21,7	15,0	13,4
Não	92,9	87,8	78,3	85,0	86,6

A matéria buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	7,1	0,0	8,7	0,0	3,6
Não	92,9	100,0	91,3	100,0	96,4

A matéria buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, mostrar ao leitor como os problemas ambientais os afetam ou como eles podem agir diante deles?	A Crítica		Diário do Amazonas		Geral
	2005%	2010%	2005%	2010%	2005/2010
Sim	7,1	0,0	0,0	0,0	1,8
Não	92,9	100,0	100,0	100,0	98,2

